RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADE 2005

MOC
MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Feira de Santana - Bahia

ÍNDICE

EDITORIAL 4

FORTALECIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL
UMA ESTRATÉGIA DE AÇÃO 6

RELATO DOS PROGRAMAS

- Programa de Gênero 13
- Programa de Educação do Campo 20
- Programa de Políticas Públicas 31
- Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Semi-Árido 47
- Programa de Água e Segurança Alimentar 55
- Programa de Comunicação 59

PROJETOS ESPECIAIS

- Projeto Vida Nova 69
- Ações de Apoio aos Territórios Rurais 72
- Projeto ATER Jovens 74

ANEXOS

- Tabelas de Atividades 81
- Prêmios 98
- Pessoal 99
- Recursos Financeiros 103
- O reconhecimento público ao nosso trabalho 104
- Peças Institucionais 108
- Glossário 110

EDITORIAL

O MOC é uma entidade da sociedade civil, reconhecida como de utilidade pública federal, estadual e municipal e inscrito no Conselho Nacional de Assistência Social. Na sua trajetória histórica, o MOC sempre se colocou ao lado dos mais pobres e excluídos, suscitando a busca da auto-organização, da luta pelos direitos, nos campos os mais variados: terra, água, educação, gênero, moradia, crédito, assistência técnica, lazer, interferência nas políticas. Neste contexto, o MOC sempre se situou no campo democrático-popular. Por isso, sua filiação à ABONG, ASA, e às variadas redes que têm por objetivo articular e potenciar as lutas dos mais pobres e tornar sua presença mais efetiva e eficaz no campo da construção e do controle social das políticas públicas.

Hoje, o MOC se volta para a construção, execução e controle social de políticas, especialmente aquelas que se inserem no campo da segurança alimentar e nutricional e de convivência com o semi-árido.

Sua atuação se desenvolve através de programas, nos quais se concretizam as linhas estratégicas da instituição, todos eles voltados para a formação de pessoas/lideranças, fortalecimento de organizações/instituições populares e a interferência em espaços onde se dão a construção, elaboração e controle social de políticas públicas, com ênfase naqueles de caráter regional (Conselhos, Comissões, Fóruns...) e municipal, sem minimizar a importância estratégica da interferência a nível nacional.

Estes programas, que estarão mais detalhados no corpo deste relatório, são os seguintes: Educação do Campo, Fortalecimento da Agricultura Familiar no semi-árido, incluindo-se ações de assistência técnica, crédito, beneficiamento da produção e comercialização, numa linha solidária; Água e Segurança Alimentar e Nutricional;

Comunicação, enfatizando-se a democratização da comunicação na região e a divulgação das ações do MOC e seus parceiros, na região e fora dela; Políticas Públicas, com ênfase no fortalecimento das organizações da sociedade civil para uma interferência forte e consistente nas políticas públicas; Gênero, com acentuação para o fortalecimento da representação das mulheres nos vários espaços e a inserção da dimensão de gênero nas ações do MOC e naquelas das entidades da região.

O conjunto destes programas atua, por sua vez, buscando construir o desenvolvimento territorial e sustentável das regiões onde estamos inseridos.

Relatar e refletir, num texto, as ações do MOC, na região e fora dela é, antes de mais nada, identificar, reconhecer e valorizar as ações de uma entidade que não sabe e não quer agir sozinha, fazendo-o sempre num intenso processo de parceria, que se concretiza, na base, com os Pólos Sindicais, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais da Região, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, as Associações Comunitárias e suas articulações, as Cooperativas de Produção e as inúmeras iniciativas de industrializar e comercializar os produtos da agricultura familiar, as Cooperativas de Crédito e iniciativas de viabilizar o crédito para a agricultura familiar e pequenos empreendimentos; os variados movimentos de jovens e os grupos múltiplos que surgem e se desenvolvem na caminhada do trabalho. Por outro lado, não são poucas as articulações e redes que sustentam este mesmo processo de intervenção.

Por isso, publicar este relatório significa reconhecer o trabalho dos pequenos e dos grandes grupos e dizer que, sem eles, nada disso poderia acontecer e nem ter sido feito. Significa, ao mesmo tempo, reconhecer as falhas que tivemos quando não conseguimos potenciar mais as parcerias e o nosso compromisso com ações mais conseqüentes e eficazes na linha da sociedade solidária e de justiça que nos interessa construir.

Significa, igualmente, dizer aos nossos parceiros, da cooperação internacional, do poder público, das empresas que nos apóiam, que valeu a pena o nosso esforço e que, graças ao nosso trabalho, melhores condições de vida chegam a mais pessoas, que começam a ocupar um lugar ao sol, buscar seus direitos.

O relatório vai a lume como do MOC. Gostaríamos, no entanto, que cada grupo e cada parceiro, tanto os que apóiam como os que realizam as ações a nível de presença nos mais variados espaços, sintam-se aí presentes, construindo, a seu modo e com sua específica contribuição, o mundo diferente que todos buscamos.

Naidison de Quintella Baptista
Secretário Executivo

FORTALECIMENTO DA SOCIEDADE

Construir, participativamente, o desenvolvimento territorial sustentável, com interferência efetiva da sociedade civil e do poder público.

Este tem sido, constantemente, o sonho que perpassa e povoa todas as ações do MOC, quando desenvolve projetos, sistematiza processos, interfere e participa em conselhos, comissões e instâncias variadas de elaboração e controle de políticas públicas, tanto a nível municipal, regional, quanto naquele nacional.

Ousar se inserir na construção do desenvolvimento sustentável, em atuação conjunta com o poder público e outros atores significa:

- Referenciar-se a uma proposta de sociedade que possa nortear as ações estratégicas, negociações, posturas e a vida da entidade;
- Ter claro que a própria proposta não é a única existente e que, num mundo plural, de várias experiências e visões, ela se consubstancia como uma das que estão em jogo no processo em construção do desenvolvimento;
- Dispor-se ao diálogo e ao debate com os atores envolvidos na caminhada, tendo diante de si duas questões básicas: para a efetivação do diálogo é importante e indispensável manter a própria identidade, clareza do próprio projeto, seus princípios; de outro lado, segurança e clareza não significam e nem se identificam com intransigência. É preciso saber aquilo de que não se pode abrir mão e é inegociável e o que é possível deixar cair;
- Reconhecer teórica e praticamente que o desenvolvimento é uma construção coletiva, onde a atuação da sociedade civil e do poder público são indispensáveis.

O MOC tem procurado pautar suas ações e estratégias de intervenção nos princípios acima delineados. Nas suas ações de formação no território tem, para isso, privilegiado a formação e qualificação das organizações da sociedade civil, entendendo que o inserir-se na construção do desenvolvimento sustentável e de políticas, significa investir em uma sociedade civil forte e organizada, capaz de:

- Desenvolver seu próprio projeto político e estratégico, tanto a nível de cada uma das entidades quanto naquele da articulação entre as mesmas, para que, deste modo, se possa interferir, com firmeza e resultados, na construção das políticas.
- Relacionar-se com o poder público e outros atores, sem se deixar cooptar, sem abdicar da própria visão de mundo, do próprio projeto político, mas numa postura de diálogo.

Essa é uma das estratégias centrais da ação do MOC e este relatório, de modo especial, torna isso transparente. De modo didático e pedagógico, tenta-se chamar a atenção para alguns aspectos desta caminhada, destacando-a pelos Programas de Ação.

1. O Programa de Comunicação centrou suas atividades no fortalecimento de duas entidades populares de âmbito regional, na perspectiva da comunicação: *a Agência Mandacaru de Comunicação*, um grupo de Jovens dedicado a um trabalho de

democratização dos processos de comunicação a nível das entidades populares e a nível regional; e a **Abraço Sisal** entidade que aglutina as rádios comunitárias da região, na linha de lhes garantir o direito de existência , assim como a qualidade da comunicação, levando a todos informações e debates capazes de fazer com que os grupos e entidades se insiram como sujeitos no desenvolvimento.

2. O Programa de Educação do Campo que desenvolve uma linha de ação valorizadora da realidade, da cultura e da vida do homem e da mulher do campo. Simultaneamente, incentiva a que a escola se insira como produtora de conhecimentos que possam instrumentar as comunidades a modificar para melhor a realidade de suas vidas e realidades. É evidente que, por se tratar de uma interferência na educação formal, o Programa se obriga, na construção e execução das políticas, a uma relação formal e sistemática com o poder público, especialmente aquele municipal. Esta é uma das estratégias fortes do Programa. No entanto, uma linha de educação que valoriza o homem e a mulher do campo e os assume como produtores de conhecimento e sujeitos do desenvolvimento, **nunca** se pode concretizar sem uma forte interferência propositiva e de controle social da sociedade civil, especialmente os movimentos sociais do campo. Daí decorre a outra estratégia do programa: fortalecer a sociedade civil, oferecendo-lhe insumos, informações, para a formulação de propostas de educação do campo, que possam ser negociadas com o poder público, assim como fazer o controle social da educação oferecida na rede escolar dos municípios.

3. O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar assume três dimensões intercomplementares de processos fortalecedores da agricultura familiar no semi-árido, todas elas voltadas para a sociedade civil.

Num primeiro nível, **o subprograma de assistência técnica** que atua em conjunto com várias organizações da sociedade civil, especialmente os sindicatos de trabalhadores rurais, na busca de oferecer uma assistência técnica agroecológica e de convivência com o semi-árido aos agricultores e, a partir das experiências se possa sistematizar, debater e propor políticas públicas de assistência técnica.

Num segundo nível, em perspectivas semelhantes, atua **o subprograma de agroindústria e comercialização**, incentivando grupos e organizações para atividades e ações de beneficiamento da produção e ocupação de espaços, na busca de comercialização dos produtos, com ênfase em princípios da economia solidária, tanto no comércio tradicional, como, principalmente, no mercado institucional, com seu enorme potencial de geração de renda, circulação de riquezas, desenvolvimento sustentável. Novamente, constata-se presente e forte, a perspectiva do fortalecimento da sociedade civil, em virtude de serem os grupos os protagonistas destes processos.

Num terceiro nível, **a perspectiva do crédito**, a partir do acesso aos programas oficiais do Governo Federal, das Cooperativas de Crédito da Agricultura

Familiar e do COGEFUR, implica também em processos de fortalecimento das organizações da sociedade civil para que possam interferir nesta caminhada com eficiência.

4. O Programa de Gênero – sua perspectiva fundamental é fazer perpassar pelos processos de trabalho das organizações parceiras do MOC e do desenvolvimento sustentável que se quer construir, a dimensão de eqüidade de gênero; para isso, fundamental são duas linhas de ação: por um lado, fazer com que as organizações da sociedade civil entendam e incorporem em suas políticas a dimensão de eqüidade de gênero e, de outro, motivar e apoiar as mulheres trabalhadoras rurais, para que se organizem em instâncias próprias, a partir das quais possam interferir em políticas públicas, debater mais explicitamente seus problemas e propostas, ocupar espaços em Conselhos e Comissões, interferir e controlar políticas públicas e fazer com que nestas esteja presente a dimensão eqüitativa de gênero.

Para a operacionalização desta caminhada, o forte do Programa é, justamente, o fortalecimento da sociedade civil.

5. Programa de Políticas Públicas – atua em três dimensões, todas centradas em processos de fortalecimento da sociedade civil.

De um lado, **o Fortalecimento da Sociedade Civil**, materializado nos trabalhos com os Pólos Sindicais, associações, organizações de jovens, na perspectiva de que estas organizações possam agir estrategicamente na região, na construção de um projeto de justiça e eqüidade. Trata-se de assessorar estas organizações, todas de caráter regional, para que construam seus projetos políticos e seus planos estratégicos, voltados para uma atuação organizada, sistemática, na região, construindo políticas que se voltem para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

De outro, a **interferência especifica em políticas** que se materializam no subprograma de Conselhos voltado, simultaneamente, para fortalecer as organizações da sociedade civil para que entendam e se insiram construtiva e politicamente nos processos dos Conselhos, especialmente, os de assistência social e aqueles da Criança e Adolescência. E, assessorar os próprios Conselhos de Gestão para que conheçam sua realidade, construam um planejamento a partir desta realidade concreta e interfiram nas políticas, de modo que possam trazer modificações na realidade, a serviço da melhoria da qualidade de vida das pessoas, especialmente as mais pobres. Forte acento neste subprograma é novamente o Fortalecimento da Sociedade Civil, tanto para que se articule como ator específico nesta caminhada, quanto para que sua presença nos Conselhos seja forte e construtiva.

Finalmente, o eixo de **execução e controle social de políticas públicas**. Isso se materializa na execução de processos e de controle social, ligados ao Programa Nacional/Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, no Estado da Bahia, com ações de formação das famílias, educação, geração de renda e outros. E se materializa,

igualmente, na busca de concretizar processos, ligados ao acesso à terra, na região. Novamente, aparece como estratégico e fundamental que, para fazer frente a estes processos, a sociedade civil se organize, tenha suas estratégias, diga sua palavra.

6. Programa de Água e Segurança Alimentar.

Este programa, inserido numa dimensão de semi-árido, centra sua atenção para a captação de água em duas perspectivas: de um lado, água das chuvas para consumo humano, através da coordenação, na região, do P1MC, da ASA e, numa outra linha de iniciativas outras de captação de água da chuva para a produção, através de tecnologias acessíveis e governáveis pela população rural e, hoje, já testadas e em execução em pequena escala, aqui em nossa região, e em escalas mais massivas em outras regiões do semi-árido brasileiro.

É evidente que estas duas dimensões do programa se intercomplementam na linha da segurança alimentar e nutricional, reforçando a segurança hídrica das pessoas e, por outro lado, garantindo possibilidades de produção de alimentos.

Todas as linhas do programa se efetuam através da sociedade civil organizada dos municípios e regiões envolvidas. O controle destes processos está nas mãos das comissões municipais e regionais da ASA, instâncias estas que é mister fortalecer a cada dia que se passa.

7. Projetos Especiais - destacamos aqui três eixos outros de trabalhos, onde se materializam processos de fortalecimento da sociedade civil.

O Projeto Vida Nova voltado para o fortalecimento de grupos e organizações da sociedade civil, na perspectiva da busca e exercício dos direitos das crianças e adolescentes, o Projeto de Territórios, cujo objetivo é a construção de políticas de desenvolvimento territorial, em base a um processo forte de participação e envolvimento da sociedade civil em sua construção e Projeto de Acesso à Terra.

Conclusivamente, diríamos serem os trabalhos dinamizados pelo MOC uma busca constante de construção de políticas que materializem mais qualidade de vida para crianças, adolescentes, agricultores e agricultoras familiares, através da mudança para melhor, do processo de acesso á terra, crédito, assistência técnica, desenvolvimento de experiências de economia solidária, educação, saúde, entre outros.

Isso se dá nos projetos desenvolvidos nas comunidades e nos grupos, e organizações, mas somente uma sociedade civil forte, consciente de sua própria proposta, capaz de dialogar, de interferir na construção de políticas é capaz de fazer com que os projetos e experiências saiam da pequena escala e se transformem em políticas. Por isso, o MOC, em todos os seus programas e projetos, sempre prioriza fortalecer, organizar a sociedade civil, ajudando os grupos a definir seus projetos políticos e suas estratégias de ação.

RELATO DOS PROGRAMAS

REDE DE
PRODUTORAS

PROGRAMA DE GÊNERO

O Programa de Gênero tem como propósito contribuir para a mudança das relações sociais de gênero, prioritariamente, nos territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe.

O trabalho desenvolvido com as organizações de mulheres se configurou como o principal do programa, mas nossas ações perpassaram também pelos outros programas da instituição e por organizações populares.

Nesse sentido, relatamos abaixo as ações estratégicas e resultados oriundos dos esforços conjuntos do MOC, das organizações parceiras, em especial as organizadas por mulheres, e das próprias mulheres e o faremos a partir de eixos estratégicos..

O primeiro dos três eixos estratégicos diz respeito ao fortalecimento político e gerencial das organizações de mulheres rurais para interferir em políticas públicas. O segundo, corresponde ao fortalecimento e articulação dos grupos de produção femininos para inserção da produção nos mercados locais. E o terceiro, compreende a transversalidade de gênero junto aos programas do MOC e seus públicos de atuação.

1. Fortalecimento político e gerencial das organizações de mulheres rurais para interferir em políticas públicas

Nesse eixo, trabalhamos a estrutura organizacional dos grupos/organizações de mulheres trabalhadoras rurais de forma a promover uma maior eficiência e qualidade gerencial. E assessoria e monitoramento das ações das lideranças femininas para influenciar nas políticas públicas setoriais.

No campo da estrutura organizacional atuamos com as organizações específicas de mulheres no âmbito local, regional e inter-regional e com organizações mistas que possuem, em suas estruturas, secretarias ou departamentos de mulheres. Eis alguns exemplos:

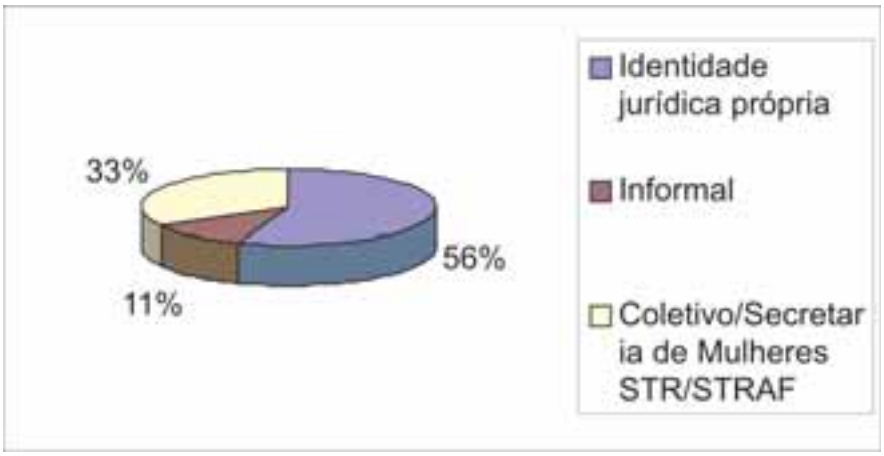
MMTR´s locais, regional e inter regional. Foram desenvolvidas atividades que promovessem um maior planejamento do trabalho a ser desenvolvido pelos grupos e/ou organizações de mulheres e definidos os espaços estratégicos de representação política das mulheres rurais que possibilitasse uma maior influencia na tomada de decisão na construção de políticas públicas setoriais.

Secretaria de Mulheres do Pólo Sindical do Sisal. Foram realizadas ações de lineamento das concepções e entendimentos quanto ao papel dessas estruturas internas no interior da organização, e delimitadas as competências das diferentes instituições que prestam assessoria/acompanhamento às mesmas.
Como resultados dessa ação podemos destacar:

a) Estrutura organizacional

A elaboração dos planos de ação dos MMTR´s de 06 municípios e do MMTR

regional, a rearticulação do MMTR inter-regional em substituição do MMTR-BA, uma melhor estruturação das organizações de mulheres envolvidas através da escolha coletiva das gestoras da organização, assim como aumento no numero de sócias.



b) Representação política em organizações e articulações específicas de mulheres

Houve a definição da representação de lideranças do MMTR Inter-regional na direção do MMTR-NE e na Red Latino Americana de Trabalhadoras Rurais, uma maior influência dos MMTR´s regional e inter-regional nas definições políticas e na co-execução de ações desenvolvidas por essas organizações, a apresentação e negociação de propostas de interesse das mulheres rurais na Declaração final do II Encontro de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe - Tlaxcala/México.

c) Representação política em organizações e articulações da sociedade civil local

Os MMTR´s locais influenciaram mais em organizações mistas da sociedade civil, com uma atitude mais propositiva dos grupos de mulheres e a participação mais qualitativa em instancias decisórias dessas organizações, através de uma ação intencional, articulada e estratégica.

d) Interferência em Políticas

Foram desenvolvidas ações de formação, assessoria e monitoramento as lideranças dos MMTR´s dos três níveis para potenciar suas competências e habilidades, oferecer informações e conhecimentos específicos para uma atuação pró-ativa na construção, proposição, negociação e controle social de políticas públicas setoriais na perspectiva do empoderamento político e econômico das mulheres dos territórios rurais.

Nesse sentido, tivemos duas grandes linhas de ação. A primeira delas, nos três níveis de atuação dos MMTR´s, teve como centralidade o campo dos direitos e da cidadania que envolveu acesso à documentação, acesso à água potável, direitos das crianças e dos adolescentes, política de geração de renda, entre outros. E a segunda, ainda mais específica, tratou de políticas de crédito, através da continuidade da atuação junto as jovens lideranças femininas identificadas e integrantes das organizações locais de mulheres. Eis alguns resultados:

• **No âmbito local**

Envolvimento das mulheres dos municípios na Mobilização Social pelo Pacto Nacional pela Infância com representação de lideranças na MMTR na Comissão Regional e como articuladoras titulares da sociedade civil em alguns municípios. Interferência mais efetiva dos MMTR´s de Santa Bárbara, Serrinha e também Retirolândia nas Comissões Municipais e Regional de Água do P1MC e na operacionalização de todas as fazes da construção das cisternas. Na negociação de mais 14 cisternas a serem construídas em dois municípios de abrangência do P1MC.

• **No âmbito regional**

A apresentação e negociação de propostas de crédito, acesso a documentação e a saúde ao SAEB/SAC; ASCOOB; SICOOB; Prefeitura Municipal e SEBRAE, a participação do MMTR regional na construção do Plano de Desenvolvimento Territorial com apresentação de propostas [Pronat infra-estrutura e PAISM] e compondo os grupos de trabalho de agricultura familiar, educação e saúde do CODES - Sisal, a participação na Comissão Estadual do Programa Nacional de Documentação da Mulher Rural para operacionalização do mesmo na região, co-organização do Mutirão da Documentação promovido pela Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário/INCRA em parceria com o STRAF, APAEB e o Sicoob do município de Serrinha, negociação e aprovação pelo COGEFUR de uma linha crédito específica para as mulheres - Mulher Empreender e a apresentação de propostas no campo da saúde, violência contra a mulher, e infra-estrutura ao orçamento público do Estado da Bahia.

• **No âmbito inter-regional**

Inclusão de proposta de geração de renda, documentação e violência conta a mulher] da inter-regional no documento apresentado a SPM pelo MMTR-NE, a inserção de 03 grupos de produção de mulheres, filiados da Rede de Produtoras, no Programa de Promoção da Igualdade de Gênero desenvolvido pelo MDA através da atuação do MMTR inter-regional no Programa de geração de Renda do MMTR-NE, a retomada das negociações com a Secretaria da Fazenda do Estado para elaboração de novos produtos de divulgação do SIMBAHIA Rural.

e) Na Formação/Acompanhamento/Monitoramento das Jovens Lideranças Femininas, foi dada continuidade ao processo de formação das jovens trabalhando questões que foram desde as relações sociais de gênero até as políticas afirmativas de crédito para mulheres rurais.

Uma das ações principais desenvolvidas neste ano foi à finalização do levantamento dos grupos de produção organizados por mulheres nas regiões do Sisal, Litoral Norte e Paraguaçu. Do total de 144 grupos identificados nos 15 municípios de atuação das jovens, 31 foram escolhidos pelas organizações de mulheres para participarem do processo de animação, bem como para integrarem futuros projetos buscados pelos MMTR´s e seus parceiros.

Identificadas as necessidades, três estratégias prioritárias foram direcionadas. A primeira foi à sensibilização e reflexão sobre as questões de gênero, identidade e auto-estima, refletindo os aspectos que influenciaram a aglutinação das mulheres nos seus respectivos grupos. A segunda relacionada a processos mínimos de estruturação associativa interna. A terceira foi uma ação articulada nos níveis local e regional, que foi a sistematização das demandas dos grupos feitas com as organizações de mulheres, em especial MMTR´s e Rede de Produtoras, transformando numa proposta de linha de crédito específico – Mulher Empreender.

2. Fortalecimento e articulação dos grupos de produção femininos para inserção da produção nos mercados locais

Nesse eixo estratégico objetiva-se fortalecer e articular os grupos de produção femininos para inserção da produção nos mercados locais. Para tanto, as ações estratégicas priorizadas foram a assessoria à Rede de Produtoras para definição do seu projeto político, planejamento estratégico e gestão e o apoio a Rede de Produtoras e empreendimentos filiados em ações de articulação no campo da economia solidária e organização local.

Essa ação se configurou como uma das mais desafiadoras para o programa de gênero, pois se por um lado à história do programa está diretamente ligada à organização política das mulheres, por outro a escassez dos recursos humanos e financeiros não permitiram a atuação direta junto aos empreendimentos locais, provocando o foco da ação no nível regional e pontualmente, através da Coordenação Executiva da Rede de Produtoras, nos níveis locais.

A partir da assessoria à Rede de Produtoras, foram realizados momentos de reflexão, formação e definição política nos quais foram definidos o projeto político, planejamento estratégico e a sua estrutura de gestão, a partir dos quais a Rede atua em quatro área estratégicas:.

Articulação política com outras organizações de mulheres – A partir da participação no MMTR Feira e Sisal a Rede começa a inserir no seu cotidiano discussões políticas específicas de mulheres defendidas pelo MMTR. Assim de forma inte-

grada MMTR´s, Rede e Empreendimentos participaram de processos de construção e implementação como I Semana das Mulheres, da construção e negociação da linha de crédito Mulher Empreender e do Seminário Nacional para construção do Projeto de Apoio aos Grupos Produtivos Organizados por Mulheres Rurais, seminário promovido pela Coordenação de Gênero do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Ainda nesta área, a Rede continua a integrar a Rede de Produtoras do Nordeste.

Atuação no movimento da economia solidária – os empreendimentos se caracterizam como de economia solidária. Contudo, a inserção no processo mais amplo da economia solidária era pequeno. Este quadro foi-se modificando a partir da participação da Unicafes Nordeste e Brasil e do Fórum Estadual de Economia Solidária, neste integrando a Coordenação Estadual.

Através dessa ação,a Rede, articulada com outras organizações locais, regionais e estaduais se fez presente em momentos importantes como O Cadastro Nacional dos Empreendimentos Solidários[1], Cadastro Nacional do Comércio Justo, Fundação da Unicafes Nordeste e Brasil e Inscrição de produtos dos empreendimentos filiados a Rede na Cesta do Fome Zero a ser negociada pelo Ministério do Desenvolvimento Social com redes de supermercados.

Acesso a mercados locais e regionais – com poucos recursos legais e financeiros, a Rede atuou através da articulação com organizações locais, regionais,

[1] Cadastro organizado pelo Fórum Nacional de Economia Solidária em parceria com a Secretaria Nacional da Economia Solidária

estaduais e nacionais no sentido de garantir a sua participação e dos empreendimentos filiados nos principais espaços de comercialização solidária do país.

A Arco-Sertão vem se consolidando como um parceiro estratégico na região, especialmente no que refere a comercialização solidária, seja através das férias regionais, estaduais e nacionais, seja através da Central de Vendas Riquezas do Sertão.

Para participar em diversas feiras de comercialização solidária as mulheres passaram a praticar a intercooperação através da comercialização conjunta dos produtos de todos os grupos, ação que tem viabilização à representação em tantos espaços regionais, estaduais e nacionais..

Outra estratégia que tem viabilizado essa ação, é a continuidade do Fundo Solidário, constituído com 5% das vendas totais de cada empreendimento através da Rede, o qual vem sendo utilizado para custear despesas com a participação em Feira e Eventos, bem como para pequenos empréstimos aos grupos para adquirir matéria prima para a produção.

A gestão organizacional – a outra área de atuação da Rede se dá no que refere a sua gestão, buscando entender o funcionamento de um empreendimento auto-gestionário, o que ainda é uma fragilidade de todas as mulheres que integram a articulação.

3. Transversalidade de gênero junto aos programas do MOC e seus públicos

O terceiro eixo estratégico, buscou promover a transversalidade de gênero junto aos programas do MOC e seus públicos de atuação.

As ações giraram em torno de oferecer conteúdos específicos aos públicos dos programas acima mencionados para qualificar suas propostas políticas de intervenção nos territórios rurais e oferecer dados e instrumentos para uma leitura crítica da realidade onde estão inseridos. Em relação à assessoria aos programas institucionais, buscou-se priorizar junto às equipes-técnicas um trabalho de coleta de dados e uma primeira sistematização das principais medidas e procedimentos que os programas têm buscado inserir em suas estratégias de trabalho para estimular a participação ativa das mulheres e construir novas práticas e valores de democracia de gênero.

Como resultados dessa ação estratégica, destacamos uma maior sensibilidade por parte dos grupos para a temática e a inclusão de iniciativas que proporcionassem a participação das mulheres em espaços de decisão e construção de uma imagem não sexista das mulheres rurais.

a) Programa de Comunicação

Verificamos a ampliação da visibilidade dos grupos organizados de mulheres na impressa local escrita, radiofônica e televisiva; maior participação das mulheres

nas rádios comunitárias; a adoção de uma linguagem direcionada ao público feminino; maior preocupação com a representação feminina na composição de comissões, grupos de trabalho e instâncias de representação e maior participação das mulheres nas atividades de formação política e capacitação técnica.

b) Programa de Educação Rural

Mantém-se a inserção da dimensão de gênero nos instrumentos pedagógicos utilizados pelos professores(as), o reconhecimento do trabalho realizado pelas mulheres como integrantes do desenvolvimento, a abertura e ampliação da participação das mulheres na tomada de decisão na gestão escolar, exposição dos trabalhos realizados pelas mulheres nos encontros municipais e comunitários promovidos pelas escolas, o envolvimento dos pais nas atividades escolares e comunitárias, o aumento do número de mulheres em espaços de discussão e representação política [Comissão Estadual de Monitores], o aumento da participação das mulheres nas instâncias de definição coletiva do Programa de Educação Rural e nos Conselhos Municipais de Educação entre outros.

No processo de formação das jovens lideranças femininas, é preciso destacar que a dificuldade de interpretação da leitura apresentada pela maior parte das jovens fez surgir nova interface junto ao Programa de Educação, mais especificamente o sub-programa Baú de Leitura. Nessa ação foram utilizados os livros do projeto Baú de Leitura que tratam questões como gênero, identidade, auto-estima e organização, todos de forma lúdica, criativa e prazerosa, utilizando esse processo como fio condutor para a prática da leitura e interpretação.

c) Programa de Água

Destaca-se uma maior receptividade à questão de gênero junto às Comissões Municipais e Comissão Regional, participação mais qualificada das mulheres nos espaços de gestão do Programa P1MC, aumento do número de mulheres nas atividades de formação e capacitação técnica, a exemplo das capacitações de construção de cisternas e bombas.

No que diz respeito à assessoria/acompanhamento aos programas da instituição para promoção da dimensão de gênero em suas ações estratégicas, apontamos como principal resultado à elaboração de um documento de avaliação de impactos da inserção da dimensão de gênero em todos os programas institucionais com destaque para a identificação dos instrumentos e procedimentos que hoje se constituem em novas práticas e valores trabalhados pelas equipes técnicas, das pautas, das mudanças mais significativas e das dificuldades dos programas em trabalhar essa transversalidade em determinadas áreas.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

O Programa de **Educação do Campo** desenvolve ações buscando contribuir na construção de uma proposta de política pública a serviço do desenvolvimento sustentável local e territorial, valorizando a identidade e cultura locais. Em 2005, atuou em quatro linhas de ações específicas: **a)** Subprograma de formação continuada de professores/as do campo – Projeto **CAT**; **b)** Subprograma Formação continuada de Monitores/as e Coordenadores/as da **Jornada Ampliada** do PETI; **c)** Subprograma Formação de educadores/as e Coordenadores/as para atuarem no **Projeto Baú de Leitura** e **d) Integração das Ações Educativas**. Dentro destas quatro linhas, trabalhou-se com alguns eixos de atuação como: fortalecimento da sociedade civil, fortalecimento da agricultura familiar, meio ambiente, segurança alimentar, água e incentivo à construção, implementação, execução e controle de políticas públicas.

A seguir as principais atividades realizadas em 2005 em cada linha de ação.

1. Subprograma de Formação Continuada de professores/as do Campo - CAT

O processo de formação continuada de professores municipais do campo é uma proposta pedagógica desenvolvida há 12 anos em parceria entre prefeituras municipais da Região Sisaleira, a UEFS, Movimentos Sociais e o MOC.

Busca-se fortalecer o desenvolvimento, colocando a escola como produtora de conhecimento voltado para esta realidade, centrando-se a atenção na agricultura familiar e no campo e que as crianças percebam a importância, o valor, a contribuição das atividades que seus familiares realizam para a sustentabilidade alimentar das pessoas e o desenvolvimento do município e da região.

Trabalha-se com a metodologia de **C**onhecer a realidade através de pesquisa com os pais, **A**nalisá-la, para ver o que há de bom e o que precisa melhorar, daí criando e ampliando conhecimentos que ajudem as pessoas a viverem melhor. Em seguida, devolvem-se estes conhecimentos à comunidade, para se buscar **T**ransformar a realidade naquele aspecto pesquisado; daí a sigla CAT.

A identidade pessoal e local, e Censo Ambiental, pesquisando-se o meio-ambiente e a ação das pessoas sobre o mesmo, foram temas planejados, conjuntamente, construindo-se uma **Ficha Pedagógica,** espécie de roteiro para o trabalho do/a educador/a.

Estratégias de Atuação:

a) Nos municípios Novos

A partir da inserção do eixo educação do campo e da elaboração de um diagnóstico sobre educação no CODES por solicitação dos próprios municípios, houve uma ampliação do Projeto CAT, para mais **oito** municípios desta região.

Nestes municípios novos optou-se por uma estratégia de formar equipes municipais envolvendo professores municipais e representantes dos movimentos sociais do campo, buscando dar uma sustentabilidade pedagógica e política ao processo.

Foi composta, em cada município, uma equipe de 04 ou 05 pessoas oriundas da Secretaria de Educação, mais uma representação da sociedade civil organizada para participar dos encontros de formação e preparar-se para implantar e acompanhar a proposta de educação do campo junto aos educadores, diretores e gestores no município.

O processo de formação constou de encontros, visitas a experiências de educação do campo e estudos sobre as mesmas.

b) Nos municípios mais experientes

Com os municípios mais experientes, realizou-se um processo de monitoramento, com quatro Encontros Intermunicipais de Avaliação e Planejamento, sendo mais assumidos pelos/as coordenadores/as, intensificando a troca e socialização de experiências. Houve, também, oito reuniões da coordenação geral (MOC/UEFS/ Coordenação municipal) para monitorar todo o processo. Buscou-se, também, como estratégia de integração das ações educativas, uma maior participação da sociedade civil organizada nas ações educativas nos municípios. Para isso, foram realizados dois seminários sobre "Educação do Campo e Movimentos Sociais": um no Território do Sisal e outro no Território Bacia do Jacuípe bem como construção de um plano comum de ações.

Continuou-se lutando pela implementação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução do CNE, nº 01, de 3 de abril de 2002), através de discussões sobre o tema e incentivo à elaboração dos Planos Decenais de Educação que foram concluídos este ano.

O CAT em números:
11.993 crianças e adolescentes
508 educadores
304 escolas
223 comunidades
56 coordenadores (39 novos em 2005)
19 municípios (08 novos em 2005)
4.798 famílias buscando preservar mais o meio ambiente, utilizando melhor o solo e valorizando mais os produtos proporcionando segurança alimentar.

Dificuldades

Percebe-se que nem todas as Secretarias de Educação assumem a implantação das Diretrizes e a execução do Plano Decenal de Educação como política públi-

ca permanente de educação. Ou seja, ainda se tem um projeto e não uma política pública de educação do campo – construída pelo poder público e sociedade civil e aprovada nos Conselhos, com orçamentos específicos etc. Assim, sempre há dificuldade quando se muda de gestão.

Nos municípios mais experientes, a sociedade civil organizada ainda tem pouca participação nos processos de educação, pois as decisões são tomadas, na maioria das vezes, pelo poder público, percebendo-se que, mesmo nos Conselhos Municipais, os representantes dos movimentos sociais ainda não têm uma atuação efetiva.

Constata-se, ainda, que a devolução à comunidade, dos conhecimentos produzidos pela escola, como passo metodológico importante para o Transformar, não foi bem entendida e assumida por todos os municípios.

Resultados constatados

Esta proposta de educação do campo atuando basicamente no semi-árido baiano, tem contribuído, ao longo dos seus onze anos, não só para o crescimento intelectual e cognitivo das crianças e adolescentes, mas também para estimular o desenvolvimento de habilidades e posturas cidadãs, provocando a intervenção constante na realidade em que vivem, com o intuito de transformá-la para melhor.

A metodologia, que leva à produção de conhecimento, tem ajudado a melhorar a vida das pessoas e colaborado para a integração escola e comunidade. Vêem-se hoje alunos mais participativos, críticos e criativos valorizando e respeitando mais os idosos, seus pais agricultores e o meio ambiente.

Provocadas pela escola, as famílias têm melhorado seus hábitos alimentares, valorizando mais sua produção agrícola e aumentando sua renda com a utilização desses produtos na alimentação Um grande movimento pela preservação do meio-ambiente vem acontecendo com plantio de árvores frutíferas e mais cuidado com o lixo e aguadas, formando-se mutirões nas comunidades para limpar açudes comunitários.

Este ano, houve um maior despertar dos movimentos sociais para o seu papel sócio-político junto à educação do campo. Representantes da sociedade civil organizada contribuíram em momentos de discussão sobre educação do campo e participaram integralmente dos encontros de formação dos educadores/es. A partir daí, percebe-se uma maior presença na vida da escola e na luta junto ao poder público, pelo atendimento às demandas surgidas nas devoluções, resultando no melhoramento de aspectos físicos de algumas escolas, exigido pelas associações locais.

Estes resultados têm contribuído para o estímulo aos professores e reconhecimento do projeto em âmbitos variados..

Considerações finais

Pode-se confirmar que quatro pontos se destacaram no trabalho deste ano:

- A estratégia de formação da equipe pedagógica dos municípios novos, preparan-

do-a para implantar e assumir a proposta de educação do campo em seus municípios em 2006.

- A inclusão, na equipe pedagógica dos novos municípios, de um representante da sociedade civil organizada. Um marco que está dando certo, traz melhor a realidade da população para ser refletida e revela um compromisso cidadão.
- O processo de monitoramento dos municípios mais experientes, acompanhando o assumir com mais autonomia esta caminhada, e a busca de envolver nestes, a sociedade civil organizada, para que acompanhe o processo, colabore nas ações junto às comunidades e fiscalize a atuação e execução das políticas públicas.
- O processo das devoluções dos conhecimentos produzidos à comunidade pelas escolas. Ficou marcada a presença das famílias e poder público refletindo o que é necessário fazer para melhorar a vida das pessoas e a preservação do meio ambiente. Foi um avanço considerável que provocou exigências e atuação tanto do poder público, quanto da sociedade civil organizada na busca de melhoria das escolas e de vida para todas as pessoas.

Tudo isto leva a refletir sobre a responsabilidade em 2006.

Além dos **19** municípios com os quais se trabalhou este ano, outros deverão buscar a atuação do CAT como uma experiência de educação do campo. Isto implicará, provavelmente, em três níveis de atuação em 2006: com os mais experientes (11 municípios) uma assessoria mais geral; com os novos (8 municípios) que se prepararam em 2005, assessoria na implantação da proposta com professores/as de seus municípios; e mais um grupo novo de coordenadores/as de outros municípios o qual deverá preparar-se para implantar em 2007 a proposta com os/as professores/as.

2. Subprograma formação de educadores para Jornada Ampliada do PETI

A Jornada Ampliada do PETI são ações complementares à escola, espaço onde se desenvolvem atividades sócio-educativas de convivência, recreativas, artísticas, esportivas e de pesquisa para produção de conhecimento que busca contribuir com a melhoria de vida das pessoas, da comunidade e do desenvolvimento territorial sustentável. O trabalho do MOC na Jornada é desenvolvido em duas linhas de ações: um processo sistemático de formação, planejamento, monitoramento e avaliação com os **Coordenadores/as Municipais**, e outra de **formação dos monitores**.

Em 2005, o subprograma da Jornada Ampliada contou, em suas atividades com a parceria com SETRAS, UNICEF e Projeto Axé, e apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial.

As ações de formação foram dentro da linha de desenvolvimento sustentável, com enfoque em meio ambiente, valorização da cultura local, segurança alimentar, gênero/sexualidade, ética e cidadania. Eis as atividades:

a) Formação de Coordenadores/as

Como nos anos anteriores, priorizou-se o trabalho com os **Coordenadores** municipais, como uma espécie de **rede de multiplicadores.** Não sendo possível e nem estratégico para o MOC atingir um a um os monitores, buscou-se potencializar os coordenadores, para que os mesmos multiplicassem as ações em cada município com os monitores, construindo uma maior autonomia **municipal**. Neste sentido desenvolveu-se o trabalho com algumas dimensões:

Dimensão Pedagógica do Cuidado e preservação - recomposição ambiental:

A cada dois meses, era realizado um Encontro de Planejamento, Monitoramento e Avaliação das Ações. Para o **Grupo A,** região de atuação do MOC, foi mais intensificado o trabalho, continuando as atividades de preservação e recomposição ambiental, com a **Campanha Plante e Cuide de uma Árvore Frutífera** adaptada à região semi-árida. O **Grupo B**, em menor escala, também desenvolveu a campanha, que contou com o apoio da *Eletrobrás*.

A partir deste trabalho foi possível realizar vários estudos de reforço escolar, sobre os diversos tipos de árvores, frutas, vitaminas encontradas nas frutas da região, importância do cuidado com a natureza, canalizando para uma campanha de segurança alimentar, além de toda uma dimensão da **arte e da cultura**, com confecção de cartazes, pinturas de quadro, construção de poesias, músicas, apresentações teatrais sobre a temática.

Nos espaços dos encontros, além da avaliação da prática, foram realizadas **Oficinas Pedagógicas** de segurança alimentar, de agroecologia e de gerenciamento de recursos hídricos, buscando ampliar e aprofundar os estudos sobre a questão e melhorar os resultados das campanhas que estavam sendo realizadas.

Esta campanha de cuidado e preservação ambiental perpassava por várias outras questões, como cidadania, cuidado com as gerações futuras, dentre outras. De 2003 até o momento, as famílias já adquiriram, aproximadamente, **8.680** filtros e em relação à Campanha de Plantio de Árvores, podemos ver o avanço:

Campanha Plante e Cuide de uma Árvore Frutífera:

41 municípios desenvolvendo a campanha
10.396 árvores plantadas em 2003
26.672 árvores plantadas em 2004
48.200 árvores plantadas em 2005
24.900 crianças envolvidas na campanha

Como é possível verificar, a quantidade de mudas plantadas entre 2003 a 2005, cresceu consideravelmente, graças ao apoio da *Eletrobrás* e ao processo sistemático de ações junto às famílias, com campanhas de sementes, de preservação.

Dimensão Política e Cidadania
(contribuição na construção de políticas):

Outra temática bastante debatida nos encontros durante o ano de 2005, foi a participação nos espaços existentes **de construção de políticas** como Fóruns, Conferências, Comissões, Conselhos, dentre outros. A partir deste debate, alguns coordenadores começaram a participar de Conselhos como da Criança e Adolescente, de Educação, de Desenvolvimento Territorial Sustentável, tanto no Território do Sisal, quanto do Jacuípe, levando propostas de educação, de direitos das crianças e adolescentes. Merece também destaque a participação de vários Monitores no debate do *Pacto Um Mundo para Criança e Adolescente do Semi-Árido.*

O debate sobre **Educação Integral** também foi pauta em encontros este ano. Foi analisado como o trabalho da Jornada e das ações educativas nos municípios poderia contribuir na construção de uma proposta de educação integral, aproveitando inclusive as experiências existentes como da Jornada, do Baú de Leitura, do Projeto CAT.

Dimensão da arte e cultura:

Em todas as temáticas estudadas, se planejava como trabalhar elementos pedagógicos, dentro da sala de aula e fora dela, utilizando inclusive elementos lúdicos, recreativos, de arte, de revalorização da cultura local.

b) Cursos de Formação Inicial de Monitores.

Foram realizados **12 cursos de formação de** Monitores/**as,** com **52** horas, alguns de 1º Módulo e outros de retomada do processo. No total foram **660** Monitores capacitados. O MOC também contribuiu para o processo de formação de 110 Monitores do PETI de Salvador.

Algumas dificuldades

As incertezas em relação ao futuro PETI, com a transferência do mesmo para o Programa Bolsa Família do Governo Federal e assim como o futuro profissional dos/as monitores/as, têm trazido insegurança e desânimo para muitos, visto que não está claro como ficará a Jornada Ampliada e tudo que já foi conquistado até o momento. Há uma falta de integração de políticas, especialmente entre os Ministé-

rios de Educação e da Assistência Social, que se reflete também no âmbito estadual e municipal.

Geram dificuldades também o pouco compromisso de alguns gestores em disponibilizar as condições de trabalho necessárias, assim como o idêntico profissional de alguns monitores, que não desenvolvem bem o trabalho.

Alguns avanços

- Coordenadores/as e monitores/as realizando seminários, mostras de arte, com participação das famílias, crianças, adolescentes, sem intervenção do MOC, caminhando para uma maior autonomia;
- Crianças que antes estavam no trabalho, não freqüentavam a escola, não conseguiam se expressar, nem mesmo falar direito, hoje freqüentam a escola, desenvolvem suas potencialidades artísticas e criativas, na comunidade, nos seminários e eventos regionais e estaduais;
- Maior desenvolvimento e desempenho escolar das crianças, com diminuição da repetência e da evasão;
- Participação de monitores nos Conselhos, Fóruns e Comissões propondo e construindo políticas públicas em defesa da criança e do adolescente;
- Fomento do debate, estudos e elaboração de um plano de educação integral;
- Participação de Monitores/as na construção dos Planos de Educação dos CODES (Sisal e Jacuípe).

A Jornada Ampliada em números:

35.000 crianças freqüentando a Jornada Ampliada com ações lúdicas, recreativas, de pesquisa e reforço escolar.
1.920 educadores atuando nas Jornadas Ampliadas com acompanhamento de 84 coordenadores municipais
660 educadores capacitados em desenvolvimento sustentável, atividades artísticas e esportivas para melhor atuação na jornada
26 mostras de arte nos municípios realizadas
20 grupos de teatro, **11** grupos de dança e **06** grupos de música formados

3. Subprograma Baú de Leitura

O subprograma Baú de Leitura enquanto ação complementar da jornada ampliada e da jornada regular, compreende a leitura como instrumento no desenvolvimento da criança e adolescente, na formação do ser humano e de sua percepção de mundo. Desta forma, incentiva a elaboração e implementação de políticas públicas de educação que contemplem uma concepção de leitura lúdica e contextualizada.

Com as ações desenvolvidas neste ano, buscou-se aprofundar e fortalecer as relações entre os atores educacionais e políticos que formam uma **rede de educadores** do projeto, nos espaços locais e regionais de encontro e intercâmbio de experiências, dando continuidade aos processos de formação. Outras estratégias foram intensificadas procurando ampliar as ações do Grupo de Trabalho do projeto, envolvendo a sociedade civil e o poder público nas ações desenvolvidas. Assim, os espaços de formação foram ampliados fortalecendo a dimensão político-pedagógica do projeto que já abrange 48 municípios, 49 coordenadores e 785 educadores envolvidos no trabalho com 785 baús e 21.611 crianças. Eis algumas ações:

a) Formação e articulação dos Educadores

Os **Encontros de Sensibilização** – constituem-se no processo inicial de formação, para subsidiar a prática pedagógica dos novos educadores. Assim, trabalhou-se o envolvimento dos educadores no processo de leitura, procurando contribuir para o resgate da sua identidade cultural, fazendo uma leitura de si e do mundo a partir dos livros. Participaram neste ano **146** educadores, possibilitando que mais crianças tivessem acesso ao Projeto Baú de Leitura.

Os **Encontros de Aprofundamento da Metodologia** - visaram fortalecer e dinamizar a prática pedagógica dos educadores que já atuam no projeto, assim trazendo novos elementos para o trabalho com os temas gerais – identidade cultural, meio ambiente e relações sociais – que norteiam as leituras. Passaram por este processo, **531** educadores, que trouxeram suas experiências e reafirmaram o compromisso com o Projeto Baú de Leitura, assumindo mais sua identidade, revelando mudanças no seu desempenho leitor e buscando uma maior representatividade social e política, participando de espaços de construção política como câmara de vereadores, conselhos, comissões, etc.

Os **Encontros de Coordenadores** são espaços de formação, de troca de experiência, de avaliação e planejamento das ações, buscando melhorar a atuação dos coordenadores no projeto e em outros espaços do município, fazendo com que dominem mais a metodologia e filosofia do projeto, através de oficinas temáticas. Foram realizados encontros, envolvendo os coordenadores, provocando uma maior articulação destes em âmbito regional no sentido de contribuir para o fortalecimento do projeto.

Os **Encontros de Formação da Equipe de Multiplicadores** se revelam como outro espaço de formação que contribui com os demais processos pedagógicos. Os multiplicadores desenvolvem suas ações realizando encontros de sensibilização e aprofundamento de educadores – dividindo com a equipe técnica do MOC a mediação deste processo – e ampliando os espaços intermunicipais de intercâmbio.

b) Inovações da prática dos educadores

Outros espaços de formação podem ser destacados como **inovações da prática dos educadores** nos seus municípios e regiões. Os **Núcleos de Leitura** que

são os espaços de formação local, onde mensalmente os educadores se reúnem, fazem leituras compartilhadas em todos os municípios para estudos e aprofundamento da metodologia, passaram a integrar educadores e convidados de outros municípios em sua dinâmica e troca de experiência. Da mesma forma acontecem as **Mostras de Arte e Leitura** que, a partir da iniciativa dos educadores são multiplicadas nos municípios e regiões, abrindo espaço de cultura e lazer, intercambiando saberes, entre crianças, educadores, famílias e artistas da região. Os **Encontros Intermunicipais**, realizados entre municípios de uma mesma região, fortalecem essa tendência de articulação regional no processo de formação dos educadores.

c) Ações e instrumentos de integração e fortalecimento do Projeto

No processo de fortalecimento do Projeto Baú de Leitura, o **Grupo de Trabalho** constituído de representantes do poder público e sociedade civil, destaca-se na articulação de entidades da sociedade civil e do poder público nos **Encontros Regionais,** buscando divulgar e ampliar a proposta de leitura do projeto para a escola regular. Os **Encontros Regionais com Secretários Municipais** conseguiram reunir representações do poder público, tendo como resultados uma maior participação de secretários de educação, educadores e outros agentes sociais. Nes-

tes encontros apresentou-se a metodologia do projeto, sua atualidade e sua importância no contexto dos municípios e regiões, como estratégia de estreitamento das relações entre estes e incentivo à consolidação de políticas públicas de Educação.

O **diagnóstico** do projeto Baú de Leitura, elaborado nos espaços de formação dos coordenadores, é um instrumento pedagógico que traz indicadores sociais do impacto do Projeto – como número de atores que passaram a ler, que produzem textos, que participam de espaços culturais e sociais nos municípios – e se configura como um elemento estratégico importante de apresentação e discussão sobre os resultados e impactos do projeto.

A fim de universalizar a experiência e abrir caminhos por políticas públicas, foi realizado um processo de **sistematização da experiência** do Projeto Baú de Leitura em forma de livro, envolvendo instituições parceiras como o IRPAA do Estado da Bahia e a Missão Criança, o CDJDC e a UNDIME do Estado de Sergipe. Além dessa sistematização, o Projeto publicou um artigo especial na Revista Presença, onde relata a trajetória e os principais resultados.

Destaca-se, também, a classificação do Projeto Baú de Leitura entre as 10 experiências vencedoras do **Prêmio Melhores Práticas em Gestão Local 2005**, da Caixa Econômica Federal e a indicação para concorrer ao Prêmio Internacional de Práticas de Desenvolvimento, Dubai, nos Emirados Árabes.

d) Limites e desafios

Alguns **limites** prevalecem ainda, pela própria dinâmica das relações entre sociedade civil e poder público, pois nem sempre se percebe a educação como estratégia de desenvolvimento territorial, pela fragmentação de políticas nos municípios, consolidando o distanciamento entre a jornada regular e a ampliada, e pelo frágil controle social por parte da sociedade civil que não ocupa os espaços de representatividade – como conselhos de educação e FUNDEF – a fim de buscar mecanismos de propulsão para que se projete o Baú de Leitura enquanto políticas públicas em seus municípios.

Alguns **desafios** para 2006 se mostram claros, como a necessidade de maior apoio por parte do poder público e também da sociedade civil, aos espaços de formação continuada construídos pelos educadores em seus municípios e regiões. Busca-se também um maior envolvimento das Secretarias Municipais de Educação e Ação Social na ampliação, no acompanhamento e fortalecimento do projeto nos municípios, garantir a discussão sobre a importância da leitura nas jornadas pedagógicas e nos projetos políticos pedagógicos das secretarias, bem como de construção de políticas públicas.

Desta forma, os desafios se traduzem em estímulos à construção de políticas públicas de educação que contemplem uma proposta de leitura contextualizada, que fortaleçam os laços de solidariedade com a sua comunidade, com sua história e sua cultura e que vejam no prazer de ler e perceber o mundo, em letra e em vivências, possibilidades de mudança.

O Baú de Leitura em números:

21.611 crianças em torno de 35.000 livros da literatura infanto juvenil.
3.830 crianças apresentando nas comunidades, levando arte e reflexão, divertindo e envolvendo.
7.028 crianças dramatizam e **1.735** contam histórias.
2.218 crianças produzem contos, **3.944** poesias e **4.310** histórias.
1.027 famílias lendo os livros do acervo do Baú de Leitura.

4. Integração das Ações Educativas

Além das atividades destes três subprogramas, trabalhamos, em 2005, com uma quarta linha de ação. **Integrar as ações educativas nos municípios**, abrindo caminho para a construção de uma educação integral.

No início do ano, foi realizado, com assessoria do MOC, um Encontro de Planejamento de Ações Conjuntas (CAT, Jornada Ampliada, Baú de Leitura e representantes da sociedade civil) a serem desenvolvidas nos municípios. A partir desta ação, houve vários encontros municipais de integração, seminários, mostras de arte, devoluções do Projeto CAT, Núcleos de Leitura, dentre outros.

Em julho, foi realizada a **III Mostra de Arte e Cultura do PETI.** Esta mostra contou com a participação dos três subprogramas e de representantes da sociedade civil e poder público.

Junto com o Fórum Estadual de Educação do Campo e RESAB, o MOC promoveu um **Encontro Regional de Educação do Campo**, com poder público e sociedade civil, tendo como objetivo estudar e encaminhar ações para implementação das Diretrizes Operacionais para Educação do Campo nos municípios e incentivar o apoio à leitura prazerosa, a partir das ações do Baú de Leitura.

No final do ano, houve um **Seminário de Avaliação das Ações Educativas** realizadas, nos municípios, em 2005..

Além disso, o Programa de Educação do MOC vem participando do CODES, contribuindo no processo de construção de políticas públicas de educação para a região.

Este ano, o programa apresentou sua experiência no Encontro Nacional de Educação do Campo, promovido pela SDT, especialmente sua intervenção no CODES.

PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Atendendo aos anseios de vivenciar uma sociedade pautada nos princípios da igualdade de direitos, o MOC, com entidades e grupos parceiros da região, realizou discussões, debates e processos de formação, com objetivo de qualificar a atuação da sociedade civil nos espaços de participação política e definição de políticas públicas. Simultaneamente, buscou qualificar os espaços públicos de construção de políticas, como os Conselhos e Comissões.

Tendo em vista essa crescente complexidade e os vários obstáculos para a promoção de melhorias concretas, o Programa de Políticas Públicas (POLPUB) tem como objetivo estratégico, de um lado, o fortalecimento de entidades/grupos representativos da sociedade civil para formulação, implementação e controle social de políticas públicas, com participação qualificada nos espaços de decisão e implementação dessas políticas e, de outro, a qualificação da ação destes próprios espaços de elaboração e controle social de políticas públicas como Conselhos, Comissões etc. Para efeito, o Programa de POLPUB desenvolveu, em 2005, suas ações configuradas nos seguintes eixos estruturais: construção de planos estratégicos e de gestão das entidades regionais; redefinição dos projetos políticos e desenho institucional, assessoria a entidades e grupos na dimensão de desenvolvimento local sustentável; formação, mobilização e articulação da sociedade civil para interferência nos espaços públicos institucionais de elaboração de políticas públicas setoriais, como conselhos, fóruns, etc; motivação para autonomia de entidades e grupos; formação de grupos para acessar e permanecer na terra, assessoria a Conselhos Municipais e Regionais de Políticas Setoriais, apoio e incentivo às experiências de auto-organização e representação política da juventude na perspectiva de políticas públicas. A fim de dar unidade programática às ações desenvolvidas pelo Programa de POLPUB, foram as mesmas organizadas, em 2005, através de quatro SubProgramas, a saber: *Conselhos Municipais de Gestão, Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Juventude e Participação Social, Fortalecimento da Sociedade Civil e Acesso à Terra*, cujo eixo aglutinador foi o **Fortalecimento da Sociedade Civil** .

Nos próximos pontos, destacamos as ações estratégicas e resultados dos subprogramas, em 2005, e suas perspectivas para 2006.

1. SubPrograma Conselhos Municipais de Gestão

O SubPrograma de Conselhos, tem três objetivos básicos: a) fortalecer a sociedade civil para inserir-se nos Conselhos Municipais de Gestão, entendidos como espaços de definição e implementação de políticas públicas setoriais, orçamento municipal e participação e na elaboração de planos, projetos e de políticas setoriais. b) criar espaços efetivos de controle social das políticas públicas setoriais através da participação pró-ativa dos representantes da sociedade civil; c) contribuir para a democratização da administração pública municipal, criando e fortalecendo espaços de poder e de gestão participada, como os Conselhos..

Para efetivação desses objetivos o MOC definiu, no seu planejamento, atuar

junto aos CMDCA, CMDRs e Conselhos Municipais de Educação. Na prática, atuou, também, junto aos CMAS e aos Conselhos Tutelares, desenvolvendo durante o ano um conjunto de atividades de capacitação nos níveis regional, sub-regional e municipal, acompanhamento e monitoramento junto aos conselheiros municipais. O foco de todo processo de trabalho foi a busca do fortalecimento dos Conselhos Municipais, sendo que, para isso, são necessários: a compreensão política da importância desses espaços institucionais pelos conselheiros; o conhecimento básico dos fundamentos legais e dos objetivos dos Conselhos; o planejamento das ações a serem implementadas; o monitoramento e avaliação.

Os resultados desse trabalho são os seguintes: maior interação dos conselheiros das diversas áreas; conselheiros com maior clareza sobre a importância de uma atuação qualificada através do planejamento das ações; conselheiros mobilizados para estruturação e funcionamento da Casa dos Conselhos; segmentos da sociedade Civil mobilizados para redesenhar e fortalecer a sua atuação nestes espaços de decisão política; interferência direta dos Conselhos no Plano Plurianual, destacando-se os municípios de Nova Fátima, Santa Luz (ambos na área da Criança e Adolescente) e Candeal; conselheiros atuando na elaboração das Conferências Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social; conselheiros atuando de acordo com as diretrizes do Pacto "Um mundo para a Criança e Adolescente no Semi-Árido".

Entretanto, apesar dos Conselhos Municipais de Gestão se constituírem em importantes espaços de definição de políticas públicas setoriais, com a participação de representações da sociedade civil e do poder público, algumas dificuldades persistem na maioria dos municípios: ausência de planos de ação definidos; a falta de regularidade de reunião para a discussão e implementação de suas atividades e monitoramento dos trabalhos, prejudicando, assim, a continuidade do processo de trabalho, que poderia estar gerando melhores serviços em cada setor de atividade.

Os desafios são decorrentes, por um lado, de uma cultura de participação pouco pró-ativa, por parte das organizações da sociedade civil nos espaços político-institucionais, não assumindo como prioridade a participação nos Conselhos Municipais de Gestão e, por outro, da prática centralizadora dos administradores municipais que enfraquece a atuação dos Conselhos, instâncias de democratização da administração municipal.

Apesar dos desafios supracitados, a atual conjuntura vem demarcando a consolidação de um modelo democrático e participativo de gestão das políticas públicas, perspectiva essa que vem legitimando os Conselhos de Gestão e conseqüentemente aumentando demandas para estes espaços, percebendo-se desta forma, também, a necessidade de apoiar e assessorar, a fim de fortalecer os Conselhos de Gestão, como de fato uma esfera estratégica de controle social e garantia de implementação das políticas públicas de maneira mais transparente.

Para o MOC, esta trajetória de Conselhos vem se ampliando não só enquanto espaço de atuação da entidade nos diversos municípios, como também, um espaço aonde vem se atuando institucionalmente em nível estadual como: CEAS, CECA e

CEDRs. Espaços preponderantes para a multiplicidade de formulação e controle social de políticas públicas.

2. SubPrograma Juventude e Participação Social

2005 se firmou como ano de consolidação da intervenção institucional do MOC na dimensão de juventude. Atualmente, são diversas as áreas de trabalho com jovens, junto a entidades parceiras, a saber: comunicação social e cultura, agricultura familiar, interferência nas políticas públicas, acesso à terra.

Além da ampliação dessas iniciativas e projetos focando jovens, a definição de criar o Programa de Juventude, presente no planejamento estratégico do MOC 2006-2010, é o resultado mais expressivo da compreensão político-estratégica e reconhecimento institucional do papel do segmento juvenil na construção do desenvolvimento territorial sustentável da região. Acreditamos que a experiência singular dos Coletivos de Jovens tenha dado uma importante contribuição para essa conquista.

Para o ano de 2005, optou-se prioritariamente por três linhas de trabalho para o conjunto de atuação junto ao segmento juvenil rural. A primeira voltou-se para apoio e incentivo às experiências de auto-organização juvenil, em 22 municípios das Microrregiões Sisal e Vale do Jacuípe da Bahia, que aqui vai descrita.

Os Coletivos Municipais de Jovens atuam e (são reconhecidos pelas entidades locais) enquanto instrumento de organização política e social da juventude, mas ainda demandam de assessoria técnica para avaliação do processo de trabalho local com os/as jovens e para planejamento de algumas ações voltadas para intervenção nas políticas públicas setoriais e elaboração e gestão de projetos juvenis, negociados junto a entidades apoiadoras. Visitas municipais de acompanhamento técnico aos Coletivos foram a estratégia de trabalho, nesta dimensão.

De forma complementar, outra linha de trabalho optada foi a capacitação e qualificação técnica dos jovens coordenadores municipais para o desenvolvimento dos trabalhos dos Coletivos de Jovens. O processo de capacitação assegurou a qualificação continuada dos jovens , focando a inserção e criação de oportunidades geradoras de trabalho e renda da agricultura familiar no contexto do semi-árido. Esta dimensão também se constitui como desafio para a experiência de trabalho com jovens nas microrregiões. Desta forma, foram realizadas oficinas temáticas sobre planejamento estratégico, elaboração de projetos sociais e produtivos, acesso a crédito rural e gestão de empreendimentos solidários, com participação de mais de sessenta jovens.

A terceira linha focou a prestação de assessoria técnica ao Coletivo Regional de Jovens. Mensalmente, um coordenador juvenil de cada município reuniu-se para planejar, avaliar e definir encaminhamentos políticos em relação à experiência de trabalho. Com isso, as reuniões mensais deste espaço de articulação e intercâmbio regional da juventude tiveram acompanhamento técnico voltado para o fortalecimento do empoderamento juvenil no processo de planejamento e gestão.

Noutra dimensão, os Coletivos de Jovens estão implementando o Projeto Jovem Prevenção, que visa qualificação técnica de jovens multiplicadores na área de prevenção de DST/AIDS e gravidez na adolescência. A partir das capacitações, esses jovens serão qualificados para desenvolverem experiências comunitárias de orientação de jovens rurais para implementação de práticas de prevenção as DST/AIDS e gravidez na adolescência. De modo geral, esta proposta surgiu devido à inexistência de processos de informação e formação de jovens voltados para essa perspectiva, já que nem a escola nem o poder público têm uma iniciativa com este foco, tampouco as famílias da zona rural estão preparadas para tratar disso com seus filhos.

As conquistas da juventude, em 2005, estão compreendidas em várias dimensões:

Projetos de apoio para trabalho local da juventude

Nos municípios de Antônio Cardoso, Conceição do Coité e Tucano, prestou-se assessoria na elaboração e acompanhamento de projetos referenciais de formação e mobilização social de jovens comunitários, que foram negociados e apoiados junto a CESE. Em Antônio Cardoso, os jovens conseguiram apoio com a Cáritas Brasileira Regional 3, para realização da I Semana Social da Juventude.

Atuação nos Conselhos Municipais e Câmara de Vereadores

Os Coletivos de Jovens formaram comissões locais de jovens para acompanhamento e participação nos Conselhos Municipais de Criança e Adolescente (em Antônio Cardoso, Nordestina, Nova Fátima e Tucano), Desenvolvimento Rural Sustentável (em Santa Luz, Antônio Cardoso, Tucano, Nordestina Irará, Candeal e Cansanção), Assistência Social (Antônio Cardoso), do FUMAC (Irará) e Educação (em Valente e Antônio Cardoso). Participam das sessões das Câmaras de Vereadores, além de solicitar sessões especiais para apresentar e discutir propostas e projetos de interesse da juventude.

Interferência no orçamento público

No município de Candeal, o Coletivo de Jovens e Sindicato de Trabalhadores Rurais mobilizaram jovens de comunidades rurais para identificar demandas comunitárias e formular propostas para o PPA 2006-2009 e LDO. Apesar do conjunto das propostas não terem sido incorporadas ao PPA, projetos de emenda popular na área de habitação e agricultura familiar foram negociados para o orçamento público, a partir da atuação junto à Câmara de Vereadores.

Criação de oportunidades de geração de trabalho/renda para jovens

Em Serrinha, assessorou-se, em parceria com a ADS/CUT, o Coletivo de Jovens e a Apaeb-Serrinha na elaboração de um projeto voltado para implantação de

pequenos criatórios de abelha e galinha caipira, enquanto oportunidade de geração de trabalho e renda para jovens e mulheres. O projeto está sendo implementado com o apoio da ADS/CUT e da Fundação Banco do Brasil. Já em Cansanção e Coité, jovens estão desenvolvendo experiências de horta comunitária para comercialização dos produtos no mercado local. Também em parceria com a ADS/CUT e a Cooperativa Caroá, os jovens de Araci estão formando um grupo de beneficiamento de laticínio bovino.

Jovem Prevenção

Os Coletivos de Jovens realizaram seminários regional e municipais para apresentar, discutir e negociar apoio para o Projeto Jovem Prevenção, junto às entidades locais do poder público (secretarias municipais de saúde, educação, assistência social e câmaras de vereadores) e da sociedade civil (STR's, Pastoral da Família, Associações Comunitárias) e também com empresas privadas. Com isso, o número de jovens multiplicadores bolsistas quase que duplicou..

Inserção de jovens nas diretorias de entidades representativas da sociedade civil

A atuação dos Coletivos tem conquistado reconhecimento pelas entidades parceiras locais e contribuído para a emergência de lideranças juvenis. No município de Nordestina e Araci jovens foram eleitos para o Sindicato de Trabalhadores Rurais.

Conselhos da Juventude

Os Coletivos de Conceição do Coité, Retirolândia e Valente mobilizaram jovens e entidades parceiras (STR's) para discussão e elaboração de projetos de iniciativa popular para constituição do Conselho Municipal de Juventude. Essas propostas foram apresentadas e negociadas nas Câmaras de Vereadores pelos/as jovens. Por enquanto, estão participando e acompanhando o processo de tramitação dos projetos, junto às Câmaras.

Divulgando as ações da juventude

Com o apoio do Projeto de Jovens (convênio Assocene/ MDA) e acompanhamento técnico da equipe de Comunicação do MOC, jovens produziram textos e conceberam uma revista para divulgar e dar visibilidade às ações da juventude na região, a ser lançada em 2006. Em parceria com a Agência de Mobilização Social – Aracati (SP), serão lançados, em 2006, um documentário de vídeo e um livro com a história de mobilização juvenil dos Coletivos de Jovens, uma das oito experiências referenciais selecionadas no Brasil todo pela Aracati.

Educação do Campo

O Coletivo de Jovens de Araci está desenvolvendo processos comunitários de fortalecimento da Educação do Campo. A partir do conhecimento e da participação na proposta do CAT (Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do campo), o Coletivo desenvolveu debates comunitários com jovens, educadores e professores para incorporação e consolidação da proposta de Educação do Campo nas escolas públicas municipais da zona rural de Araci.

Intercâmbios e participação em espaços políticos da juventude

Jovens da região participaram de diversos espaços de intercâmbio para conhecimento e troca de experiências de trabalho com juventude rural, no Campo da Sementeira (SERTA), em Glória do Goitá (PE), e também marcaram sua participação política no I Congresso Regional Juventude e Trabalho, em Recife. Já em Brasília, participaram do encontro das oito experiências de mobilização juvenil, selecionadas pela Aracati. Também, em Brasília, uma representante do Coletivo de Jovens participou do II Vozes Jovens, com apoio da Coordenação de Juventude da SRA/MDA, para discutir e traçar políticas de juventude a serem implementadas pelo Governo Federal. Enquanto em Gramado, 45 jovens de diversas experiências juvenis, da região, participaram e divulgaram suas experiências na Jornada Nacional do Jovem Rural, evento que contou com a participação de mais de 200 jovens rurais de todos os cantos do Brasil, apoiado pelo Instituto Souza Cruz e entidades parceiras, entre elas o MOC e o SERTA.

Enquanto perspectiva, ainda em 2005, as coordenações municipais discutiram e conceberam o Planejamento Estratégico do Coletivo Regional de Jovens, que define objetivos e linhas prioritárias de atuação da experiência juvenil. Dentre as definições para 2006, foram priorizadas ações voltadas para o acesso de jovens ao Pronaf Jovem e ao Programa Nossa Primeira Terra (Crédito Fundiário/ MDA), enquanto oportunidade de geração de renda e permanência da juventude no campo. Noutra dimensão, os jovens identificaram a necessidade de criar uma coordenação regional executiva que fortaleça a identidade de juventude e autonomia política da experiência, deixando de ser apenas 'projeto' e assumindo o caráter de (CRJPS).

Duas outras linhas de trabalho a serem priorizadas pelo CRJPS, para 2006, dizem respeito ao desenvolvimento de ações de comunicação e cultura, em parceria com a AMAC, através do Programa Ação Cultura Viva (Ponto de Cultura), convênio MOC e Ministérios da Cultura e do Trabalho. E, depois de muitas negociações institucionais entre o Instituto Aliança e o Ministério do Trabalho, serão iniciadas as capacitações e qualificações técnicas nas linhas de comunicação social, caprino-ovinocultura, teatro e apicultura através do Consórcio Nacional da Juventude Rural, que envolverá, inicialmente, 150 jovens dos Coletivos das Microrregiões Sisal e Vale do Jacuípe da Bahia.

Juventude

- 600 jovens capacitados em 22 Municípios dos Territórios Sisal e Jacuípe;
- 20 jovens inseridos nos Conselhos Municipais de Educação e eleitos diretores nos sindicatos de trabalhadores rurais e associações comunitárias;
- 03 grupos de jovens inseridos em ações geradores de renda.
- 96 jovens , de 22 municípios, prestando serviços comunitários de informação, orientação e prevenção da DST/AIDS e Gravidez na adolescência;
- 02 Coletivos Municipais de Jovens desenvolvendo ações públicas de resgate e fortalecimento da cultura local ;
- 03 grupos de jovens organizados para acesso à Primeira Terra (Tucano);
- 300 jovens das comunidades rurais interferindo no orçamento municipal.
- 04 Coletivos Municipais de Jovens negociando a criação do Conselho Municipal de Juventude
- 80 jovens dos Coletivos Municipais participando dos espaços regionais, estaduais e nacionais de intercâmbio e troca de experiências juvenis;
- 110 grupos de jovens comunitários formados em 22 municípios dos Territórios Sisal e Jacuípe.

3. SubPrograma Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Considerando os Direitos das Crianças e dos Adolescentes assegurados na Constituição Federal/88 e na Lei 8.069/90 - ECA, o MOC juntamente com entidades parceiras da região sisaleira baiana tem se dedicado à busca da garantia desses direitos, melhor definidos na inserção da entidade no PETI e no desenvolvimento do PAF.

O SubPrograma Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, no ano de 2005, passou por diversas discussões e transformações. Foi um ano em que o MOC discutiu e construiu o seu Planejamento Estratégico para o próximo qüinqüênio e dentro, deste, a questão da Criança e do Adolescente deu um salto de qualidade, criando-se o **Programa Criança e Adolescente**.

O subprograma cuja linha básica de ação tem sido a erradicação do trabalho infantil, teve, no ano de 2005, ações estratégicas relacionadas à: **Família** – através das ações do PAF; **Mobilização Social** – com ênfase no Fórum da Sociedade Civil e, **Mobilização do PETI.** Particularizando as ações do sub-programa no ano de 2005 destaca-se:

Na linha da família:

Os agentes de família são pessoas que trabalham voluntariamente num Projeto conveniado entre o MOC/UNICEF, atuando na Região Sisaleira Baiana

desde 1999, com o objetivo de atender as famílias beneficiárias no PETI, informando-as e sensibilizando-as a participarem mais ativamente das questões referentes ao próprio Programa e também àquelas referentes às Comunidades onde moram. No ano de 2005, os Agentes de Família deram continuidade às suas atividades de incentivo às famílias a serem protagonistas das suas próprias ações, buscando assim uma mudança nas suas vidas e nas de seus filhos e filhas. Entre as mudanças ocorridas destacam-se: famílias que passaram a freqüentar com maior assiduidade a escola regular e a jornada ampliada dos seus filhos, enxergando a educação como um direito da criança e do adolescente; famílias que passaram a se organizar e participar de mobilizações, abaixo-assinados, mutirões, seminários, enfim, atividades nas quais elas (as famílias) cobrassem seus direitos e os direitos de seus filhos e filhas, tendo sempre o PETI como referência destas cobranças; mais de três mil famílias sensibilizadas sobre a importância das Competências Familiares para crianças de zero a seis anos de idade, e dentro destas competências destaca-se a prevenção do trabalho infantil. Enfim, a importância do Projeto Agente de Família, teve um significado muito especial na região sisaleira baiana, principalmente pelo mesmo ter atendido uma média de 30 mil famílias na sua trajetória. Com todas as ações realizadas em sua trajetória no ano de 2005, o Projeto Agente de Família concluiu o seu ciclo de ação social prestado às famílias do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil de 19 municípios da Região Sisaleira Baiana. A conclusão do Projeto é considerada ao mesmo tempo uma dificuldade e um desafio a ser superado. Dificuldade porque é menos um projeto atuando na região, e desafio, pelo fato das famílias continuarem a agir no PETI e nas suas comunidades de modo a exercerem os seus direitos.

Agentes de Família

300 Agentes de Família em atuação na região.
19 municípios atendidos
30 mil famílias atendidas

Na linha da mobilização social:

Relacionada principalmente à Sociedade Civil, temos como destaque, as ações do Fórum da Sociedade Civil, no controle social do PETI. O Fórum da Sociedade Civil do PETI constitui-se como espaço de articulação, mobilização da sociedade civil e busca de ações para fortalecimento e qualificação do PETI entendido como uma das formas de garantia dos direitos da criança e do adolescente. Em 2005, houve uma prática política pedagógica voltada para elaboração e monitoramento mais incisivo das ações planejadas no âmbito municipal, regional e estadual, maior formação e autonomia da Coordenação do Fórum, e de-

bate político mais elaborado, voltado para intervenção nos espaços de discussão do PETI (Grupo Gestor, Comissão Regional, Comissão Estadual do PETI, etc.). Como desdobramento dessa metodologia vivenciamos, em 2005, resultados que postulam mudanças, principalmente no que diz respeito a uma maior participação e ocupação de espaços que discutem questões relacionadas ao Trabalho Infantil, destacando alguns deles: Comissões Estadual e Regional do PETI, Seminário do Pacto Um Mundo para a Criança e o Adolescentes do Semi-Árido, Câmara de Vereadores (audiências públicas para discutir o funcionamento do Programa nos municípios).

Na linha Programa de Erradicação do Trabalho Infantil:

No PETI, em 2005, merecem destaque as discussões sobre: **a)** implantação da Nova Política Nacional de Assistência Social – PNAS, que está subdividida em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, sendo esta última a que atende ao PETI, por ser um Programa voltado a crianças e adolescentes que estão sob risco social; **b)** ampliação do número de crianças e adolescentes atendidos pelo Programa, principalmente aqui na Bahia, que teve um aumento de 3.700 crianças e adolescentes, totalizando 126.818. O número total no país ultrapassa a marca de 1 milhão de crianças; **c)** integração do PETI ao Programa Bolsa Família – PBF, pretensão do Governo Federal em unificar todos os benefícios de transferências de renda, buscando assim um melhor atendimento para as famílias; **d)** continuidade do Projeto PROSPERAR, garantindo assistência técnica e incentivo à geração de renda para mais de 12 mil famílias do PETI.

Mas essas questões são consideradas desafiadoras porque: **i)** os municípios devem empreender a importância da regularização das contas públicas e se inserirem no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, considerado como "pano de fundo" da nova Política Nacional de Assistência Social; **ii)** desde sua implantação, em 1997, que o PETI continua com o mesmo valor da bolsa que é repassado às famílias e aos municípios para que os mesmos possam garantir o funcionamento da Jornada Ampliada; **iii)** buscar investimentos que realmente possam consolidar a continuidade dos Projetos de Geração de Renda para as famílias do PETI, para que as mesmas possam garantir a permanência dos seus filhos na escola.

É interessante salientar, que no ano de 2005, o PETI teve como demanda assuntos enfatizando a importância da Educação Integral, tema de Oficina promovida pelo Fórum Nacional do PETI – FNPETI, e do Encontro Estadual de Avaliação, ambos espaços de discussões e deliberações do Programa e tendo a participação de representantes de instâncias públicas, instituições internacionais como Fundo das Nações Unidas para Infância - UNICEF e Organização Internacional do Trabalho - OIT e da Sociedade Civil organizada. Um outro espaço que merece atenção, principalmente a nível estadual é a Comissão Estadual do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – COMPETI, que, junto a outros parceiros, discutiu e deliberou

ações dentro do Programa, a exemplo do remanejamento de metas para mais 20 municípios baianos.

Portanto, baseados nestas ações do subprograma, percebe-se que as mesmas foram direcionadas ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Mas o MOC percebeu ao longo da sua trajetória que apenas a erradicação do trabalho infantil não atenderia, de fato, à demanda existente de ações que garantam os direitos das crianças e adolescentes, principalmente os da Região Sisaleira Baiana. Portanto, como citado anteriormente, foi vista a necessidade de criação de um Programa que atendesse diretamente essa temática e que foi criado em dezembro de 2005: Programa Criança e Adolescente, que terá como objetivos o seguinte: **a)** integrar as ações existentes dentro do MOC, referentes à criança e ao adolescente; **b)** promover os direitos das crianças e dos adolescentes da Região Semi-Árida junto com entidades da sociedade civil e intâncias públicas regionais/municipais; **c)** fortalecer a Sociedade Civil sobre a temática, através de uma rede de monitoramento que garanta a execução de políticas que atendam/garantam os direitos das crianças e dos adolescentes. Sabe-se que o desafio é grande e maior ainda é a vontade de se construir ações transformadoras de uma sociedade.

4. SubPrograma Fortalecimento da Sociedade Civil

Em final do ano de 2004, fez-se uma avaliação geral para subsidiar o planejamento do subprograma para o ano de 2005. Definiu-se como prioridade técnico-política-estratégica, focar a ação institucional para o fortalecimento das entidades de natureza regional e algumas de âmbito local de atuação. Isso porque havia o entendimento político de contribuir para o desenvolvimento das capacidades institucionais das entidades representantes no sentido das mesmas poderem cumprir com as suas missões político-institucionais.

Diante dessa concepção política institucional, fez-se uma análise do quadro político institucional das Micro-Regiões do Sisal e Jacuípe. Nesta perspectiva, o conjunto das entidades se nos apresentava em linhas gerais com o seguinte quadro situacional:

a) a necessidade de construção e/ou redesenho institucional, porque completamente inadequado às atuais concepções de estruturação organizacional e de construção e/ou resgate do projeto político e planejamento estratégico;

b) dada a mudança havida no Código Civil Brasileiro, as entidades da sociedade civil de modo geral necessitavam reformular os seus marcos legais e/ou se constituírem legalmente em bases à nova legislação civil.

Foram esses os eixos centrais definidos para orientar o trabalho junto às instituições e, para tanto, estabeleceu-se como situações finais desejadas:

- as entidades de representação regional com desenho institucional construído e/ou resgatado e com projeto político e planejamento estratégico elaborado e monitorado;

- as entidades com marco legal reformado e/ou construídos conforme as exigências do novo Código Civil brasileiro.

Nessa perspectiva, foram implementadas diversas ações: reuniões de avaliação e monitoramento com diretorias das entidades, oficinas de (re)construção do desenho institucional, de elaboração de projeto político e planejamento estratégico, de (re)formulação de marcos legais (Estatutos), de elaboração e gestão de projetos sociais; além de encontros e seminários municipais de articulação e integração das entidades da sociedade civil local.

Eis alguns resultados:

FATRES

Entre os resultados a aprovação de projeto parceria com INCRA (R$ 721.000,00) para assessoria técnica a 638 famílias, em 10 áreas de assentamentos; projetos de Pronaf A (Banco do Brasil), beneficiando 79 famílias (Cansanção - PA's de Paraíso e Nova Esperança) no valor total R$ 1.066,500,00. Aprovação de projeto parceria com MDA/SDT (R$ 92.000,00) beneficiando conselheiros locais, dirigentes sindicais e de associações comunitárias de 20 municípios do Território Sisal para discussão da nova dinâmica social da agricultura familiar, territorial e reestruturação dos CMDRS. Aprovação de projeto parceria CESE para criação e implantação do Site. Aprovação de projeto parceria com SETRAS/FAT (R$32.000,00) beneficiando 66 lideranças sindicais (turmas de agricultores, mulheres e jovens) que foram capacitadas sobre Gestão e Planejamento na Agricultura Familiar. Aprovação do projeto parceria DNOCS (implantação de 30 mil peixes) nas aguadas dos PA's de 10 assentamentos. Aprovação e implantação, parceria PRONERA/INCRA/UNEB/CEFET/UEFS (incluindo educadores locais), dos cursos de EJA, Técnico em Agropecuário (Turma Nível Médio com 51 filhos de assentados matriculados) e projetos em processo de aprovação para implantação, na região, de Curso de Técnico em Enfermagem (Nível Médio) e de Pedagogia da Terra (Nível Superior) beneficiando agricultores familiares assentados de 10 PA's do Território Sisal. Ampliação e estruturação do espaço físico da entidade para melhor prestação de serviços aos afiliados e parceiros. Capacitação de 45 dirigentes sindicais – parceria DISOP-BRASIL - recém eleitos para atuação e representação político-administrativa qualificada.

Pólo Jacuípe

O Pólo Sindical do Vale do Jacuípe tem ampliado sua participação junto ao Conselho de Desenvolvimento da Bacia do Jacuípe, sobretudo no campo da articulação das políticas e da participação efetiva na decisão dos projetos setoriais. Teve seu estatuto reformulado e aprovado em assembléia, com um processo de reestruturação política e administrativa em andamento, passando pela redefinição de sua

assessoria aos sindicatos filiados e uma reestruturação na sua diretoria – novas secretarias e redefinição das antigas. Isso tem impulsionado a entidade a participar no processo de decisão e mobilização da sociedade civil no que tange ao apoio ao agricultor e agricultora familiares. Por fim o Pólo tem participado de forma mais decisiva, em parceria com o MOC, na assessoria a Associações e Cooperativas da região, iniciando um processo de capacitação e redefinição de suas estratégias.

ABRAÇO Sisal; AMAC; CACRES – Serrinha; COOTEPEDRA - Santa Luz; CEAIC; APAEB's de Araci e Serrinha

As entidades acima relacionadas tiveram, respeitadas as suas características especificas, debatidas as suas realidades, refeitos seus projetos políticos e planos estratégicos e muitas delas eleitas ou reeleitas novas diretorias.

Estão, assim, aptas a se inserirem, enquanto entidades em processos de articulação e atuação políticas voltadas para seus sócios e o desenvolvimento sustentável da região.

Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e da Agricultura Familiar

De modo geral todos os sindicatos desenvolveram ações de parceria com Agentes Financeiros locais e regionais (Banco do Brasil e BNB) e entidades prestadoras de serviços de assistência técnica, bem como de mobilização social que beneficiaram – em toda região sisaleira com acesso ao crédito rural (PRONAF) - mais ou menos uns 6.200 agricultores familiares (homens na maioria, mulheres e pouquíssimos jovens com Pronaf B) para investirem em atividades agrícolas junto às unidades produtivas. A experiência de construção de planejamentos, na maioria dos sindicatos, passou a ser uma realidade e os momentos de avaliação e monitoramento servem para verificar quais mudanças concretas ocorreram, além de haver o início – ainda com pouca expressão nalguns casos (secretarias de Bem-estar Social e Política Agrícola e Agrária) – de divisão de papéis por parte das diretorias, uma vez que era praxe apenas o funcionamento dos papéis de presidente, tesoureiro e secretários. Ao contrário, hoje, nalguns lugares (Serrinha, Valente, Coité, etc) as delegacias sindicais também passaram a atuar em bases a ações previamente planejadas. Em duas experiências concretas houve a mobilização das entidades para os agricultores familiares terem acesso aos documentos (Carteiras de Trabalho e de Identidade, CPF, Certidões de Nascimento e Casamento e Título de Eleitor, além das oficinas de esclarecimentos de outros direitos) para poderem ter acesso aos direitos. No total, foram 936 documentos, em Serrinha, e 345, em Conceição do Coité. Há previsão de mais quatro municípios para o começo do próximo ano: Araci, Valente, Retirolândia e Santa Luz proveniente da atuação em parceria com a Secretaria de Mulheres da FATRES e INCRA/Delegacia Estadual da MDA. De modo geral, ainda, o conjunto dos municípios (a partir de processos encaminhados pelos sindicatos) conseguiu assegurar os direitos previdenciários para, mais ou menos, 4.500 agricultores familiares.

Fórum de Entidades do Campo – Serrinha

Foi criado e está funcionado com reunião regular e plano de atuação, o Fórum de Entidades do Campo de Serrinha (enquanto espaço estratégico de fortalecimento da identidade política, articulação e mobilização social das entidades para atuação local) composto pela APAEB, STRAF, Cooperativa de Crédito Rural, Central das Associações Comunitárias Rurais, MMTR e Coletivo de Jovens Rurais de Serrinha.

MMTR – REGIONAL

O planejamento estratégico da entidade foi iniciado em abril de 2005. Contudo, percebemos que existiam algumas questões que precediam o planejamento como: avaliação institucional, reestruturação política e a discussão de temas como Políticas Públicas, relações internas e externas do próprio MMTR que configuram uma dificuldade a ser superada pela entidade.

ARCO-SERTÃO BAHIA

Foi elaborado o planejamento estratégico e se iniciou a estruturação da Arco em conjunto com os trabalhos da equipe de agricultura familiar e de outra entidade parceira, a ADS. Hoje a Arco-Sertão tem reformulado o Estatuto e pronto o planejamento estratégico da entidade, iniciando o processo de elaboração do regimento interno e dos planos de comercialização e negócios da entidade.

Articulação Em Políticas Públicas –APP

Num momento bastante rico a APP passa por um processo de reestruturação e de consolidação em um observatório de políticas públicas voltado para a assessoria de entidades e grupos que lutem para implementação de políticas públicas que melhorem a qualidade de vida das pessoas, com a elaboração de um projeto experimental para a manutenção da entidade.

Há, ainda, alguns **desafios** postos para a sociedade civil. A conclusão do trabalho de estruturação institucional das APAEB's de Araci e Serrinha. O MMTR Regional carece de um trabalho voltado com exclusividade para a construção de redesenho institucional, culminando com a elaboração do planejamento estratégico para gestão político-administrativa de 2006-2010, visando ao resgate e fortalecimento da sua identidade política institucional. Haverá – no ano de 2006 – a necessidade de renovação qualificada das representações políticas da sociedade junto aos espaços de representação política regional e estadual: FATRES, CUT-Ba, FETAG e CODES Sisal. A sociedade civil da Região Jacuípe ainda precisa qualificar melhor a sua atuação na dimensão territorial.Outro desafio estratégico diz respeito à ampliação da representação político-partidária de perfil democrático-popular (governos e deputados) nos âmbitos estadual e federal.

Fortalecimento da Sociedade Civil

- 06 entidades criadas e registradas: AMAC, Abraço Sisal, Pólo Sindical do Jacuípe, CACRES, ATISFE e GSTV;
- 07 organizações regionais com projeto político e planejamento estratégico elaborado e 20 sindicatos de trabalhadores com planejamento elaborado e monitorado;
- R.$1.066.500,00(um milhão, sessenta e sei mil e quinhentos reais) de crédito do Pronaf A liberados para famílias das áreas de assentamentos do Território Sisal;
- 6.200 famílias de municípios dos Territórios Sisal e Jacuípe com acesso ao crédito rural do Pronaf B;
- R$ 721.000.000, através de convênio com MDA/INCRA, para prestação de serviços de assessoria técnica e extensão rural a 638 famílias de 10 áreas de assentamentos;
- 600 conselheiros dos CMDRS e lideranças comunitárias e sindicais de 20 municípios do Território Sisal capacitados para inserção no processo de desenvolvimento territorial;
- 20 entidades com marcos legais reformulados conforme exigências do Novo Código Civil brasileiro;
- 1.281 famílias dos municípios de Serrinha e Coité com documentos básicos tirados;
- 4.500 agricultores familiares dos municípios dos Territórios Sisal e Jacuípe com acesso aos direitos previdenciários;
- 03 Sindicatos com Departamento de Educação no campo criados (Serrinha, Valente e Coité).

5. Subprograma Acesso à Terra

As deformações na ocupação da terra no Brasil geraram uma estrutura fundiária injusta e desigual: de um lado, um vasto segmento da população rural que não dispõe de terra ou dispõe em quantidade insuficiente à produção do sustento da família e de outro lado, poucas pessoas com grandes extensões de terra e grande parte delas em situação de improdutividade. Na Região do Sisal, os estabelecimentos agrícolas com menos de 5 hectares correspondem a 52,0% do total e ocupam uma área correspondente a 5,3% da área total, enquanto os estabelecimentos com 500 hectares ou mais correspondem a 0,5% do total e ocupam 25.5% da área. As famílias que não dispõem de terra ou dispõem de pequenas glebas de até 2 hectares correspondem a 27,5% do total de famílias rurais.

Nas regiões de economia agrária, quanto maior o índice de concentração da terra, maiores os níveis de exclusão social e de pobreza.

Procurou-se interferir nessa realidade, mobilizando, capacitando e orientando os agricultores familiares sem terra para participarem do PNCF como estratégia para o acesso à terra, uma política pública disponibilizada pelo governo federal, com os seguintes objetivos:

- Mobilizar e capacitar grupos de agricultores e agricultoras sem terra para participar do Programa Nacional de Crédito Fundiário;
- Criar as condições necessárias para um processo de assistência técnica de qualidade na perspectiva da agroecologia;
- Construir as condições necessárias para o acesso e permanência na terra com qualidade de vida.

O PNCF é uma medida complementar ao programa de reforma agrária. A interferência do MOC foi feita com o estabelecimento de parcerias estratégicas com as organizações e movimentos sociais da região, a exemplo do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal (FATRES), Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região do Sisal (CODES) Coletivos de Jovens e com algumas prefeituras municipais da região.

Evidenciando essa realidade, o processo de trabalho do SubPrograma Acesso à Terra concretizou-se em 2005, a partir das seguintes ações e atividades:

a) **Mobilização**: em parceria com organizações locais (Sindicatos, Movimento de Mulheres, Coletivos de Jovens, Pastorais Sociais etc.), ou diretamente, foram realizadas reuniões informativas para grupos interessados em conhecer as regras do programa;

b) **Capacitação**: o processo de capacitação contemplou dois níveis:

- Realização de um processo de capacitação dos agricultores familiares interessados em participar do programa, com treinamentos de base com 56 horas, de forma modular, permitindo aos participantes o conhecimento integral do programa, o acompanhamento aos trâmites das propostas para aquisição de terras e discussões introdutórias sobre a formação do assentamento;
- Capacitação dos dirigentes das associações que são formadas para assumir a coordenação das atividades nos assentamentos com foco na gestão social: procedimentos contábeis, documental, a gestão democrática e transparente etc.;

c) **Articulação**: desenvolveu-se um processo de trabalho voltado para a articulação das organizações sociais da região em torno do PNCF, em parceria com o Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Sisaleira (CODES) que resultou numa maior mobilização com vistas à participação das organizações sociais da região.

Não tem sido tarefa fácil, considerando alguns fatores que limitam a operacionalização do programa, sendo os principais:

- **documentação**: uma parcela dos agricultores familiares que se candidata a participar do programa não tem seus documentos pessoais completos e atualizados, o que atrasa a operacionalização do programa;
- **burocracia**: é grande a carga burocrática que precisa ser superada para cumprir todas as etapas dos procedimentos necessários à implementação do programa;
- **preço da terra**: os limites financeiros do programa para a aquisição de terras obrigaram os grupos a buscar terras noutras regiões, onde o preço da terra é menor, o que implica uma série de dificuldades por parte dos agricultores e seus familiares em sair da sua localidade, onde foram construídas relações de convivência, para localidades novas onde tudo será recomeçado;
- **inoperância do governo estadual**: a operacionalização do PNCF se dá a partir de uma parceria entre os governos federal e estadual, sendo que este último não tem demonstrado compromisso nem empenho para agilizar os procedimentos. Ao contrário, são muitos os entraves surgidos nas esferas estaduais que atrasam e dificultam o processo de trabalho. Esse foi o principal fator que impediu a conclusão dos procedimentos para a realização dos contratos de financiamento das propostas aprovadas.

Há que registrar, no entanto, que o relacionamento estabelecido com o CODES/Sisal e com organizações sociais da região poderá se constituir, em 2006, num importante instrumento de pressão junto aos organismos governamentais com vistas à celeridade dos procedimentos burocráticos.

A atuação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Semi-árido está ancorada em três áreas temáticas ou SubProgramas, dentro da lógica da inter-complementariedade de ações: a assistência técnica, o crédito e agroindústria\comercialização numa perspectiva de economia solidária. Gerar e ampliar a renda e melhorar a qualidade de vida das famílias rurais empobrecidas, na perspectiva da sustentabilidade - em suas várias faces - continuou sendo o objetivo maior do Programa.

O ano de 2005 demarcou o início de importantes ajustes no Programa, entre os quais vale mencionar: i) a agroecologia como norteadora da atuação e o atendimento às famílias rurais através de jovens multiplicadores; ii) a agregação de valor dos produtos da agricultura familiar com maior conseqüência na transformação e comercialização demonstrou ter encontrado um caminho a seguir, com a integração dos empreendimentos às bases produtivas e agremiação deles em torno da ARCO-SERTÃO; iii) as ações de recursos hídricos - pelo alcance e importância no contexto regional - definitivamente se consolidaram dentro do novo programa institucional de água e; iiii) o grau de autonomia das Cooperativas de Crédito agrupadas na ASCOOB e no COGEFUR ficou ainda mais elevado, sugerindo menor dependência da assessoria do MOC. Estas manifestações revelaram o amadurecimento na trajetória do Programa que começou há duas décadas com a simples difusão de práticas alternativas de convivência com o semi-árido para um restrito grupo de famílias e, neste ano, alcançou diretamente a 13.000 famílias de 41 municípios do estado da Bahia.

A interatividade com as organizações sociais, buscando-se o efetivo protagonismo dos beneficiários, foi realçada neste ano de mais uma mudança de escala e aprimoramento metodológico. Os debates se intensificaram para dar "corpo" a esta nova fase, e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, os Pólos Sindicais, as Cooperativas de Crédito e Produção e as Associações Municipais e Microrregionais, envolveram-se no processo, definindo critérios de inclusão das famílias, comunidades e municípios, planejando localmente as ações, monitorando, avaliando e, até, por vezes, executando e se responsabilizando por atividades finalísticas. O MOC também contou com o apoio de diversas organizações nacionais, a exemplo da Diaconia (PE) e do Centro Sabiá (PE) na área de assistência técnica e internalização da concepção agroecológica, da Capina (RJ) e da ADS (BA), da área de agroindútrialização e comercialização nos princípios da economia solidária e do Sistema Cresol (PR) e Visão Mundial (AL), na área do crédito.

Na seqüência, está descrito, de forma sucinta, como cada SubPrograma foi aprimorado e como atuou, em 2005, com os principais resultados alcançados.

1. Subprograma de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

Uma visão mais holística foi definida para o SubPrograma de ATER, em 2005, onde se buscou, além de integrar mais efetivamente a parceria com as organizações

de apoio à agricultura familiar, gerar ambientes de experimentação e difusão de tecnologias produtivas, executados pelos agricultores e agricultoras, jovens rurais e organizações, tendo como referencial a família e, como base metodológica, a leitura da realidade de forma participativa e enfoque sistêmico das unidades produtivas, tomando a agroecologia e a convivência com o semi-árido como norteadoras das ações.

O trabalho junto à juventude rural, com a sensibilização para a valorização de sua condição de jovem agricultor, para mobilização e socialização de informações entre os agricultores e de criar condições de trabalho e renda capazes de garantir sua permanência no campo, foi uma inovação que se consolidou com a Rede Local Juvenil de ATER, a partir de 2005. Isso resultou em mudanças metodológicas na atuação dos técnicos e técnicas, que passaram a acompanhar e a monitorar as ações dos jovens rurais, egressos, na maior parte dos casos, do trabalho infantil. Na situação anterior (2004), o MOC alcançou 6.135 famílias, a partir da atuação de 27 técnicos e, neste ano, o número de famílias rurais beneficiadas chegou a 12.880, em 520 comunidades de 41 municípios, a partir do trabalho de 322 jovens e 14 técnicos.

Para iniciar as ações, e equipe do subprograma realizou um seminário em cada município, onde foi apresentado o programa com o novo formato, os compromissos assumidos pelo MOC junto aos financiadores e o papel previsto para cada entidade. Neste mesmo evento, foram definidos os critérios para a escolha das comunidades e indicação dos jovens, a partir de um perfil estabelecido. O passo seguinte foi a definição das comunidades partindo-se de consultas aos Grupos Gestores locais do PETI e o processo seletivo dos jovens com prova escrita e entrevista.

Cada jovem atuou em duas comunidades rurais com público de 20 a 50 famílias. Os técnicos, por sua vez, assessoraram e supervisionaram os trabalhos de campo realizados pelos jovens, tendo uma inserção maior de apoio nos cursos e na elaboração dos projetos para obtenção de financiamento. Para preparar a equipe, os jovens foram capacitados em dois momentos: um primeiro, de forma mais intensiva, com carga horária de 120 horas; e um segundo, entre as atividades posteriores de campo. A formação inicial foi composta por quatro módulos abordando temas como o planejamento da propriedade, gerenciamento de recursos hídricos, convivência com o semi-árido, manejo de criatórios, metodologia de atuação junto às famílias e oficina de diagnóstico do marco zero. Para buscar maior eficiência no aprendizado, partiu-se de visitas de intercâmbio a centros que desenvolvem práticas de convivência com o semi-árido, como o CEBATSA (Itaguaçu da Bahia), as Escolas Família Agrícola de Valente e Quixabeira e algumas propriedades rurais, cujos agricultores que já desenvolviam experiências exitosas de produção e comercialização. As reflexões foram feitas a partir do confronto entre o que foi visto e a realidade de cada jovem na sua comunidade e propriedade da família.

Após a formação inicial, os jovens são acompanhados sistematicamente pelos técnicos em eventos de planejamento e monitoramento das ações a cada 15 dias, nas sedes dos municípios onde cada grupo de jovens atuou. Em média, cada jovem realizou 12 reuniões comunitárias e 220 visitas às famílias, com duração aproximada de 3 horas cada. Além disto, houveram, para completar a metodologia de execu-

ção, encontros com as organizações sociais, a cada 2 meses, e reuniões com a equipe técnica, a cada 30 dias.

Coube aos jovens, aprofundar o conhecimento da realidade da sua comunidade e da comunidade vizinha, nas quais atuaram, por meio do diagnóstico do marco zero e do desenho da propriedade, instrumentos que criaram a oportunidade de maior aproximação, conhecimento e conquista de confiança das famílias atendidas, além, evidentemente, do registro do perfil de entrada das famílias com os seus aspectos sócio-organizativos, de produção, de renda, de relações de gênero e de qualidade de vida para "medição" futura dos impactos das ações nas condições de vida das famílias.

Muito do que os jovens vivenciaram nas capacitações já começou a chegar às propriedades assistidas: hortas verão, quintais produtivos, barragens subterrâneas, calendário de vacinação e vermifugação dos rebanhos, fenos e silos para armazenamento de forragens, pequenas irrigações, palma adensada, entre outras, são exemplos de práticas produtivas que se espalham gradativamente na região.

Por conseqüência da ação dos jovens, também foram planejados e realizados os cursos de qualificação da produção, agrupando agricultores e agricultoras por interesse produtivo (caprinos, galinha caipira, mel, artesanato etc.), elaborados projetos técnicos para uma parte das famílias, com o intuito de se pleitear um financiamento bancário e organizados eventos que firmaram a agroecologia como prática produtiva a ser valorizada, os direitos das crianças e adolescentes, a segurança alimentar e nutricional e a gestão eficiente dos recursos hídricos nas propriedades. O mapeamento de agricultores experimentadores que potencialmente podem se tornar difusores de práticas agroecológicas também foi iniciado, em 2005, com a sistematização de algumas experiências.

A qualificação da equipe do subprograma esteve presente em 2005, exigindo investimentos e dedicação do MOC. Ocorreram dois encontros de formação em Agroecologia com representantes das 12 entidades que integram o Projeto Terra da Gente e que compõem a Rede ATER/NE, onde se discutiu indicadores de sustentabilidade, análise sistêmica dos agroecossistemas, políticas públicas de crédito, gênero e relações sociais. Dando prosseguimento, os conteúdos destes dois eventos foram repassados a todos os componentes da equipe, quando houve a oportunidade de visitar algumas famílias e refletir juntamente com elas a sustentabilidade dos seus agroecossistemas. Foram ainda realizadas visitas de intercâmbio de experiências assessoradas pelo Centro Sabiá (PE) e pelo PATAC (PB) e capacitação dos técnicos com um profissional da Diaconia (PE).

2. Subprograma de Crédito

Buscando ampliar e qualificar o acesso ao crédito rural para os agricultores familiares na área de atuação do MOC, as ações do SubPrograma de Crédito, em 2005, estiveram voltadas para o fortalecimento de duas importantes organizações regionais e suas instituições vinculadas, ambas constituídas com o apoio do MOC: a

ASCOOB (Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar) com as suas 11 Cooperativas de Crédito filiadas, e base de 31.000 cooperados, e o COGEFUR (Conselho Gestor do Fundo Rotativo) composto de 27 organizações dos movimentos sociais, cuja responsabilidade principal é fazer a gestão de uma carteira de crédito próxima de cinco milhões de reais constituída com os recursos alavancados pelo MOC nos últimos oito anos.

O ano de 2005 firmou significativamente a ASCOOB no plano nacional. De um lado, a parceria com as demais organizações do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País, agrupadas em torno da ANCOSOL (Associação Nacional das Cooperativas de Crédito de Agricultura Familiar e Economia Solidária), resultou na assinatura de um acordo inédito com o Banco do Brasil, para a aplicação de 340 milhões de reais através das cooperativas de pequeno porte, dos quais 6,4 milhões estão sendo aplicados por intermédio das cooperativas da ASCOOB para os agricultores da região até junho de 2006. Além do valor que está sendo disponibilizado, o acordo também é inédito porque possibilitará um ganho administrativo de 2,4% do montante para as cooperativas sobre as operações realizadas – antiga reivindicação do setor que privilegiava até então apenas os Bancos aplicadores.

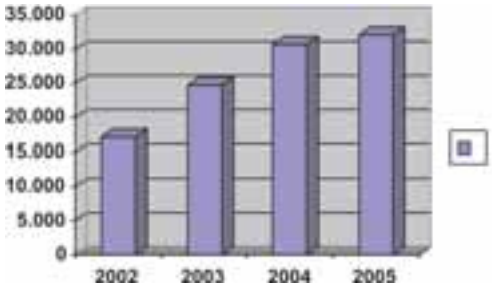
De outro lado, a ASCOOB participou do processo de criação da UNICAFES que, no seu primeiro congresso, no mês de junho, em Brasília, se constituiu com mais de 600 cooperativas filiadas e base superior a 300 mil cooperados, tendo sido eleito como Presidente desta nova Organização o Diretor Tesoureiro da ASCOOB José Paulo Crisóstomo Ferreira, inserido no movimento cooperativista como agente mobilizador do MOC.

No plano local, as ações apoiadoras do MOC para a ASCOOB, além da assessoria permanente à diretoria e aos departamentos de Assistência Técnica, Gestão e Formação, estiveram voltadas - de maneira mais específica, porém integrada - para qualificar os dirigentes e funcionários das Cooperativas na obtenção e utilização dos recursos de crédito rural, especialmente do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), na ampliação do público, agregando, cada vez mais, agricultores familiares e populações excluídas do sistema financeiro tradicional e na busca da auto-gestão e viabilidade econômica dos empreendimentos cooperativistas.

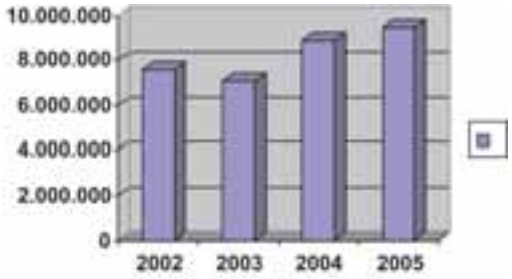
Foram realizados cursos, intercâmbios, encontros e 01 seminário sob a promoção direta do MOC, envolvendo 66 dirigentes e 114 funcionários. A ASCOOB, por sua vez, com a assessoria do MOC, captou recursos para a realização de outras importantes atividades, tais como as Jornadas Municipais do Cooperativismo onde, durante uma semana inteira, foram promovidos palestras, mesas de discussão, encontros, reuniões e seminários envolvendo as organizações locais e toda a comunidade urbana e rural e realizando cursos em comunidades rurais envolvendo mais de 4.000 pessoas entre cooperados atuais e pretendentes.

De forma acumulativa, ao longo dos últimos anos, pode-se contabilizar como impacto das ações de apoio do MOC junto às cooperativas de crédito filiadas à ASCOOB nas 3 linhas de atuação definidas, os resultados demonstrados nos gráficos que se seguem:

Evolução do número de filiados nas Cooperativas crédito filiadas a ASCOOB (2002 a 2005)



Volume de recursos de crédito rural financiados aos agricultores familiares pelas cooperativas (R$ 1,00)



Nas ações de apoio ao COGEFUR, merece destaque a realização dos seminários e a viagem de intercâmbio ao FUNDAF (Fundo de Desenvolvimento da Agricultura Familiar) e a Pão de Açúcar (AL) que influenciaram no ajuste nas linhas de crédito operacionalizadas por aquela instituição, introduzindo no portifólio de produtos, duas novas linhas: o MICRORURAL e o MULHEREMPREENDER. A primeira, definida ainda no primeiro semestre, passou a destinar recursos para empreendedores rurais com valores de até R$ 1.500,00 e 12 meses para reembolso, dentro da lógica da multifuncionalidade da agricultura familiar e do microcrédito orientado. A segunda, definida apenas no final de novembro, passará a destinar financiamentos específicos para as mulheres, seja de forma individual ou grupal, com prazo de reembolso de até 8 anos e juros de 3% ao ano.

O quadro abaixo traz uma posição atual da carteira de crédito do COGEFUR, com as suas principais linhas, organizações filiadas responsáveis pela aplicação junto às famílias rurais, o montante dos recursos aplicados e o número de famílias já beneficiadas.

Linhas de Crédito	Recursos aplicados	Número de beneficiários	Síntese da Linha de Crédito
ESTRUTURAR	3.593.579,00	2.426	Juros: 3% ao ano Prazo máximo: 8 anos Carência: até 2 anos Teto: R$ 4.000,00
MICRO EMPREENDEDOR RURAL/CABRA ESCOLA	1.174.245,00	1.815	- Pequenos investimentos e animais. Juros: 3% ao ano Prazo máximo: 8 anos Carência: até 3 anos Teto: R$ 1.800,00
ÁGUA E CIDADANIA	47.900,00	96	- Cisternas de placas e pequenas obras hídricas Juros: Sem juros Prazo máximo: 5 anos Carência: até 6 meses Teto: R$ 1.500,00
APOIO A ATER	176.684,00	26	- Veículos e equipamentos para a ação de ATER Juros: 12% ao ano Prazo máximo: 2 anos Carência: até 1 mês Teto: R$ 10.000,00
MICRORURAL	125.000,00	104	-Custeio, consumo e pequenos investimentos Juros: 24% ao ano Prazo máximo: 1 ano Carência: até 3 meses Teto: R$ 1.500,00

Ainda sob a assessoria do MOC, o COGEFUR definiu, em 2005, um plano de ação composto por 13 itens que está sendo executado pela nova diretoria que assumiu a gestão da entidade a partir do mês de junho. Este Plano visa, sobretudo, a redução da inadimplência, a eficiência e transparência das informações, a agilidade nas contratações das operações, a qualificação da análise e do risco dos empréstimos realizados e o equilíbrio financeiro da própria instituição.

3. Subprograma de Agroindústria e Comercialização

Com o objetivo de apoiar a viabilização do beneficiamento da produção e a comercialização e promoção dos produtos da Agricultura Familiar, o Subprograma de Agroindústria e Comercialização, buscou, em 2005, dar assessoria técnica e acompanhamento aos empreendimentos econômicos solidários filiados a ARCO Sertão integrados por agricultores e agricultoras familiares dos Territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe.

Enquanto estratégias de atuação, o Subprograma atuou em três frentes:

- Apoio o processo de gestão da ARCO Sertão e dos Empreendimentos Econômicos Solidários filiados;
- Realização de acompanhamento técnico e eventos de formação para melhoria do processo produtivo e ampliação do acesso ao mercado;
- Incentivo à ampliação do acesso ao mercado Institucional e solidário e à valorização dos produtos da Agricultura Familiar.

Além disso, o MOC atuou em parceria com diversas instituições locais, com destaque para a ADS, SETRAS e do CODES Sisal.

No ano de 2005, o Subprograma, priorizou o acompanhamento técnico, com a realização de visitas técnicas regulares, elaboração de planos de ação e estudos de viabilidade econômica. Para isso, foi fundamental a consolidação de uma ***Base de Serviços*** junto à ARCO Sertão, integrada por técnicos da Agência de Desenvolvimento Solidário e do SubPrograma de Agroindústria e Comercialização. Somente assim, foi possível garantir apoio técnico sistemático a quase 30 empreendimentos.

Além dos problemas de gestão que requereram ações processuais, esses empreendimentos encontravam-se, ainda, com problemas no processo produtivo e de infra-estrutura. Para isso, a ARCO Sertão – sob a assessoria do MOC - enquanto entidade de representação política, apresentou e negociou projetos do PRONAF Infra-estrutura (recursos de investimentos não reembolsáveis operados pelo MDA), visando dotar os empreendimentos da infra-estrutura e equipamentos necessários. Outras fontes de financiamento, como a Fundação Banco do Brasil e Projeto PETROBRÁS/Fome Zero também foram acionadas e acessadas.

Mesmo com limitações na qualidade e apresentação dos produtos, os empreendimentos econômicos solidários apoiados consolidaram ou ampliaram o acesso ao mercado consumidor local, com especial destaque para a venda de produtos alimentícios para as Jornadas Ampliadas do PETI, nos municípios de Retirolândia, São Domingos, Serrinha e Nova Fátima. A participação em feiras e eventos mereceu, também, importante destaque: a ARCO Sertão esteve presente nos mais importantes espaços de comercialização e promoção dos produtos da agricultura familiar e economia solidária realizados no País, a exemplo da *VI Feira Nacional do Artesanato*, realizada em Belo Horizonte/MG e da *II Feira Nacional da Agricultora Familiar e Reforma Agrária*, realizada em Brasília/DF. A ARCO Sertão também esteve presente na *Fashion Rio 2005*, importante evento nacional de moda realizado no Rio de Janeiro/RJ.

Outra estratégia adotada pela ARCO Sertão, na tentativa de ampliar a comercialização dos produtos, foi a abertura da ***Central de Vendas Riquezas do Sertão***, localizada em Feira de Santana, importante centro consumidor no Estado da Bahia. Esta Central de Vendas, também apoiadas pelo MOC e ADS, têm buscado garantir a comercialização, em escalas maiores, dos produtos dos empreendimentos econômicos e solidários a ela filiados.

Enquanto estratégia de atuação do Subprograma de Agroindústria e Comercialização, a consolidação de uma *Base de Serviços* mostrou-se acertada, indicando, claramente, que esta ação deve ser ampliada para o ano de 2006, através da consolidação e qualificação da equipe técnica e da incorporação de jovens bolsistas que, também, prestarão acompanhamento técnico aos empreendimentos. Além disso, a ampliação das parcerias institucionais será de fundamental importância para a execução das ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Semi-árido encerra o ano de 2005 ajustado para cumprir importantes desafios em 2006. Os princípios da agroecologia e da Economia Solidária estão mais presentes, tanto internalizados na equipe do MOC, quanto mais assumidos pelas organizações sociais que representam o publico beneficiário.

A constituição da Rede Juvenil de ATER foi seguramente o maior desafio vivido; mas pela dimensão, alcance e custo, não terá perspectivas de continuidade, se sustentada, exclusivamente, pelos financiadores do MOC. Este será também um dos grandes desafios para 2006.

A ASCOOB e o COGEFUR, na condição de instituições que ofertam o crédito rural para os agricultores familiares da região, já podem ser classificadas como auto-gestionárias. A assessoria do MOC é cada vez menor e os serviços destas instituições para a região são cada vez maiores. A cada ano, ampliam-se o número de cooperados e de beneficiários do crédito. A ASCOOB passou a discutir a criação de uma Central própria, desvinculando-se do tradicional Sistema SICOOB e do BANCOOB, mais próximos da bancarização do que do cooperativismo. Isto exigirá uma atuação mais qualificada e menos densa do MOC, na medida em que tanto a ASCOOB, quanto as cooperativas a ela filiadas, possuem equipes técnicas próprias.

A constituição da Base de Serviços para prestar assistência qualificada aos empreendimentos econômicos foi um importante passo para o funcionamento das cooperativas e associações filiadas a ARCO SERTÃO. A busca de maior abertura do mercado institucional para os produtos oriundos da agricultura familiar foi perseguida, mas timidamente alcançada. Este deverá ser um dos principais focos da atuação do SubPrograma de Agroindústria/comercialização para 2006, seja através da realização de rodadas de negócios ou na organização de eventos de promoção e divulgação. Fazer com que os empreendimentos da Agricultura Familiar possam ampliar suas vendas para as escolas, creches e Prefeituras Municipais, garantirá, por um lado, a ampliação da renda gerada, pelo aumento das vendas, mas também, garantirá o acesso da população a produtos de qualidade, característicos da agricultura familiar. Outra ação, também de relevante importância, será a ampliação da organização da base produtiva que deverá estar estruturada para fornecer os insumos necessários para consolidação das cadeias produtivas da ovinocaprinocultura, do mel e do artesanato, eleitas como prioritárias para o desenvolvimento dos Territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe.

PROGRAMA DE ÁGUA E SEGURANÇA ALIMENTAR

O Programa da Água e Segurança Alimentar, constituído este ano a partir do subprograma de Recursos Hídricos, tem como público alvo os agricultores e agricultoras familiares e os trabalhadores e as trabalhadoras rurais de 32 municípios, abrangendo as microrregiões de Feira de Santana, Sisal, Alagoinhas e Jacuípe. As parcerias do Programa se estabelecem em diversos setores e atividades. No sentido do seu planejamento, execução, monitoramento e avaliação, o Programa integra, como representação institucional do MOC, a Comissão Gestora Microrregional, composta pelos Pólos Sindicais de Feira de Santana, Jacuípe e Sisal, pelas APAEB´s de Aracy, Feira de Santana, Serrinha e Valente Paróquias de Ichu e Valente, tendo a função, nessa Comissão, de Unidade Gestora do P1MC. São, também, co-autores as 128 entidades da Sociedade Civil, componentes das Comissões Executivas Municipais que compreende os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Paróquias, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Associações Comunitárias e Municipais, Cooperativas etc. O Programa tem um vínculo acentuado com a ASA (Articulação no Semi-Árido Brasileiro) participando dos principais projetos e atividades da Articulação e, através dela e do P1MC estabelece parcerias com o Governo Federal (MDS), Entidades de Categorias (FEBRABAN) e empresas com departamento de Responsabilidade Social, (POLITENO). Desenvolvendo parcerias de forma institucional direta com organismos de cooperação (Pão para o Mundo e CRS) e com empresas (AMANCO, SOLVAY, OMICRON, PFIZER).

O Programa focou suas ações e esforços em três objetivos:

a) Potencializar o P1MC (Programa 1Milhão de Cisternas).

b) Despertar as Comissões Municipais e a Microrregional no sentido de conhecer as alternativas de captação de água destinada à produção.

c) Retomar as articulações para que os diferentes segmentos envolvidos com o Programa buscassem interferir nos orçamentos municipais.

1. Potencializando o P1MC

As ações se voltaram para a capacitação das Comissões Municipais e da Comissão Microrregional, com o objetivo de conhecerem mais fundo a importância do Programa e assumirem de forma autônoma, eficiente e integrada as suas responsabilidades perante o mesmo. Numa outra vertente buscamos aprimorar a construção das cisternas dando-lhes mais qualidade e maximizando a aplicação dos recursos a fim de aumentar o número de famílias e de pessoas com acesso à água de qualidade para beber e cozinhar. Nesses aspectos conseguimos um envolvimento consistente das pessoas e das entidades que compõe a Comissão Gestora Microrregional, que estão não só cientes das suas responsabilidades e papel, mas, também, a executam na prática. Discutindo, encaminhando e tomando as decisões pertinentes. Todas as ações de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação do Programa passam pela Comissão Microrregional. Fruto desta situação, os membros da Comissão Ges-

tora Microrregional fazem reuniões com as Comissões Municipais independente da presença do MOC e sugerem encaminhamentos e tomadas de decisão que são submetidas ao coletivo e, sendo aprovadas, são executadas. As Comissões Municipais, depois de reestruturadas e recapacitadas se mostram mais articuladas e desenvolvem suas atividades com mais autonomia e qualidade, o que se reflete em licitações feitas de forma correta, melhoria no processo de mobilização e seleção das comunidades e das famílias, bem como num acompanhamento mais assíduo aos demais processos e etapas do Programa. A Comissão Gestora Microrregional se reúne mensalmente a fim de realizar o trabalho de monitoramento do Programa. A cada inicio de etapa para planejar e avaliar a cada final da etapa. Como resultado concreto da sua interferência podemos citar a extinção da CEM de Santa Luz, a recapacitação das entidades do município e a formação de uma nova Comissão Executiva Municipal, bem como a recuperação dos trabalhos da CEM de Feira de Santana. No esforço de maximizar os recursos captados foram construídas 178 cisternas a mais do que o contratado num total de 1.490, sendo contratadas 630 do MDS, 860 da FEBRABAN e 10 da POLITENO. Gerando com isto, também, mais 360 famílias capacitadas no tratamento e uso da água.(Ver tabela em anexo) Além disto, o Programa tentou com o envolvimento de outros Programas do MOC e dos Agentes Comunitários de Saúde, ter um mínimo de monitoramento do uso da água e da conservação das cisternas construídas em anos anteriores, através da capacitação dos agentes de família do PETI e das coordenações da Jornada Ampliada e solicitando às CEM´S a presença dos agentes comunitários de saúde nos cursos de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Como resultados dessas ações tivemos um levantamento parcial das famílias do PETI que tem acesso à água de qualidade e de onde vieram os recursos para a construção das cisternas e um número superior a 200 cisternas consertadas. Como resultado final deste trabalho temos: 1688 famílias com acesso à água de qualidade para beber e cozinhar e um aumento do potencial de armazenamento de água potável em 26.688.000 de litros.

2. Dirigentes, Técnicos e Lideranças conhecendo as Alternativas de Captação de Água e sua utilização na produção de alimentos.

Esta estratégia exigiu um esforço considerável da equipe durante as discussões, preparativos e realização das viagens de intercâmbios. Primeiro operacionalizamos a ação dividindo os municípios e procurando respeitar a visão de território. Assim, os dezesseis municípios foram divididos em 3 grupos: 1- Serrinha, Barrocas, Lamarão, Ichu, Araci e Teofilândia; 2- Riachão do Jacuípe, Capela do Alto Alegre, Nova Fátima, Pé de Serra e Candeal e 3- Conceição do Coité, Queimadas, Quijingue, Nordestina e Cansanção. Então, reuniu-se cada grupo, composto pelos membros das Comissões Executivas Municipais do Programa e mais dois animadores para planejarem as atividades e entender os objetivos do trabalho. Em seqüência foram realizados dias de estudos com este mesmo público sobre as alternativas de captação de água e convivência com o semi-árido contando com a animação de

técnicos do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar e de agricultores/ agricultoras com experiências de reconhecidos êxitos. Em agosto iniciaram-se as visitas de intercâmbios e conhecimento de experiências de captação e utilização da água para a produção de alimentos. Inicialmente a equipe do Programa visitou a experiência da barragem subterrânea construída em Retirolândia, conversando com a família e tomando conhecimento do funcionamento e dos resultados. Em seguida, um grupo de 20 dirigentes, lideranças e técnicos do **PFAF** e do **PETI** visitaram o **PATAC** e conheceram as experiências da entidade e dos agricultores e agricultoras. Participaram desta visita os municípios do Grupo1. O Grupo 3 visitou a **DIACONIA** e o GRUPO 2 o **CAATINGA**. Ao final desse movimento tínhamos a equipe do Programa e mais 60 dirigentes, técnicos e lideranças de 16 municípios da área de atuação do Programa, conhecendo algumas experiências de captação e utilização da água para a produção de alimentos, com técnicas aplicadas pelas famílias. Ao retornar das visitas as pessoas que participaram e mais os membros das CEM´s participaram de um dia de estudo para discutirem, avaliarem e encaminharem o que era viável ser experimentado na microrregião e nos seus municípios. Como resultado final temos este grupo conhecendo e sensibilizado em promover a captação e utilização da água na produção de alimentos.

3. Articulação retomada para interferência nas políticas públicas municipais de água.

Esta estratégia começou a ser pensada como resultado da avaliação de um Projeto da CRS que previa a negociação com o Poder Local. Na avaliação foi visto que, mesmo com as dificuldades encontradas e só se ter captado 30% dos recursos públicos previstos no Projeto, essa atividade poderia ser retomada em virtude da mobilização que era capaz de gerar e que por mínimos que fosse os recursos dos municípios deveriam ser objeto de luta das entidades. Com este diagnóstico, foi promovido um Seminário sobre Políticas Públicas que encaminhou a proposta de capacitação das Comissões Executivas Municipais sobre o FUMAC (Fundo de Desenvolvimento e Apoio Comunitário) que possui recursos para serem aplicados nas comunidades rurais. Baseado na mesma distribuição dos municípios do item anterior foi feito em conjunto com o Programa de Políticas Públicas do MOC e da Assessoria da **FATRES** (Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal), as capacitações das Comissões em interferência no Orçamento Público Municipal e sobre o FUMAC. Ainda não foi possível mensurar quantitativamente os resultados que, por enquanto, resume-se a motivação e sensibilização dos grupos.

A Equipe cumpriu, com razoável êxito, àquilo que se propôs. Avançamos muito nas questões relativas às capacitações das Comissões Executivas Municipais para a execução do P1MC. Em 2005, por conta disso e do amadurecimento da equipe os trabalhos foram desenvolvidos com mais qualidade e um menor grau de excitação e hesitação. Os cursos de GRH ganharam qualidade e resultados. A Comissão Gesto-

ra Microrregional cresce politicamente de forma visível. Os seus componentes se sentem responsáveis por todas as ações do Programa. O Programa pertence a eles. O MOC é um parceiro privilegiado, mas um parceiro. Construímos um caminho largo para a implantação de experiências de captação de água e sua utilização na produção de alimentos criando uma nova visão e uma nova dinâmica de ver e viver no semi-árido. A integração com outras equipes através da prática do trabalho em conjunto, articulado e conseqüente, rompe o isolamento natural de um Programa recém criado. O Projeto conseguido junto a CRS e apresentado às Comissões e as equipes do MOC e o que vem sendo negociado com a PÃO para o MUNDO, com amplas possibilidade de se concretizar, abre perspectivas de uma atuação integrada e de qualidade. Temos muitas expectativas quanto ao trabalho das mulheres na construção de cisternas, como forma de promover não só o aumento da renda das mulheres, como a quebra do preconceito de que mulher não pode construir cisternas, é coisa de homem e, com isso contribuir no estabelecimento da equidade de gênero, numa área das mais desbalanceadas que é a renda. Iniciamos a retomada das articulações com as entidades no sentido de interferir nos orçamentos municipais. Isto anda devagar... mas, anda. Vislumbramos um acelerar do P1MC em 2006. Mas, vivenciamos medos e dificuldades. Há ações que se faz obrigatória a integração com outras equipes que nem sempre estão motivadas ou disponíveis, assim como nós. Encontramos dificuldades em saber com exatidão o quanto de recursos e quando eles estarão acessíveis. Por outro lado convivemos com o descrédito das organizações em negociarem com o Poder Local que contagia muitos de nós. Terminamos 2005 considerando um ano regular, pois, houvesse recursos e poderíamos ter avançado mais, ter mais famílias e pessoas com acesso a água e capacitadas a usá-las.

Programa de Água em números

1.688 cisternas construídas
5.760 pessoas com acesso a água potável
128 entidades civis envolvidas no Programa
32 Comissões Municipais atuando
Potencial de armazenamento de água aumentado em 26.880.000 litros

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO

Visando a democratização dos meios de comunicação, o Programa de Comunicação desenvolveu suas ações em três áreas estratégicas: assessoria e capacitação de comunicadores comunitários, qualificação da cobertura jornalística sobre o semi-árido e formação de educadores na área de comunicação. Em 2005, o acompanhamento da criação e estruturação de duas entidades regionais de comunicação comunitária no Território do Sisal – Agência Mandacaru e Abraço-Sisal – marcou a atuação do Programa de Comunicação. Na área da qualificação da imprensa, o Programa acompanhou e registrou uma série de reportagens impressas, televisivas, radiofônicas e on-line que geraram boa repercussão e projetaram uma imagem positiva do semi-árido, de sua gente e dos projetos desenvolvidos voltados para o desenvolvimento sustentável. Mesmo de forma ainda incipiente, as ações de educomunicação, desenvolvidas pelo programa, despertaram o interesse de muitos educadores do campo e das jornadas ampliadas. O entusiasmo das crianças e adolescentes na hora de fazer rádio e montar jornais projeta a área da edu-comunicação como um linha de atuação do Programa, com grande potencial para contribuir para o empoderamento das pessoas frente aos meios de comunicação, pré-condição para a sua democratização.

1. Fortalecendo a comunicação comunitária: Criação e assessoria de entidades no Território Sisaleiro

Fortalecer os comunicadores e as comunicadoras comunitárias da Região Sisaleira se constitui, desde o início do Programa, em 2003, como estratégia para a promoção do desenvolvimento sustentável da região. A própria sustentabilidade do processo representa o maior desafio na formação e articulação de comunicadores comunitários – a conquista de bases políticas, econômicas e técnicas que permitiriam a atuação qualificada e incisiva dos comunicadores no contexto da sociedade civil, fortalecendo suas organizações e oferecendo canais diferenciados de comunicação à população.

Tendo em vista a opção pela autonomia dos grupos acompanhados e os recursos limitados que o Programa de Comunicação do MOC dispõe, optou-se pelo fortalecimento de duas entidades regionais de comunicação comunitária no Território do Sisal: a Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura e a Associação de Rádio e TV Comunitárias do Território Sisaleiro (Abraço-Sisal) – estratégia que marcou a atuação do Programa de Comunicação em 2005. Como resultado de um ano de constantes capacitações e intervenções de assessoria, tanto em áreas técnicas como radiojornalismo, jornalismo impresso ou assessoria de imprensa e na área de gestão e administração (plano de negócios, planejamento estratégico, marco legal, elaboração de projetos), as duas entidades encontram-se hoje, cada uma, com um desenho consolidado, cientes do seu papel e da sua contribuição para o fortalecimento da comunicação comunitária na Região Sisaleira.

Agência Mandacaru

Para 15 jovens comunicadores de 08 municípios da Região Sisaleira, egressos do Projeto Comunicação Juvenil desenvolvido pelo MOC entre 2002 e 2004, o ano de 2005 começou com uma decisão corajosa: terminado o apoio com bolsas que garantiam uma certa estabilidade financeira e permitiam o desenvolvimento de seus trabalhos nas áreas de rádio e jornal impresso, optaram por fundar uma agência de comunicação, uma espécie de central de notícias da Região Sisaleira, que não só iria alavancar os processos de comunicação no território, mas também garantir o sustento dos seus integrantes, numa perspectiva de geração de renda para o segmento juvenil. As dificuldades, no início, eram muitas – não dispunham de computadores, gravadores ou máquinas fotográficas para desenvolver os trabalhos, pois os equipamentos assegurados por um projeto do CODES-Sisal perderam-se por questões burocráticas. A articulação dos jovens espalhados pela região era difícil, e o grupo teve que enfrentar saídas de alguns dos seus integrantes (mas incorporou em compensação, experientes comunicadores) e os familiares começaram a questionar a viabilidade do projeto, já que a Agência ainda não arrecadava o suficiente para pagar seus integrantes.

Conquistando autonomia

No meio do ano, após uma reunião de avaliação e redirecionamento, as coisas começaram a melhorar: a produção de notícias da Agência, que antes era esporádica, começou a fluir e assumir um ritmo semanal, contribuindo consideravelmente para a circulação de notícias de relevância social no território. As primeiras demandas por parte de entidades da sociedade civil – identificadas como os principais parceiros e "clientes" da Agência – começaram a surgir e render os primeiros trabalhos independente da intervenção do Programa de Comunicação do MOC. A posição de autonomia da Agência ganhou força e corpo ao passo que começava a realizar reuniões por iniciativa e conta própria, construindo um regimento interno que complementa o estatuto elaborado ao longo dos primeiros meses do ano. Mesmo com todos os avanços em termos de conquista de autonomia, a dependência ainda é grande. É o MOC que contrata a maioria dos produtos de comunicação produzidos pela Agência, que atua como principal incentivador dos processos de produção e organização internos, e que se responsabiliza pela formação dos integrantes da Agência.

Articulando parcerias

Um passo importante para a articulação política da Agência, em âmbito regional, foi dado com a constituição do Conselho Político, composto por oito entidades do movimento social. A inserção da entidade em mais de dez espaços de discussão política e representação, tanto em âmbito regional como nacional também foi decisivo na criação de uma identidade política e organizacional própria. O reconheci-

mento também veio de fora da região, através do Grupo A Tarde, que realizou capacitações e fornece jornais semanalmente, e do Unicef, principal apoiador do projeto, que contribuiu na formatação do processo de capacitação da Agência.

Os resultados do primeiro ano da Agência Mandacaru

57 notas produzidas para o Boletim Informativo MOC
07 matérias especiais para o site
07 reportagens de rádio
09 coberturas de evento
05 edições do Jornal Giramundo
08 edições do fanzine Catavento
03 edições do Boletim Aprovado
400 fotos de cisternas para o P1MC

Rádios comunitárias

Em 2005, as rádios comunitárias que vinham sendo acompanhadas e apoiadas pelo MOC, desde o início do movimento de radiodifusão comunitária, nos anos 90, continuaram enfrentando dificuldades: demora e burocracia excessiva nos processos de licenciamento das emissoras; repressão e abuso de poder por parte dos orgãos fiscalizadores (Anatel e Polícia Federal); falta de estrutura financeira, técnica e física na maiora das rádios; baixo alcance das rádios, principalmente na zona rural; indefinição do que é permitido como apoio cultural, entre outras. Surgiram novas ameaças como os crescentes problemas com a cobrança de direitos autorais pelo ECAD, que levou ao fechamento de uma emissora.

Os desafios enfrentandos pelas emissoras, desde o início, trouxeram, em alguns casos, o esvaziamento do movimento, com locutores saindo e diretores sem atuação efetiva nas associações que dão suporte às rádios. Nota-se um crescente distanciamento dos movimentos sociais, berço das rádios, diante de demandas aparentemente mais urgentes.

Fortalecendo a Abraço-Sisal

Diante desse quadro, o Programa de Comunicação optou pelo fortalecimento da Abraço-Sisal como entidade de representação, articulação e apoio a 18 rádios comunitárias da Região Sisaleira. As estratégias desenvolvidas eram, de um lado, o acompanhamento da criação e estruturação física da entidade, e, de outro, a continuidade do processo de capacitação técnica e de conteúdo dos comunicadores comunitários. Nos processos de construção do marco legal e do planejamento estratégico da entidade, mudou o autoconceito da Abraço-Sisal, enquanto entidade não

só de mobilização, mas também de assessoria às rádios comunitárias, independente das articulações a nível estadual e nacional. Entre as ações da Abraço-Sisal destaca-se a sua articulação com atores políticos regionais, como o CODES-Sisal e a UNEB em Conceição do Coité, e a sua contribuição para a construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável no eixo de comunicação.

A Abraço-Sisal começa a constituir-se como referência para as rádios comunitárias da região em termos de gestão participativa, caráter comunitário, perfil de programação radiofônica e independência política, elevando o nível de atuação e organização do conjunto das emissoras e projetando um modelo inédito de articulação territorial, dentro da nova política de desenvolvimento territorial incentivada pelo Governo Federal, em especial o Ministério de Desenvolvimento Agrário.

Campanha de apoio às rádios

Para reafirmar o caráter comunitário e o apoio da população e dos movimentos sociais às rádios, a Abraço-Sisal, com apoio do MOC e da Agência Mandacaru, desenvolveu uma campanha a nível territorial, que contou com folderes, adesivos, cartazes, e a produção constante de notícias e releases, além de um seminário regional com participação de especialistas no assunto e rádios comunitárias de outras regiões. A campanha se desenvolveu durante três meses, nas rádios comunitárias da região, repercutindo também na imprensa e em espaços fora do Estado. A Abraço-Sisal e as rádios da Região Sisaleira ganharam grande visibilidade com essa campanha: a articulação entre as rádios melhorou e a sua auto-estima aumentou. Durante a campanha, o MOC lançou o estudo *Rádios Comunitárias da Região Sisaleira – Memória, Conjuntura e Perspectivas*, realizado por uma equipe de pesquisadores da UNEB e coordenada pelo professor Antônio Dias Nascimento.

Diagnóstico das rádios comunitárias na Região Sisaleira

	2004	2005
Rádios filiadas à Abraço-Sisal	15	18
Rádios no ar	09	15
Rádios com outorga definitiva para 10 anos	01	06
Fechamentos de emissoras pela Polícia Federal	11	14
Rádios com acesso à Internet no estúdio	02	04
Rádios que transmitem a sessão da Câmara de Vereadores	-	06
No. de diretores e conselheiros*	-	144
Percentual de mulheres entre os diretores e conselheiros*	-	19%
No. de comunicadores voluntários*	109	98
Percentual de mulheres entre os comunicadores*	26%	22%

* Base: pesquisa realizada em 9 emissoras comunitárias

2. Pautando o semi-árido: Processos de qualificação e assessoria de imprensa

A área de qualificação da imprensa, no que diz respeito à cobertura do semi-árido e do seu desenvolvimento sustentável, representa uma importante linha de atuação dentro do Programa de Comunicação. Fortalecida com uma segunda estagiária, a área de assessoria de comunicação do MOC desenvolveu um trabalho constante de produção de releases e pautas, registrando a repercussão na mídia impressa, televisiva e on-line, e produzindo o Boletim Informativo MOC que, semanalmente, traz notícias da e para a Região Sisaleira, pautando as rádios comunitárias e os outros meios de comunicação da região. O programa de rádio semanal, *Encontro com as Comunidades* passou a ser gravado e editado no recém-equipado estúdio de gravação do Programa de Comunicação, permitindo a sua retransmissão a um total de doze rádios comunitárias, da Região Sisaleira, e a melhoria da qualidade técnica e jornalística do programa. Todos os produtos de comunicação do MOC passaram a ser disponbilizados em tempo real no novo site institucional que entrou no ar ao apagar das luzes de 2004 e, desde então, apresenta um crescimento acelerado no número de acessos.

Mobilizando a imprensa

A mobilização da imprensa local, regional e nacional para a cobertura de eventos e temáticas continuou como estratégia de ampliar a visibilidade para um público mais amplo e gerar compreensão e apoio para as transformações sociais necessárias e em curso na região. Destaca-se a cobertura de eventos relacionados com os direitos das crianças e adolescentes no semi-árido, o acesso à terra, os encontros de articulação e avaliação do PETI, as reivindicações das mulheres trabalhadoras rurais, a inauguração de cisternas, entre outros. As mobilizações de imprensa do Programa de Comunicação procuram garantir a compreensão e divulgação dessas temáticas por parte dos profissionais de imprensa, ao mesmo tempo em que empreende esforços para qualificar a atuação desses profissionais e dos meios de comunicação. Nesses esforços, insere-se um evento de capacitação de jornalistas e comunicadores, realizado em parceria com o jornal A Tarde e o Unicef, que contou com a presença da maioria dos meios de comunicação de relevância no Estado. Nessa mesma linha, o MOC procura incentivar os profissionais da imprensa dedicados às questões de desenvolvimento sustentável do semi-árido com o Prêmio Mídia Sertão Social, que em 2005 entrou na sua segunda edição.

A assessoria de comunicação em números

94 clippings impressos e on-line sobre o MOC e temas pautados
22 coberturas de TV pautadas e acompanhadas
46 releases e pautas produzidas e enviadas
56.000 visitas ao site do MOC
198 atualizações do site do MOC
51 edições do programa de rádio Encontro com as Comunidades produzidas e veiculadas
22 edições do Jornal Mural
50.000 exemplares do Jornal Giramundo impressos e distribuídos na Região Sisaleira
336 notícias em **42** edições do Boletim Informativo MOC enviados para **450** assinantes

3. Edu-comunicação: a comunicação como instrumento pedagógico

Após os primeiros passos na área de Edu-comunicação, no ano anterior, a estratégia do Programa de Comunicação do MOC, em 2005, foi levar o programa de rádio *Encontro com as Comunidades,* uma vez por mês, para a sala de aula, como instrumento pedagógico na formação das crianças e adolescentes. Perseguiu-se, assim, o objetivo de promover a discussão de temáticas sociais e de relevância para

o semi-árido no programa de rádio e na sala de aula, valendo-se da opinião e da participação ativa das crianças. Além disso, o intuito foi sensibilizar educadores e educadoras para utilizar o rádio na Jornada Ampliada do PETI. As atividades desenvolvidas têm como base de sustentação o ECA e tratam de garantir o direito à comunicação, informação, difusão de idéias, enfim a participação das crianças no processo educativo e de construção do conhecimento. Para qualificar a sua atuação no campo da Edu-comunicação e aprender com outras experiências já desenvolvidas, o Programa de Comunicação participa ativamente da Rede CEP – Comunicação, Educação e Participação, que reúne organizações de todo o País.

Giramundo

Outra ação na área de Edu-comunicação é o Jornal Giramundo, um jornal regional que busca de forma criativa e dinâmica levar informações de qualidade para

os atores envolvidos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). No início do ano, através da parceria com o jornal A Tarde, a tiragem do Giramundo pôde ser dobrada, chegando agora a dez mil exemplares, que a cada dois meses têm suas oito páginas cheias de notícias sobre os principais acontecimentos do PETI e da Região Sisaleira. A produção das notícias, matérias e reportagens é realizada pela Agência Mandacaru. Neste ano, o Giramundo enfocou temas especiais como os 15 anos do ECA e o Pacto pela Infância. Além de informar a comunidade, o jornal também tem se revelado como importante instrumento pedagógico nas Jornadas Ampliadas. Crianças e adolescentes do PETI são estimulados a escrever poesias, paródias e textos sobre a qualidade do Programa e que são publicados no jornal. Monitores e educadores/leitores do Projeto Baú de Leitura são orientados a utilizarem o Giramundo no incentivo à leitura crítica e prazerosa da realidade dos garotos e garotas.

4. Perspectivas e desafios para a comunicação

As perspectivas para as atividades futuras do Programa de Comunicação apontam, na área da comunicação comunitária, para uma retirada gradativa das ações de assessoria e acompanhamento diretos, abrindo espaço para as duas entidades de comunicação comunitária acompanhadas na sua fundação e estruturação em 2005. A consolidação da Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura absorverá muitas das demandas que, anteriormente, vinham sendo direcionadas ao Programa de Comunicação, e a assessoria e capacitação por parte do Programa de Comunicação se dará mais no sentido de qualificar as ações. O acompanhamento direto às rádios comunitárias da região deverá ser assumido pela Abraço-Sisal com mais intensidade e qualidade, processo esse que já consta do Plano Estratégico da entidade.

No entanto, em termos de capacidade física e, sobretudo financeira, de atender a todas essas demandas apontadas, tanto a Agência Mandacaru com a Abraço-Sisal ainda terão de construir bases mais firmes de sustentabilidade. Especialmente, a Abraço-Sisal precisa, com urgência, de uma sede e infra-estrutura próprias para desempenhar a sua função de representar, assessorar e apoiar as rádios comunitárias da região. O acesso à Internet, para facilitar a comunicação com o MOC e as outras entidades, é outro desafio posto não somente para a Abraço-Sisal, mas para o conjunto das rádios comunitárias.

Nos processos de desenvolvimento territorial, um novo foco para o Programa de Comunicação está surgindo no Território Bacia do Jacuípe, onde o ano de 2006 promete ser de intensas mobilizações e debates em torno do Plano Territorial de Desenvolvimento. Uma atenção maior do programa também deverá ser dirigida aos movimentos sociais da região, que ainda mostram grande fragilidade nas estruturas e ações de comunicação, e à qualificação da cobertura jornalística das rádios comerciais da região, que continuam exercendo papel predominante entre os meios de comunicação na região.

PROJETOS ESPECIAIS

Em 2005, o Projeto Vida Nova procurou, uma inflexão em sua abordagem. Embora tradicionalmente tenha se pautado pelo seu objetivo central de promover o bem-estar e desenvolvimento social, educativo e cultural de crianças e adolescentes do semi-árido, especialmente em assentamentos de reforma agrária, na Região Sisaleira da Bahia, o PVN buscava incentivar o desenvolvimento das comunidades e de suas instituições locais e ou regionais para esse fim, entendendo que esta estrada asseguraria a melhoria da qualidade de vida das famílias e das crianças. Ainda em 2005, optou por interferir na construção de uma abordagem centrada nos direitos de crianças e adolescentes. Para tanto, identificou a sensibilização e a formação inicial na linha do sistema de garantias como estratégia geral e definiu educadores formais, lideranças comunitárias e entidades locais como público prioritário da ação. Agiu, também, no sentido de experimentar, com as próprias crianças e adolescentes, uma aproximação, ao seu ponto de vista, acerca de sua própria realidade, concernente aos seus direitos e deveres.

Principais ações estratégicas em 2005

1. Qualificação de educadores/as e incentivo à multiplicação de ações nas escolas

Em todas as comunidades do PVN existem o Projeto Baú de Leitura/PBL e Projeto Conhecer, Analisar e Transformar/CAT (ver Programa de Educação do Campo). O PBL e o CAT também lidam com a inclusão social, a realidade do campo e os direitos das crianças. A partir da ação conjunta entre tais projetos, avaliou-se, porém, que as crianças poderiam elaborar pesquisas sobre o tema dos direitos das crianças e criar, a partir da sistematização desse conhecimento, oportunidades de devolução nas suas próprias comunidades. Essa devolução teria como objetivo central, por seu turno, sensibilizar famílias e outras crianças sobre direitos e aspectos relativos à situação da infância e adolescência em tais localidades.

Para tanto, os educadores/as deveriam também estar mais fortalecidos/as e em 3 direções: a) na abordagem dos direitos, a partir sobretudo de um aprofundamento no ECA; b) em uma abordagem técnica que privilegiasse ainda mais a construção coletiva, a partir de noções antropológicas que contemplassem o ponto de vista da criança e sua percepção da realidade hodierna; e c) noções de comunicação cidadã e de produção de peças de comunicação, adaptadas às suas realidades e demandas.

Todo o processo envolveu cerca de 25 educadores que foram capacitados pela Cipó Comunicação Interativa (Salvador) e pela Agência Mandacaru (Retirolândia – BA). Esses educadores/as desenvolveram, com as crianças, matérias, peças, reportagens, murais, quadrinhos e programas de rádio que tanto fortaleceram nas crianças o conhecimento prático sobre sua realidade a partir de seus direitos, como também animaram suas comunidades a refletirem dados concretos. Foram envolvidas cerca de 550 crianças diretamente.

2. Formação dos Dirigentes das Associações Comunitárias buscando fortalecer as Instituições

Essa ação com os educadores do PBL e CAT veio ao encontro de outra ação igualmente desenvolvida na base. Identificamos, a partir da Comissão Gestora do PVN (formada pelo MOC e representantes de Entidades comunitárias e regionais da sociedade civil), atores locais a serem capacitados na mesma direção. Foram, assim, reunidos Agentes Comunitários de Saúde, lideranças jovens, professores, agentes da Pastoral da Criança e da Juventude, membros de Associação e de Sindicatos e demais familiares (especialmente mulheres), para que compusessem um grupo que foi capacitado em 80 horas. Desse modo, tem-se, hoje, aproximadamente, uma média de 130 pessoas capacitadas no sistema de garantia de direitos e na abordagem metodológica com crianças. Daí saíram, por exemplo, sugestões de melhor abordar temas como violência física, maus tratos, abuso sexual etc, para o próximo ano, embora em todos os momentos a dimensão de maior vulto é para a ausência ou insuficiência de recursos e políticas públicas no que poderia ser uma espécie de "Orçamento Criança".

3. Incentivo à participação das crianças e adolescentes em espaços comunitários de tomadas de decisões e apoio na abordagem e debate sobre o ECA

Em meio a esses processos, as crianças também tiveram mais vez e voz. Desde o ano passado, as crianças vinham participando de processos decisórios, particularmente voltados às festas de resgate de cultura e de tradição (junina, aniversário da comunidade, etc). Este ano, todas as comunidades envolveram, de forma mais igualitária, crianças e jovens no planejamento de ações e de atividades. Assim, direito à participação política, autonomia, lazer e cultura foram "discutidos" a partir de uma realidade prática. Além de eventos de formação, com as próprias crianças, houve momentos específicos em que adultos e crianças, juntos, debateram e encaminharam questões desde prestação de contas a decisões sobre a aplicação de recursos, passando pelo tema das festas e outros. Coube aos adolescentes, por exemplo, questionar a ausência de atividades de lazer e cultura por parte de suas Associações ou mesmo lutar, na Escola, por água potável e condições melhores. Campanhas de coleta seletiva, hortas comunitárias, limpeza de aguadas e de fortalecimento do PETI foram os maiores resultados do trabalho.

A esse processo não se pode deixar de referir a linha de formação e fortalecimento das Associações Comunitárias. Diagnóstico, Gestão, Planejamento, Marco Legal foram alguns dos temas abordados, além de aspectos de políticas e direitos de crianças e adolescentes, com destaque para a influência no Orçamento Municipal e nos CMDCA e Conselho Tutelar.

O MOC esteve, desde o primeiro momento, fomentando ações e mobilizan-

do processos relativos ao fortalecimento do Pacto Nacional um Mundo para a Criança e o Adolescente no Semi-Árido.

4. Primeiras conclusões:

O PVN, a partir do Planejamento Estratégico do MOC, sofreu uma profunda mudança. E a mesma se processou durante o desenvolvimento das ações acima citadas e outras diversas àquelas conectadas ou reportadas. Na verdade, em 2005 também foi feita a transição para o recém-criado PCA do MOC. O PCA nasce dos esforços do PVN e do Subprograma PETI com o foco centrado na defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, a partir do fortalecimento da sociedade civil e das instâncias públicas de elaboração e controle de políticas sociais.

Assim, talvez, melhor do que *fechar* com uma conclusão ou mesmo uma melhor avaliação das ações acima resenhadas, o PVN prefere dizer que, na verdade, 2005 abre para uma nova perspectiva, um novo Programa e para uma melhor abordagem dos direitos de crianças e adolescentes no semi-árido baiano, e nas Regiões Sisaleira e Bacia do Jacuípe, em especial.

5. Dados do Projeto

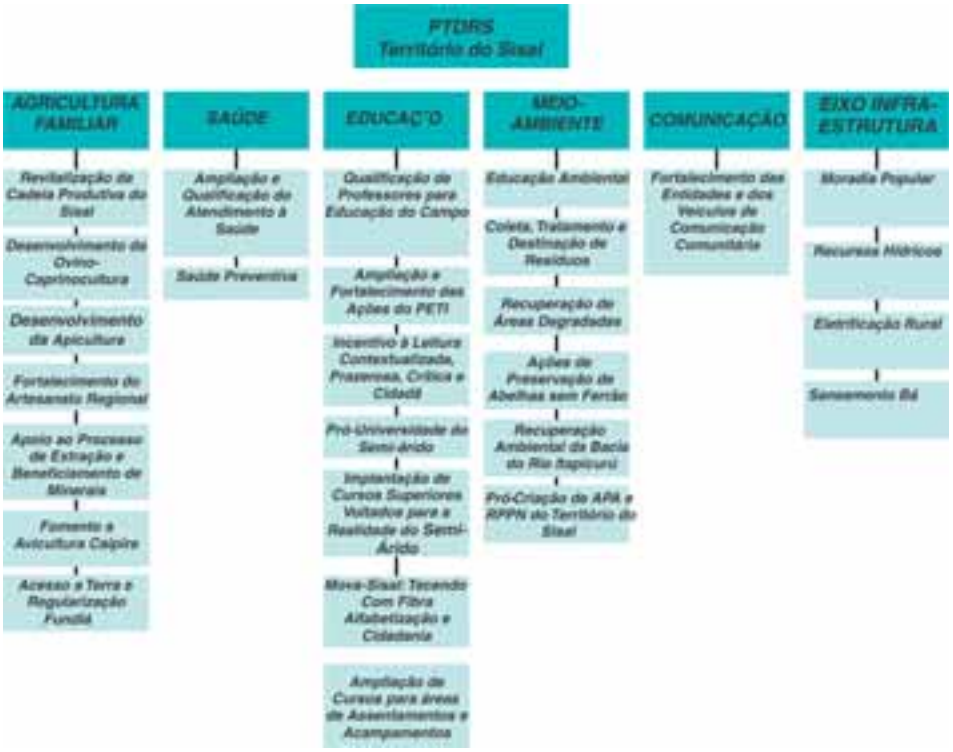
- 25 educadores/as leitores/as e professores/as capacitados em técnicas de comunicação para atuação com crianças e adolescentes
- Lideranças e adolescentes discutem Orçamento Criança e atuação dos Conselhos Municipais da Criança e Adolescente
- 550 crianças atuando em pesquisa para conhecimento de seus direitos

AÇÕES DE APOIO AOS TERRITÓRIOS RURAIS

A integração e a articulação das políticas públicas em um ambiente geográfico que fosse maior que o Município e menor que o Estado, como força motriz para o desenvolvimento rural sustentável, sempre foi defendida pelo MOC ao longo do seu relacionamento com as organizações sociais e os agentes governamentais. Por esta razão, a Instituição participou ativamente da constituição da Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) do Governo Federal desde 2003 revelando a experiência local com o PETI, prestando consultorias especializadas, cedendo um técnico por 2 anos e, neste ano de 2005, de forma mais eminente, assumindo a atribuição de assessorar tecnicamente a elaboração participativa dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS de 09 (nove) Territórios Rurais do Estado da Bahia e 02 (dois) do Estado de Sergipe.

No caso da Bahia, que passou a ser tomada como referência nacional para a SDT, por ter mapeado todo o estado em 23 territórios de identidade, a ação do MOC se deu tanto participando ativamente da Comissão Estadual de Territórios (CET) que agremia representantes de 08 organizações sociais estaduais e de 06 órgãos públicos das esferas estadual e federal e por onde passou todo o processo de definição dos territórios, quanto prestando serviços de sensibilização, mobilização e formação de lideranças e técnicos junto às institucionalidades dos 09 territórios rurais selecionados entre os 23 identificados pela CET. No caso de Sergipe, as ações se restringiram a esta segunda forma de atuação.

Entre os 09 territórios, 02 em especial, o MOC teve uma ação diferenciada: o Sisal e Bacia do Jacuípe. Em ambos, por coincidir com a área de atuação mais sistemática da Instituição, houve um envolvimento maior de toda equipe para assegurar que as propostas experimentadas, construídas e defendidas ao longo dos últimos anos, estivessem presentes nos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável. No Território do Sisal, onde o PTDRS já foi concluído, pode-se destacar os Projetos de Educação do Campo, Meio-ambiente, Saúde, Fortalecimento da Agricultura Familiar e Comunicação, cujo conteúdo e forma de execução, espelha-se na pratica dos Programas de Educação, Comunicação, Agricultura Familiar e Gênero desenvolvidos pelo MOC em parceria com as organizações locais.



Organograma do PTDRS Sisal lançado dia 01\12\2006 em Valente

As principais atividades desenvolvidas junto aos Núcleos Diretivos e Técnicos das institucionalidades territoriais em 2005 foram as oficinas de planejamento do PTDRS, os cursos de formulação e gestão do PTRDS, os intercâmbios entre territórios, as oficinas de estudos propositivos para dinamização da economia territorial e as assessorias na montagem e sistematização de diagnósticos, dos planos safras territoriais e das versões intermediárias e finais dos PTDRS´s. De forma direta e continua, 520 agentes territoriais participaram destas atividades na Bahia e 110 em Sergipe.

Dos 11 PTDRS´s que o MOC se propôs assessorar a formulação, 05 estão concluídos e já foram divulgados, 03 estão em fase final de elaboração e 03 têm previsão para conclusão apenas no mês de maio de 2006.

Vencida a etapa de formulação dos PTDRS´s, que vêm compostos de diagnóstico (geral e setoriais), visão de futuro, eixos promotores do desenvolvimento, programas e projetos com os arranjos institucionais e modelo de gestão, a maior parte dos territórios começa a definir e executar um processo de negociação, ajuste e monitoramento dos projetos.

Os resultados que vão surgindo em termos de atração de investimentos nos territórios ainda são muito tímidos. Em muitos casos, os únicos recursos aportados para iniciar alguns projetos foram os da própria SDT com valor médio de R$ 800.000,00 por território/ano, incluindo os valores necessários à manutenção das atividades de animação das institucionalidades. Entretanto, os arranjos institucionais dentro dos projetos que vão se firmando acenam para uma trajetória ascendente.

PROJETO ATER JOVENS

1. INTRODUÇÃO:

O Projeto ATER Jovens (PAJ) buscou alcançar, em 2005, seu objetivo de formar jovens empreendedores/as e consolidar uma rede de educadores/as-formadores/as, entidades e escolas, na linha de assistência técnica rural (ATER) e participação juvenil, nos Territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe. Para tanto, o Movimento de Organização Comunitária (MOC) buscou construir estratégias e gerir o Projeto junto com parceiros[2] e com os/as jovens, efetivando um processo de trabalho e formação participativo e sistemático. Nesse espaço, assegurar o desenvolvimento de ações que oportunizaram a concretização de transformações significativas na realidade dos/as 45 jovens da zona rural, contemplados pelo PAJ, foi prioridade. Abaixo, o relato dos desafios, resultados e outros importantes elementos e aprendizados surgidos durante essa experiência.

2. DESENVOLVIMENTO:

Aqui, podemos perceber a base das definições quanto aos principais eixos estratégicos que nortearem as ações do PAJ, ao longo de 2005. Uma delas é a clareza de que o/a jovem é sujeito de direitos e, uma outra, é a crença na capacidade do/a jovem elevar a sua qualidade de vida através de mudanças realizadas. Eis os eixos:

a) Formação de Jovens Empreendedores/as na Linha de ATER, Convivência com o Semi-Árido e Participação Social (Na Comunidade, nas Organizações e junto a outros Projetos):

Nesse eixo, composto especialmente por temáticas do universo de ATER (Agroecologia, Manejo de Criatórios, Planejamento da Propriedade, Horticultura, etc) e da dimensão do protagonismo juvenil e empreendedorismo social e profissional, buscamos fortalecer a capacidade dos/as jovens de conhecer, analisar, construir e empreender processos de convivência com o Semi-árido. A montagem de planos de ação comunitários e a formação dos grupos de interesse[3] (GI) para geração de trabalho e renda numa perspectiva solidária, se destacaram bastante e aproximaram os jovens das famílias, das Entidades e de outros Projetos na linha de ATER, de maneira mais regular e qualificada.

---

[2] Organizações municipais e regionais: Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais e Agricultores/as Familiares de Retirolândia, Valente, Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Santa Luz, Secretaria de Educação de Valente e Agência Mandacaru de Comunicação;

[3] Agrupamento de jovens num determinado espaço a partir dos mesmos interesses no que diz respeito aos procedimentos metodológicos e, atuação pela busca de trabalho e renda;

b) Consolidar uma Rede de Educadores/as-Formadores/as, Organizações e Escolas, na linha protagonismo e convivência com o semi-árido:

Aqui, a Rede formada pelo conjunto Entidades locais parceiras e as apoiadoras[4], conta além disso com a participação de dois jovens do PAJ, representando o grupo. Em parceira com o financiador - Instituo Credicard (IC) – do Projeto uma Jornada Formativa foi realizada com os/as educadores/as-formadores/as que compõem esse espaço. Buscando aprofundar as implicações dos conceitos no cotidiano e na relação com os jovens, em 6 encontros, temáticas como: A relação da escola com os movimentos sociais, Juventudes e Mundo do Trabalho, A metodologia para a formação de jovens empreendedores, A participação dos jovens nas comunidades e outras foram abordadas. Assim, a rede assume de forma mais consolidada e qualificada o papel de planejar, monitorar, avaliar e sistematizar o conjunto de ações pertencentes ao PAJ, ou seja, a Gestão Compartilhada.

3. ALGUNS RESULTADOS:

No bojo das atividades desenvolvidas em todo o processo de formação, alguns resultados se encaixam em perspectivas de curto, médio e longo prazo. Hoje, é possível ver claramente o atingimento de alguns dos objetivos específicos, como: a atuação da rede de educadores/as-formadores/as, 10 elaborações e 4 implantações de projetos de geração de trabalho e renda, 2 empreendimentos solidários (na área de Avicultura e Artesanato) organizados e se estruturando junto à comunidade, 2 Escolas dialogando sistematicamente com seu público sobre as temáticas e as práticas de Convivência com o Semi-Árido, buscado inserir as técnicas na sua atuação pedagógica e para a melhoria da comunidade, acompanhadas pelos jovens, GI composto pelos jovens nas áreas de avicultura, artesanato, horticultura, caprino-ovinocultura e apicultura, 16 Planos de Ação (1/comunidade) elaborados e implementados pelos jovens buscando integrar e articular parceiros na comunidade, entre as comunidades e no município, jovens de Projetos e Grupo de Juventude articulados e desenvolvendo parcerias, processo de formação acompanhado e registrado sistematicamente, valorização e fortalecimento da identidade do jovem rural, inserção de 70% dos jovens nos Movimentos Sociais, seja em cargos diretivos, seja enquanto filiados. A partir desse quadro de resultados o Projeto tornou-se referência para a elaboração e implantação de outros, ampliando o número de municípios beneficiados para 32 nas mesmas regiões e na Região do Piemonte.

4. DESAFIOS:

No conjunto dos desafios destacam-se: as dificuldades na manutenção de uma boa comunicação com todos os parceiros, a necessidade de buscar junto com os/as

[4] Organizações municipais e comunitárias: Escolas, Unidades de Jornada Ampliada (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e Associações Comunitárias;

jovens e parceiros a confiança das comunidades, no que se refere à capacidade dos/as jovens enquanto multiplicadores/as de para assessorar as famílias em suas propriedades. Desafiador também foi à disseminação e inserção do conhecimento construído pelo grupo e das técnicas adquiridas, em algumas Escolas, e, por entendermos que espaços formativos são importantes estamos buscando dialogar e contribuir para a solução da questão..

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao final de 2005, o PAJ encontra-se numa fase de consolidação da sua proposta e sua continuidade foi assegurada pelo financiador diante do quadro de resultados junto a outros projetos de juventude de três estados do Brasil. Traduzimos metodológica e concretamente os avanços obtidos, no exercício da prestação de serviço de ATER às famílias e outros/as jovens rurais, por um lado, e na elaboração de projeto de vida (dentro do meio rural), sociais e de geração de renda, por outro lado. Para 2006, acreditamos, sobretudo, no fortalecimento da ação de ATER e autonomia dos/as jovens, no apoio aos Projetos de Geração de Renda, na disseminação e sistematização da formação articulada aos parceiros. Avaliamos, ainda a importância do aprimoramento da relação com os parceiros, especialmente as Escolas e o Poder Público, da estimulação e maior integração entre ações de jovens e de juventude das regiões e na consolidação de elementos da elaboração e gestão participativa de projetos e de economia solidária, estes últimos se darão de maneira mais sistemática, já que nesse ano o PAJ se localizará no Programa de Fortalecimento de Agricultura Familiar.

1. Entrega do Certificado de conclusão da formação em ATER durante a Avaliação Final do PAJ em Valente (Da esquerda para a direita: Geovânio Silva – Jovem do PAJ e Marinaldo.Alves – STRAF de Retirolândia)

03 Jovens que fazem parte do PAJ foram aprovados numa seleção feita pela Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco para o Curso Técnico em Agropecuária	A experiência do PAJ foi selecionada dentre outras de todo o país para ser divulgada numa matéria especial da Edição I da Revista Onda Jovem
Projeto ATER Jovens contemplado no Premio Parcerias.	02 Projetos de Geração de Renda elaborados pelos/as jovens foram aprovados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar na linha de jovens para financiamento via Banco do Brasil
	A sistematização da experiência do PAJ fará parte do Livro Jovens Escolhas em Rede com o Futuro, Segunda Edição, lançado pelo Instituto Credicard e junto as ONGs Parceiras.

ANEXOS

TABELAS DE ATIVIDADES

GÊNERO

Programa	Subprograma ou linha de ação	Ações	Atividades	No. atividades	No. participantes
GÊNERO	*Fortalecimento político e gerencial das organizações de mulheres rurais para interferir em políticas públicas*	Formação/assessoria/monitoramento das organizações femininas para definição do seu projeto político, planejamento estratégico e plano de gestão	Encontros regionais para construção do planejamento estratégico	05	35
			Oficinas regionais de gestão organizacional	04	30
			Reuniões da coordenação executiva do MMTR regional	06	12
			Oficina regional para elaboração de projetos para os MMTR´s oficializados	02	35
			Encontros inter-regionais para reestruturação do fórum de organizações femininas regionais	02	25
			Encontro inter-regional com MMTR-NE para discussão e definição da representação política e implementação de projetos	01	25
		Apoio/acompanhamento à realização das ações de estruturação das organizações femininas	Oficinas municipais para elaboração, monitoramento e avaliação do planejamento estratégico	27	15
			Dias de estudo municipais para implementação do projeto político e planejamento estratégico	27	37
			Visitas municipais aos MMTR´s para elaboração de projetos e estratégias de mobilização de recursos	05	12
			Visitas municipais para acompanhamento da gestão dos projetos financeiros do MMTR	10	12
			Assembléias municipais das organizações femininas	10	60
			Reunião regional com Secretaria de Mulheres do Pólo, CUT, e FETRAF para discussão e definição estratégias de intervenção do trabalho com mulheres na região do Sisal	01	10

GÊNERO

Programa	Subprograma ou linha de ação	Ações	Atividades	Nº de atividades	Nº de participantes
GÊNERO	*Fortalecimento político e gerencial das organizações de mulheres rurais para interferir em políticas públicas*	Formação/asses-soria/monitora-mento das ações das lideranças femininas para influenciar nas policicas poeblicas setoriais	Encontros do MMTR para construção da I Semana das Mulheres	03	20
			Reunião regional para elaboração do Plano de Trabalho-PRONAF Infra-estrutura	01	05
			Encontro inter-regional para elaboração de propostas para DFDA e INCRA	01	25
			Reuniões com DISOP para discussão e negociação do projeto	02	03
			Encontro regional com organizações de mulheres, STRAF-s, e cooperativa de credito rural para apresentação, discussão e planejamento das ações do projeto.	01	50

EDUCAÇÃO CAT

Programa	Sub - programa	Ações	Atividades	Nº de atividades	Nº de participantes
EDUCAÇÃO	***CAT -*** *Conhecer, analisar e transformar a realidade de Campo*	Formação de professores/as novos	Encontro de Formação de professores/as novos dos municípios mais experientes	01	38
		Formação da equipe pedagógica dos mun. novos e troca de experiência.	Encontro de Formação da Equipe Pedagógica dos Municípios novos	06	50 (média)
		Monitoramento das ações dos/as educadores/as municipais	Encontro Intermunicipal de avaliação e planejamento dos mun. mais experientes	04	55 (média)
		Formação de educadores/as nas diferentes áreas do conhecimento	Oficinas temáticas	07	45 (média)
		Discussão e planejamento de ações para o desenvolvimento do município	Seminários de Devolução	07	150 (média)
		Planejamento e avaliação das ações e do processo como um todo	Reunião de assessoria (MOC/UEFS)	15	10 (média)
		Monitoramento da caminhada do CAT no município	Reunião da coordenação geral (MOC/UEFS/coord. Municipais)	08	25 (média)
		Discussão para melhor acompanhamento da proposta no município	Reunião com Sec. Municipais de Educação (municípios mais experientes) e Pró-Reitoria de Extensão	01	19
		Discussão de educação do campo e implantação da proposta no município	Reunião com Sec. Municipais de Educação dos municípios novos	11	10 (média)
		Discussão de educação do campo e implantação da proposta no município	Reuniões com a Sociedade Civil dos municípios novos	09	20 (média)

EDUCAÇÃO – JORNADA AMPLIADA

Programa	Sub-programa ou linha de ação	Ações	Atividades	No. de atividades	No. de Participantes
EDUCAÇÃO	*Jornada Ampliada*	Formação de Coordenadores	Encontros com Coordenadores – Grupo **A**	04	35
			Encontro com Coordenadores Grupo **B**	03	45
			Encontros conjuntos com os dois Grupos A e B	03	84
		Formação de Monitores/as	Cursos de Formação para Monitores da Jornada	12	660

EDUCAÇÃO – BAÚ DE LEITURA

Programa	Sub-programa	Ações	Atividades	No. de atividades	No. de participantes
EDUCAÇÃO	*Baú de Leitura*	Formação de Educadores Leitores	Cursos de Sensibilização de Educadores para atuarem no Projeto Baú de Leitura	7	146
			Encontro de Aprofundamento da Metodologia com Educadores	12	531
			Encontro de coordenadores do Projeto Baú de Leitura	7	315
			Encontros de formação da Equipe de Multiplicadores do Projeto Baú de Leitura	5	45
		Monitoramento da Prática pedagógica	Visitas aos Núcleos de Leitura	10	400
		Articulação e envolvimento da Sociedade Civil e Poder Público	Encontros com secretários municipais	2	71
			Reuniões do Grupo de Trabalho do Projeto Baú de Leitura	5	35
		Sistematização da Prática Pedagógica	Reuniões para elaboração do Livro do Projeto Baú de Leitura	5	11

EDUCAÇÃO – AÇÕES DE INTEGRAÇÃO

Programa	Sub-Programa	Ação	Atividade	No de atividades	No de participantes
EDUCAÇÃO	*Educação do Campo (Geral)*	Integração das Ações Educativas	Encontro de Planejamento das Ações Educativas (Regiões Sisal e Jacuípe)	01	120
			III Mostra de Arte e Cultura	01	260
			Seminário Regional de Educação do Campo	01	80
			Encontro de Avaliação das Ações Educativas-2005	01	130

POLÍTICAS PÚBLICAS

Programa	Subprograma ou linha de ação	Ações	Atividades	No. de atividades	No. de participantes
POLÍTICAS PÚBLICAS	Conselhos	Sensibilização/mobilização para questões relacionadas a conselhos	Seminários de sensibilização realizados em municípios e Comunidades/entidades	04	120
		Integração entre os diversos conselhos no municípios e entre Conselhos da Região	Seminários de Intercâmbios com diversos conselhos	03	129
		Conselhos interferindo nas políticas setoriais dos municípios	Capacitações e treinamentos	04	133
			Monitoramentos e avaliações	04	159
		Maior integração com os demais programas do MOC	Participação em Reuniões da Comissão Regional do PETI	03	-
			Participação em capacitação de professores do CAT	02	-
	Criança e Adolescente	Formação das Famílias para uma atuação cidadã no PETI.	Visitas técnicas aos municípios para monitoramento das ações dos Agentes de Família.	21	255
		Mobilização Social para a defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (funcionamento do PETI).	Encontro Regional c/ Coordenadores/as de Agentes de Família	04	22*
			Encontro sub-regional c/ Coordenadores/as dos Agentes de Família	03	26*
			Encontro Regional c/ Representantes de Entidades da Sociedade Civil e Coordenadores/as do PAF	02	81
			Reunião da Comissão Regional do PETI	09	1.800
			Reunião da Comissão Estadual do PETI	09	180
			Reunião do Fórum da Sociedade Civil do PETI	07	251
			Reunião da Comissão Estadual de Acompanhamento do Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil	01	12
			Encontro Estadual de Avaliação/Planejamento do PETI.	01	300

POLÍTICAS PÚBLICAS

Programa	Subprograma ou linha de ação	Ações	Atividades	No. de atividades	No. de participantes
POLÍTICAS PÚBLICAS	*Juventude e Participação Social*	Apoio e incentivo às experiências de auto-organização e representação política da juventude na perspectiva políticas públicas.	Reuniões mensais do Coletivo Municipal de Jovens para planejamento, monitoramento e avaliação das ações locais da juventude.	176	600
			Reuniões mensais do Coletivo Regional de Jovens para planejamento, monitoramento e avaliação das ações do Projeto.	08	28
			Bolsas mensais de apoio para trabalho de campo da coordenação do Coletivo Municipal de Jovens.	176	22
			Oficinas regionais sobre produção de texto jornalístico e programação visual da Revista Juventude Sisaleira.	02	25
			Visitas técnicas para acompanhamento e avaliação do processo de trabalho dos Coletivos Municipais de Jovens.	22	600
		Capacitação de jovens voltada para prestação de serviço comunitário de orientação e prevenção às DST's/AIDS e gravidez na adolescência.	Oficinas microregionais sobre sexualidade, psicologia das relações sexuais e aparelhos sexuais e reprodutivos.	03	96

POLÍTICAS PÚBLICAS

Programa	Subprograma ou linha de ação	Ações	Atividades	No. de atividades	No. de participantes
POLÍTICAS PÚBLICAS	*Fortalecimento da Sociedade Civil*	Construção e Reavaliação de Desenho Institucional das Entidades Regionais da Sociedade Civil.	Reuniões para retomada política institucional	1	30
			Reuniões de Avaliação institucional	3	90
		Assessoria e capacitação às entidades da sociedade civil regional para construção - (re)elaboração e monitoramento dos seus projetos políticos e planejamentos estratégicos institucionais.	Reuniões para resgate do projeto político institucional	3	90
			Oficinas de Construção do Projeto Político e Planejamento Estratégico	24	720
			Oficinas de Avaliação e Monitoramento do Planejamento Estratégico	16	480
		Qualificação técnica das entidades da sociedade civil regional para elaboração e gestão de projetos.	Oficinas sobre gestão e elaboração de projetos	5	100
			Seminário Municipal de Integração da Sociedade civil	1	50
			Seminário Municipal para discussão, avaliação, resgate e retomada da experiência local de Desenvolvimento Local e economia solidária	1	40
			Seminário regional para avaliação e discussão de experiência de Desenvolvimento Territorial do Vale do Jacuípe	1	50
			Reuniões regionais de articulação e mobilização das forças sociais para construção do território do Vale do Jacuípe.	10	200
		Assessoria e capacitação às entidades da sociedade civil regional para reformulação/adequação do Marco Legal ao Novo Código Civil Brasileiro	Reuniões de assessoria e acompanhamento à diretoria	20	300
			Reunião com diretoria para retomada da reforma estatutária	1	30
			Reuniões Municipais de Associações Comunitárias de Araci	6	240
			Oficinas para discussão e reforma estatutária	4	120
	Acesso e permanência na terra	Mobilização e capacitação	Reuniões de sensibilização e divulgação	12	432
			Treinamentos de Capacitação	41	544
			Seminários regionais de articulação e intercâmbio com os movimentos sociais	04	220
			Visitas de intercâmbio	06	162
			Reuniões de Monitoramento e avaliação	08	120
			Oficinas de capacitação de técnicos	03	08
		Elaboração e apresentação de Propostas de Aquisição de Terra	Propostas Elaboradas	22	484**
			Propostas Aprovadas	08	192**

(** Número de Famílias)

FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Programa	Sub-programa	Ações	Atividades	Nº Atividades	Nº Participantes
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SEMI-ÁRIDO	*ATER - Assistência Técnica Rural*	Estruturar uma Rede Regional de ATER a partir dos Jovens rurais	Curso de formação de jovens multiplicadores em metodologias de ATER	04	322
			Encontro Municipal de planejamento e monitoramento da ATER com jovens	144	367
			Jornada de Formação de agricultores pelos jovens rurais	8.144	13.464
		Executar Projeto de ATER com controle social	Seminário Municipal de planejamento da ATER com parceiros	31	786
			Encontro de monitoramento regional da ATER com parceiros	06	154
			Oficina de Planejamento da propriedade	44	1.221
			Curso de Convivência com o Semi-árido	25	680
			Curso de manejo dos criatórios	32	712
			Curso de segurança alimentar e nutricional	06	120
			Seminário de monitoramento com a equipe técnica	03	16
		Adotar a agroecologia como eixo central da ATER	Curso de agroecologia para Técnicos	02	16
			Oficina de revisão do planejamento da ATER com enfoque na agroecologia	01	26
			Oficina de mapeamento de Experiências agroecológicas para Difusão	01	42
	Crédito	Estimular a oferta de recursos do Crédito rural para os	Seminário sobre o Pronaf	01	68
			Oficina de Negociação do Crédito com Bancos e Cooperativas	01	26

FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Programa	Sub-programa	Ações	Atividades	Nº de Atividades	Nº de Participantes
APOIO AOS TERRITÓ-RIOS RURAIS	*Crédito*	Agricultores familiares da Região	Encontro com operadores de Crédito das cooperativas	01	08
		Fortalecer o cooperativismo de crédito como instrumento de acesso aos Financiamentos rurais	Curso para Conselheiros de Administração	01	20
			Curso para Conselheiros Fiscais	01	20
			Intercâmbio entre cooperativas de Crédito	01	94
			Curso de gestão para funcionários e dirigentes de cooperativas	02	40
			Curso de cooperativismo de Crédito para atores locais do DLS	04	80
			Estágio para Funcionários e dirigentes	01	05
		Apoiar a Gestão participativa, eficiente e transparente do COGEFUR	Oficina de monitoramento de resultados	02	40
			Oficina de ajuste das linhas de crédito	02	37
			Assembléia Ordinária	04	42
			Seminário de planejamento Estratégico	01	46
			Encontro do comitê de crédito	03	12
			Intercâmbio com o FUNDAF – Alagoas (Micro-Crédito rural)	01	32
	Agroindústria e Comercialização	Apoiar o processo de Gestão da ARCO Sertão e dos Empreendimen-tos Econômicos Solidários filiados	Oficina de Gestão Estratégica com as Agroindústrias	09	25
			Curso sobre Registros Contábeis para Agroindústrias	01	30
			Oficina Planejamento Estratégico da ARCO Sertão	01	35
			Oficina sobre Qualidade na Produção em Agroindústria	01	30
			Seminário Regional sobre Legislação de Agroindústrias	03	35
			Visita de Intercâmbio a Experiência	01	15

FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Programa	Projeto Especial	Ações	Atividades	Nº de Atividades	Nº de Participantes
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SEMI-ÁRIDO	*Agroindústria e Comercialização*	Realizar acompanhamento técnico e eventos de Formação para melhoria do processo produtivo e Ampliação do acesso ao mercado	Curso de Formação de Gerentes de Comercialização	02	25
			Curso de Formação de Dirigentes sobre Comercialização	01	30
			Consultoria em Técnica de Vendas	01	-
			Elaboração e Confecção de Catálogos de Produtos da ARCO Sertão	02	-
			Consultoria para Elaboração de Estratégia de Marketing da Marca Riquezas do Sertão	01	-
			Estudo da Marca Riquezas do Sertão	01	-
			Confecção de Catálogo de produtos da ARCO Sertão	01	-
		Incentivar a Ampliação do acesso ao Mercado Institucional e a Valorização dos produtos da Agricultura Familiar	Seminário Regional sobre acesso ao Crédito	01	35
			Seminário Intermunicipal sobre acesso ao Mercado Institucional	02	35
			Reunião de Articulação para montagem de Estratégias de Promoção dos Produtos da Agricultura Familiar	05	12

FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Programa	Sub-Programa	Ações	Atividades	Nº de Atividades	Nº de Participantes
FORTALECI-MENTO DA AGRICULTU-RA FAMILIAR ASSITÊNCIA TÉCNICA RURAL	*Assistência Técnica Rural (Projeto ATER Jovens)*	Completar a Capacitação dos Jovens em ATER	Oficina sobre Formação dos Grupos de Interesse	01	55
			Oficina sobre identidade e projeto de vida	01	55
			Oficina sobre montagem e Elaboração de um Plano de Ação	01	55
		Promoção de troca de experiências	Visitas de Intercâmbio a propriedade (Apicultura e Caprinocultura)	02	25
			Visitas de Intercâmbio a propriedade (Avicultura e Horticultura)	02	25
			Visitas de Intercâmbio ao empreendimento Solidário (Artesanato)	03	15
			Seminários de Troca dos Conhecimentos adquiridos nas visitas	01	55
		Planejamento, Monitoramento e Avaliação Final das ações	Oficinas de Planejamento	02	55
			Reuniões do Fórum de Coordenação	11	10
			Monitoramento do PAJ feito pelos/entre os jovens	2	45
			Monitoramento semestral	01	55
			Avaliação Final	01	60

AÇÕES DE APOIO AOS TERRITÓRIOS RURAIS

Projeto Especial	Ações	Atividades	Nº de Atividades	Nº de Participantes
Elaboração de Plano e Estratégias dos Territórios	Assessorar o processo de Elaboração participativa dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável	Oficina Estadual de monitoramento das ações de desenvolvimento territorial	01	93
		Oficina Territorial para construção do PTDRS	13	526
		Curso para membros das institucionalidades	02	47
		Visita de Consultoria para Elaboração do PTDRS	120	90
		Oficina do Plano Safra Territorial	02	68
		Encontro com comissões Territoriais do Plano Safra	12	54
		Visita de Consultoria para Elaboração do Plano Safra Territorial	11	28
		Oficina Estadual de Desenvolvimento de Projetos de Educação no campo nos territórios	01	35
		Seminário Regional de Sistematização do Baú de Leitura	01	15

COMUNICAÇÃO

Subprograma ou linha de Ação	Ações	Atividades	No. de Atividades	No. de Participantes
Assessoria e Qualificação da imprensa	Capacitaçãode jornalistas e apoio a cobertura de Temáticas sociais	Seminário Um Mundo para a Criança e Adolescente do Semi-Árido	01	70
		Coletivas de Imprensa sobre o Selo Unicef Município Aprovado	02	30
		Acompanhamento de visitas de jornalistas	08	03
Assessoria a entidades de Comunicação Comunitária Abraço-Sisal	Fundaçãoe Estruturaçãoda Abraço-Sisal	Oficinas de marco legal	03	15
		Oficinas de Planejamento Estratégico	02	15
	Capacitação de comunicadores comunitários	Oficinas de produção radiofônica e temáticas sociais	03	30
		Oficinas de formação básica para comunicadores de rádios Comunitárias	05	20
	Apoio e acompanhamento das ações da Abraço-Sisal	Apoio à reunião da diretoria	06	06
		Encontros de planejamento monitoramento e Avaliação com comunicadores e diretores de rádios comunitárias	03	35
		Apoio à participação em encontros de Mobilização de Rádios Comunitárias	07	02
		Aplicação do Marco Um das Rádios comunitárias	14	10
	Campanha de apoio às Rádios Comunitárias	Reuniões de planejamento e monitoramento	04	06
		Seminários municipais	10	20
		Seminário Regional de Comunicação	01	80

COMUNICAÇÃO

Subprograma ou linha de Ação	Ações	Atividades	No. de Atividades	No. de Participantes
Assessoria a entidades de comunicação comunitária: Agência Mandacaru	Fundação e estruturação da Agência Mandacaru	Oficinas de marco legal	02	17
		Oficina de Planejamento Estratégico	01	17
		Oficina de construção de projetos	01	17
		Oficina de Plano de Negócios	03	17
		Oficina de desenho técnico	01	17
		Oficina de gestão	01	17
	Apoio e acompanhamento das ações da Agência Mandacaru	Apoio a reuniões dos sócios-fundadores da Agência	03	17
		Apoio a reuniões com entidades da sociedade civil para a formação do conselho político	02	30
		Reuniões de monitoramento	03	17
	Capacitação dos comunicadores da Agência Mandacaru	Oficinas de Planejamento Estratégico em Comunicação	02	17
		Oficinas de técnicas de jornalismo	02	17
		Oficinas sobre comunicação e cultura	02	17
		Oficina sobre metodologia de trabalho em grupo	01	17

COMUNICAÇÃO

Subprograma ou linha de Ação	Ações	Atividades	No. de Atividades	No. de Participantes
Fortalecimento da Comunicação territorial	Capacitação em Comunicação para entidades da sociedade civil	Oficinas de capacitação de novas lideranças	04	25
	Participação em espaços políticos de decisão no território do Sisal	Oficinas de construção do eixo de Comunicação do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Sisal	08	10
Edu-Comunicação	Produção do Jornal Giramundo	Reuniões de pauta com a Agência Mandacaru	05	17
		Reuniões de avaliação	02	17
		Seminário de Avaliação com educadores, comunicadores crianças e movimento social	01	40
	Capacitaçãoem Edu-comunicação	Oficinas de Capacitaçãopara educadores	03	25
	Programa de rádio "Encontro na Sala"	Encontros para gravação em sala de aula	08	30
		Encontros de planejamento e Avaliação	02	10

PROJETO VIDA NOVA

Projeto Especial	Linha de Ação	Ações	Atividades	Nº de atividades	Nº de Participantes
Projeto Vida Nova	Desenvolvimento Infantil (Direitos das Crianças e Adolescentes)	Apoio e incentivo à Participação das crianças e adolescentes, autonomia das Organizações Comunitárias Através do lazer e resgate Cultural	Comemorações Juninas	7	490
			Semana da Criança	7	490
			Comemorações Natalinas	7	490
		Sensibilização das crianças e adolescentes em DCA/ECA	Capacitação sobre ECA	03	25
			Oficinas de Elaboração de Cartas e DCA	21	500
	Educação	Capacitação de Educadores/as em Comunicação e Direitos;	Oficinas sobre o uso da Comunicação na Escola	1	25
			Oficina sobre o uso de peças De Comunicação na busca dos direitos	1	25
			Capacitação sobre Produção de peças de comunicação	1	25
			Visitas para acompanhar ações dos/as educadores/as em sala de aula	05	40
			Monitoramento	1	25
			Avaliação Final	1	25

PRÊMIOS

- PRÊMIO CAIXA MELHORES PRÁTICAS EM GESTÃO LOCAL
  Caixa Econômica Federal

- PRÊMIO PARCEIROS DO REORDENAMENTO AGRÁRIO
  Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria de Reordenamento Agrário

- PRÊMIO PARCERIA CONSOLIDADA 2005
  Instituto Ação Empresaria pela Cidadania e Aliança Interage

PESSOAL

1) A Diretoria Eleita em abril de 2005 para o biênio de 2005-2006 foi a seguinte:

A) Diretoria Efetiva

- Clóvis Ramos Lima - Diretor Presidente
- José Jerônimo de Morais - Diretor Técnico
- Antonio Albertino Carneiro - Diretor Financeiro
- João Dias de Araújo - Diretor Administrativo
- Antonio José Gonçalves de Souza - Diretor de Relações Públicas

B) Conselho Fiscal

Efetivos:

- Roberto Celso Cavalcante
- Urbano Carvalho Oliveira
- Maria das Graças Araújo

Suplentes:

- Wilma Vieira Simões
- Maria das Virgens Alves Almeida
- Maria da Conceição Portela R. Lima

C) Secretário Executivo

- Naidison de Quintella Baptista
  Tel: (75) 3221.1393/3623.0967
  E-mail:naidison@moc.org.br

D) Coordenadora Pedagógica

- Maria Lúcia Azevedo Santos
  Tel: (75) 3221.1393/1604
  E-mail: lucia@moc.org.br

2. Equipe de Trabalho

A) Equipe Técnica Básica

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO

Cleonice dos Santos Oliveira
Tel: (75) 3221.1393/1604

Francisca Maria C. Baptista
Tel: (75) 3221.1393/1604

Josevonne Dias Serafim
Tel: (75) 3221.1393/1604
E-mail:josevonne@moc.org.br

Sueli Maria Gonçalves Hitti
Tel: (75) 3221.1393/1604
E-mail:sueli@moc.org.br

Vera Maria Oliveira Carneiro
Tel: (75) 3221.1393/1604
E-mail:vera@moc.org.br

Zhara Leite Souza
Tel: (75) 3221.1393/1604
E-mail:zhara@moc.org.br

PROGRAMA DE GÊNERO

Alvaiza Conceição Cerqueira da Cruz
Tel: (75) 3221.1393/1604
E-mail:izacerqueira@moc.org.br

Celia Santos Firmo
Tel: (75) 3221.0212/614.7001
E-mail:celia@moc.org.br

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Abimael Passos dos Santos
Tel: (75) 3221.0212/3614.7001
E-mail:abimael@moc.org.br

Agelândio dos Santos Carvalho
Tel: (75) 3221.0212/3614.7001

Ângela Maria Cerqueira das Virgens
Tel: (75) 3221.0212/3614.7001

Denisson Neves dos Santos
Tel: (75) 3221.1393/1604

Fredson Rodrigues de Araújo
Tel: (75) 3221.1393/1604
E-mail:fredson@moc.org.br

Gisleide do Carmo Oliveira
Tel: (75) 3221.0212/3614.7001
E-mail:gisleide@moc.org.br

Ivan Leite Fontes
Tel: (75) 3221.1393/1604/3614.7001
E-mail:ivan@moc.org.br

José Augusto Monteiro de Castro Lima
Tel: (75) 3221.0212/614.7001/9198-8624
E-mail:joseaugusto@moc.org.br

José Domingos Cavalcante Carvalho
Tel: (75) 3221.0212/3614.7001

José Ivamberg Fereira Silva
Tel: (75) 3221.0212/3614.7001

Lana Clarton
Tel: (75) 3221.1393/1604/3614.7001
E-mail:lana@moc.org.br

Luiz Lisboa de Oliveira
Tel: (75) 3221.1393/1604/3614.7001

Mariza Cerqueira das Virgens
Tel: (75) 3221.0212/3614.7001

Renata da Silva Santana
Tel: (75) 3221.0212/3614.7001
E-mail:renata@moc.org.br

Wellington da Silva Oliveira
Tel: (75) 3221.0212/3614.7001

Wilson José Vasconcelos Dias
Tel: (75) 3221.0212/3614.7001
Tel: (75) 3221.1393/1604
E-mail:wilson@moc.org.br

PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Ana Karina Menezes Lima
Tel: (75) 3221.1393/1604
E-mail:karina@moc.org.br

Clodoaldo Almeida da Paixão
Tel: (75) 3221.1393/1604
E-mail: paixao13@moc.org.br

Conceição Eliana Carneiro
Tel: (75) 3221.1393/1604
E-mail:eliana@moc.org.br

Danilo Uzeda da Cruz
Tel: (75) 3221.1393/1604
E-mail:danilo@moc.org.br

Emanoel José Mendonça Sobrinho
Tel: (75) 3221.1393/1604
E-mail:emanoel@moc.org.br

Ildes Ferreira de Oliveira
Tel: (75) 3221.1393/1604
E-mail: ildesferreira@uol.com.br

Joseane de Assis Santos
Tel: (75) 3221.1393/1604
E-mail:joseane@moc.org.br

Maria Vandalva Oliveira Pinto
Tel: (75) 3221.1393/1604
E-mail:vandalva@moc.org.br

Miralva Alexandre Jorge
Tel: (75) 3221.1393/1604
E-mail:miralva@moc.org.br

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO

Klaus Minihuber[5]
Tel: (75) 3221.1393/1604
E-mail:Klaus@moc.org.br

Nayara Cunha da Silva
Tel: (75) 3221.1393/1604
E-mail:nayara@moc.org.br

Paulo Marcos Queiroz dos Santos
Tel: (75) 3221.1393/1604
E-mail:paulomarcos@moc.org.br

PROGRAMA DE ÁGUA

Ana Glécia da Silva Almeida
Tel: (75) 3261.1644
E-mail:anaglecia@moc.org.br

Joelson dos Santos Silva
Tel: (75) 3261.1644/9198-6291
E-mail:joelson@moc.org.br

Kamilla Ferreira da Silva Santos
Tel: (75) 3261.1644
E-mail:kamilla@moc.org.br

Maria Auxiliadora Freitas dos Santos
Tel: (75) 3261.1644
E-mail:dora@moc.org.br

Nilton Sampaio Freire de Melo
Tel: (75) 3221.1393/1604/3261.1644
E-mail:nilton@moc.org.br

Rosiler dos Santos Silva
Tel: (75) 3261.1644
E-mail:rosiler@moc.org.br

Silvaney Santiago Souza
Tel: (75) 3261.1644
E-mail:silvaney@moc.org.br

PROJETO VIDA NOVA

Berenice da Silva Trabuco
Tel: (75) 3221.1393

Celia Monteiro Alves Santana
Tel: (75) 9198-9056

Lourena de Oliveira Cruz
Tel: (75) 3221.0212/3614.7001
E-mail:lorena@moc.org.br

Márcia Regina Pinho
Tel: (75) 3221.1393/1604
E-mail:marcia.pinho@moc.org.br

Márcio Fróes da M. Mascarenhas
Tel: (75) 3221.1393/1604
E-mail:marcio@moc.org.br

Maria Márcia Costa dos Santos
Tel: (75) 3221.1393/1604

B) Equipe Administrativa

Adel Ruy Dantas de Cerqueira, Alexandro Lima de Meireles, Darlan de Lima Torres, Dinalva Leite das Virgens, Domício Cerqueira Lima, Donato da Silva, Edivânia Santos de Lima, Everaldo Leite das Virgens, Gilberto Carlos de Oliveira, Gilvan Rogério Vieira de Araújo, Gleide Dias de A. Cordeiro, Helio Menezes Lisboa, Luiz Silva Lima, Margarida Maria Pereira de Jesus, Maria das Graças S. Bittencourt, Maria Jocerise de Souza, Miralva Leite das Virgens, Rosenice Alves de Souza, Sandra Regina A. Vergne de Morais, Sirleide de Oliveira Rodrigues, Soneide Cristina Oliveira Rios Teixeira, Soraia Jane Oliveira Rios Carvalho, Vera Lúcia de Lima Torres.

C) O MOC continua contando com a colaboração de voluntários, professores, advogados, médicos e outros, que oferecem sua parcela de contribuição ao trabalho.

RECURSOS FINANCEIROS

Durante o ano de 2005 contamos, novamente, com a valiosa colaboração de várias pessoas e instituições. Abaixo relacionamos os principais apoios/parceiros que nos permitiram a sustentação dos trabalhos durante o ano.

1. Fontes de Recursos

1.1. Locais/Nacionais

- AMANCO
- CAR
- CESE
- DED
- ELETROBRÁS
- FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos
- INSTITUTO PAULO FREIRE
- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MINISTÉRIO DA CULTURA
- PFIZER
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- PETROBRÁS
- REDECARD S.A.
- SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
- SETRAS
- SOLVAY
- SUBVENÇÃO SOCIAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
- UNICEF

1.2. Exterior

- BERLI – Espanha
- CORDAID - Holanda
- CRS – Estados Unidos
- DISOP - Belgica
- EVERYCHILD – Inglaterra
- HORIZONT 3000 – Áustria
- KINDERMISSIONWERK – Alemanha
- MANUS UNIDAS - Espanha
- PÃO PARA O MUNDO – Alemanha
- OMICRON – Áustria
- RESOURCE FUNDATION (PFIZER) – Estados Unidos
- SOS-PG – Bélgica

O RECONHECIMENTO PÚBLICO AO NOSSO TRABALHO

NA PRÁTICA
UM BRASIL MELHOR
2005/2006

PROGRAMA
CAIXA MELHORES
PRÁTICAS EM
GESTÃO LOCAL

FOME ZERO

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO
APOIO FOME ZERO
Nº 24 - ABRIL DE 2005

FOME ZERO
EMPRESARIAL

Nº 24 ABRIL 2005

Jornal da Associação Apoio Fome Zero

Pág. 2
Grupo Orsa cria oportunidades no Vale do Jari

Entrevista Pág. 3

Pág. 3
Banco de alimentos inaugura compra direta do produtor

Apoio Telefônica

Riachuelo faz investimento social no Nordeste

Com receitas de R$ 500 milhões em 2004 pela venda de camisetas promocionais do Fome Zero, criadas pela estilista Duimar Vanzolini, a Riachuelo, entre as maiores redes varejistas, decidiu aprofundar suas ações sociais dirigidas preferencialmente à população infantil excluída. Orientada pela Apoio Fome Zero, que presta serviços de assessoria técnica para o grupo obter retorno maior dos investimentos sociais, a Riachuelo está beneficiando cinco instituições nordestinas: a Fonte da Vida, o Centro de Estudos para Ações Transformadoras e Hospital Infantil Varela Santiago, com sede em Natal, além do Instituto de Prevenção à Desnutrição e Especialidade e associação O Semeador, ambos em Fortaleza.

"A partir de agora, haverá sempre algo. A nossa em acessar ações; estaremos capacitando as entidades assistidas e influir políticas públicas e a se relacionar com prefeituras parceiras", diz Flávio Rocha, diretor de Relações Institucionais da Riachuelo. Satisfeito com os primeiros resultados dos programas que atingem 1.600 crianças e cerca de uma centena de idosos, Rocha está entusiasmado também com a iniciativa pioneira de instalação de hortas comunitárias em estações de rede pública de ensino em Natal, por problema de Natal (que tem por nome especial e alimentação escolar", acrescenta Helio Morais, coordenador de programa de AF'Z. Helio também revela planos de a parceria com a Riachuelo ser a atuar no município de Venha-Ver, de menor IDH do Rio Grande do Norte. Em articulação, está a criação de uma cooperativa para estimular a produção agrícola local e obras de infra-estrutura.

Tecido social – Revolta da camiseta, revela capital social para novos ações

FOME ZERO

Participantes do Fome Zero Empresarial completam dois anos e mostra os avanços do movimento de combate à exclusão social no País. Leia artigo na página 2

2 anos

EMPRESA & SOCIEDADE

• BioBrasil
Como em todas as feiras promovidas pela Francal, também a BioBrasil /Natural Tech, que acontece em São Paulo entre os dias 7 e 10 de maio no pavilhão do Bienal do Parque do Ibirapuera, terá um espaço do Francal Cidadania. Trata-se de um departamento para dar espaço aos trabalho da ONGs e entidades dirigidas a ações de responsabilidade social. Entre as atrações do evento, que mostra a tendência da agricultura orgânica no Brasil, como opção da pequena propriedade rural, está o projeto de Cascata, no município de Aurelino Leal, perto de Ilhéus, na Bahia. É o primeiro assentamento baiano a utilizar tecnologia ecológica para escagem do cacau e produção de adubos orgânicos, graças à iniciativa do Incra, que inaugurou um biodigestor local. O biodigestor é um equipamento ecológico que aproveita esterco de gado para gerar gás combustível e fertilizante. Conforme o Incra, o biogás, diferente da lenha, evita o desmatamento.

Tecnologia rural – Pequena propriedade adotada orgânica

• Desperdício zero
O Instituto Ethos lançou o livro "O Compromisso das Empresas com o Combate ao Desperdício de Alimentos", uma publicação produzida em colaboração com a associação Apoio Fome Zero, o Instituto Akatu pelo consumo Consciente e o Serviço Social do Comércio (Sesc) Mesa Brasil, com o objetivo de reduzir enorme as perdas alimentares dentro do universo empresarial. Segundo o Otávio Grajew, presidente do ro, a iniciativa de controlar o desperdício alimentar se no contexto mais amplo de promover ro em prol da segurança alimentar. "Com esta ação o Instituto Ethos e parceiros fornecem exemplo e incentivam a adoção de ações que vão quase as ações possam contribuir na economia para a doação de fome e do desemprego no nosso país", diz.

Estante pronta – Manual aquecido empresas

Cabra Escola

Desenvolvido pela Pfizer, uma das maiores empresas do setor farmacêutico no Brasil, em parceria com a ONG Movimento de Organização Comunitária – MOC, o Projeto Cabra Escola utiliza a caprinocultura para aumentar a renda das famílias carentes dos municípios da região do semi-árido da Bahia. "O objetivo é combater a desnutrição e o trabalho infantil, além de promover a inserção de crianças na escola", informa Sandra Cavalcanti, gerente de Comunicação Corporativa. Até o fim do ano, as estimativas da Pfizer são de que 320 famílias já estarão sendo beneficiadas pelo projeto. As famílias de pequenos agricultores, beneficiadas pela iniciativa, recebem um núcleo de caprinos (nove cabras e um bode) desde que mantenham seus filhos na escola e fora do trabalho. O projeto proporciona as condições necessárias para a plantação de palmas e construção de cercas, além de cursos de capacitação para manejo dos caprinos, aproveitamento da terra, segurança alimentar, gerenciamento de recursos hídricos, estruturação da propriedade e comercialização do leite e da carne. Implantado nas cidades de Serrinha, Riachão do Jacuípe, Nova Fátima, Ichu, Conceição do Coité, Biritiba, Queimadas, Quijingue e Pé de Serra, a Cabra Escola proporcionou, em 2003, um aumento na renda familiar de 25% e ainda uma redução de 40% da desnutrição infantil. O consumo de leite de cabra atingiu uma média de 1,5 litro por família. Nesse ano, 262 crianças e jovens entre 7 e 17 anos, se matricularam na escola. A média de número de animais por família subiu de 1,8 para 4,3.

Pfizer – Projeto da Pfizer cria cabras e compromisso da família de manter os filhos na escola

O RECONHECIMENTO PÚBLICO AO NOSSO TRABALHO

PROGRAMA JOVENS ESCOLHAS EM REDE COM O FUTURO

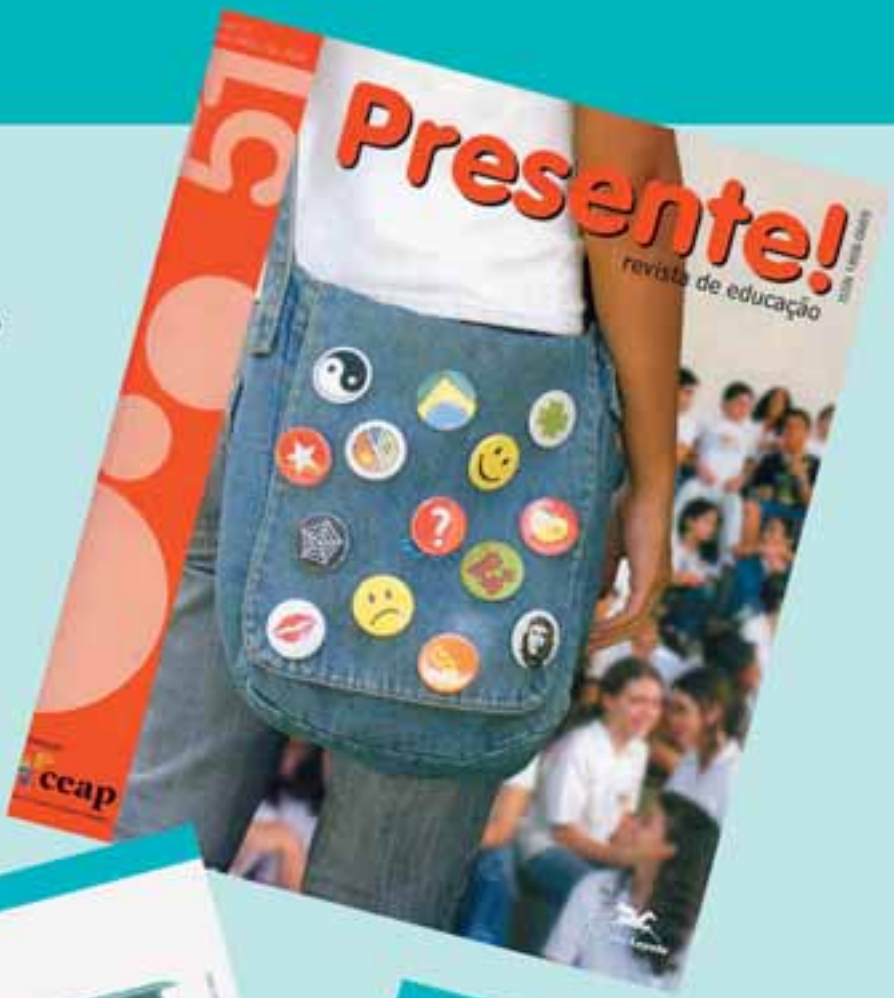
INSTITUTO CREDICARD
SÃO PAULO/2005

MOC

Desde a sua fundação, o MOC – Movimento de Organização Comunitária, na região sisalera da Bahia, dirigiu sua atuação para as populações menos favorecidas, fortalecendo organizações comunitárias locais e urbanas que tivessem a missão de promover o desenvolvimento sustentável. A proposta política básica da entidade, de estar ao lado do movimento popular comunitário, tem se aperfeiçoado. O conteúdo da intervenção foi implementado tendo como prioridade conceitos como políticas públicas, gênero, geração e etnia; educação com qualidade; segurança alimentar e nutricional; educação rural; geração de renda de forma sustentável e solidária, desenvolvimento sustentável e comunicação, entre outros.

PRESENTE!

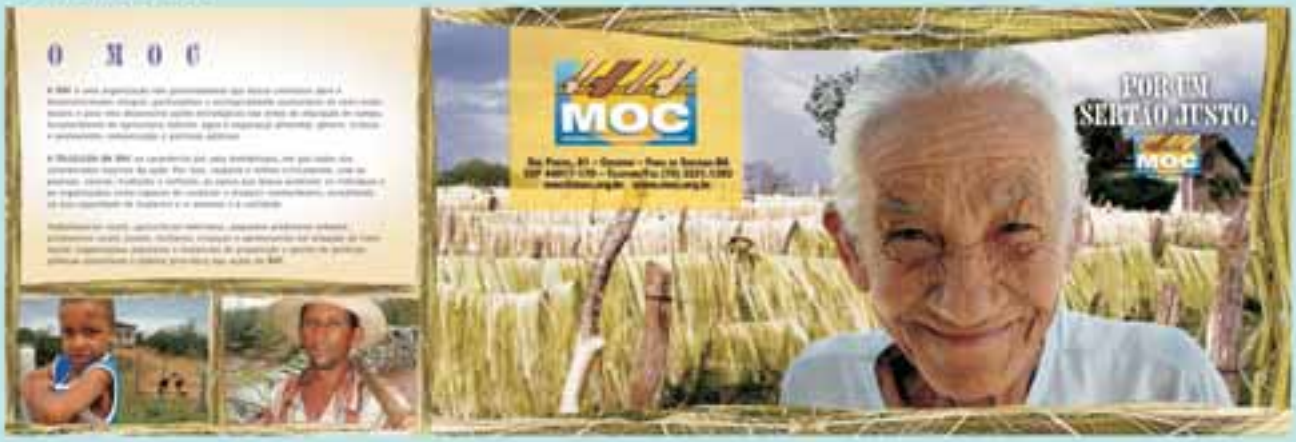
REVISTA DE EDUCAÇÃO
CEAP - SALVADOR-BA
DEZ 2005 • FEV 2006



PEÇAS INSTITUCIONAIS

BANNERS

FOLDER CAPA



FOLDER MIOLO

MOC
POR UM
SERTÃO
JUSTO.

MOC
POR UM
SERTÃO
JUSTO.

POR UM
SERTÃO
JUSTO.
MOC

CARTAZES

GLOSSÁRIO

ABONG - Associação Brasileira de ONG's
ABRAÇO – Associação de Rádios Comunitárias da Região do Sisal
ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário
AMAC – Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura
APAEB – Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia
ARCO Sertão - Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia
ASA - Articulação no Semi-árido Brasileiro
ASCOOB – Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar
BNB – Banco do Nordeste
CAATINGA - Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas
CAT – Conhecer, Analisar e Transformar
CDJDC – Centro Dom José Brandão de Castro
CEAIC – Centro de Apoio as Iniciativas Comunitárias do Semi-Árido da Bahia
CEAS – Conselho Estadual de Assistência Social
CEBATSA - Centro de Bases Tecnológicas do Semi-Árido
CECA – Conselho Estadual da Criança e Adolescente
CEDRs – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviços
CEM – Comissão Executora Municipal
CMAS - Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (
CMDCA - Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente
CMDRS - Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (
CODES - Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira
COGEFUR - Conselho Gestor do Fundo Rotativo
COOTEPEDRA – Cooperativa das Pedras
CRJPS - Coletivo Regional Juventude e Participação Social
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DISOP - Cooperação Belgo-Brasileira para o Desenvolvimento Social
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
FEBRABAN - Federação Brasileira das Associações de Bancos
FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estada da Bahia
FUMAC - Fundo Municipal de Apoio Comunitário
FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MOC – Movimento de Organização Comunitária
P1MC - Programa Um Milhão de Cisternas Rurais
PAF - Projeto Agente de Família
PAISM - Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PATAC - Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades
PBL – Projeto Baú de Leitura
PCA – Programa Criança e Adolescente
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PFAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário
PPA - Plano Pluri-Anual
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA - Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária
PVN – Projeto Vida Nova
RESAB - Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro
SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor
SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SERTA - Serviço de Tecnologia Alternativa
SETRAS – Secretário do Trabalho, Assistência Social e Esporte
SDT- Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SPM - Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres
SRA – Secretaria de Reordenamento Agrário
STRAF – Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana
UNEB – Universidade do Estado da Bahia
UNICAFES - União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

Rua Pontal, 61 - Cruzeiro
Tel.: (75) 3221-1393 - Cx. Postal 338
CNPJ: 16.260.713/0001-24
CEP: 44.017-170 - Feira de Santana - Bahia
e-mail: moc@moc.org.br